FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA

Roberta Corrêa de Araújo de Amorim

ATIVIDADE FÍSICA EM PESSOAS COM 25 ANOS E MAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, COM ÊNFASE NO SEDENTARISMO.

RECIFE 2011

Roberta	Corrêa	de	Araújo	de	Amorim
---------	--------	----	--------	----	---------------

ATIVIDADE FÍSICA EM PESSOAS COM 25 ANOS E MAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, COM ÊNFASE NO SEDENTARISMO.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientadores:

Prof^a Dra. Eduarda Ângela Pessoa Cesse Prof. Dr. Malaquias Batista Filho

Catalogação na fonte: Biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

A524e Amorim, Roberta Corrêa de Araújo de.

Atividade física em pessoas com 25 anos e mais no estado de Pernambuco, com ênfase no sedentarismo / Roberta Corrêa de Araújo de Amorim. — Recife: R. C. A. de Amorim, 2011. 138 p.: il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadores: Eduarda Ângela Pessoa Cesse, Malaquias Batista Filho.

1. Atividade Motora. 2. Adulto. 3. Epidemiologia. 4. Estilo de vida sedentário. 5. Exercício. I. Cesse, Eduarda Ângela Pessoa. II. Batista Filho, Malaquias. III. Título.

CDU 371,7

ROBERTA CORRÊA DE ARAÚJO DE AMORIM

ATIVIDADE FÍSICA EM PESSOAS COM 25 ANOS E MAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, COM ÊNFASE NO SEDENTARISMO.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovada em:/_	
	BANCA EXAMINADORA
	Dra. Anete Rissin
	Fundação Nacional de Saúde/IMIP
	Due for Due Augist Fouthouse
	Profa. Dra. Annick Fontbonne CPqAM/ Fiocruz
	Profa. Dra. Eduarda Ângela Pessoa Cesse CPqAM/ Fiocruz
	Prof. Dr. Malaquias Batista Filho IMIP

À Diogo, meu marido, pelo amor, incentivo e compreensão nos momentos de ausência.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Malaquias Batista Filho pelo acolhimento, apoio, simplicidade e, acima de tudo, pela humildade com que me ensinou o prazer de pesquisar.

À professora Eduarda Ângela Pessoa Cesse por estar a postos quando eu mais precisei, por me aconselhar, acreditar, corrigir e confiar no meu trabalho.

À Anete Rissin e Annick Fontbonne pelas grandiosas contribuições na qualificação e na participação na defesa da minha dissertação.

Aos meus pais, Lucia e José, que me proporcionaram educação e conhecimentos incomensuráveis e sempre me estimularam a ser uma pessoa melhor.

Ao meu irmão Tiago e sua querida esposa Claudia, pelo apoio e incentivo no alcance de novos desafios em todos os momentos de minha vida.

À minha avó Lia por ter sempre um carinho gostoso nos momentos de angustia e ser um exemplo a ser seguido.

À minha amiga Teresa Cristina Milgioli pela ajuda impagável na elaboração desta dissertação, assumindo o papel (sem ser) de co-corientadora.

Ao professor José Natal pelos valiosos ensinamentos nas análises estatísticas.

Aos funcionários da biblioteca do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, especialmente Márcia, pela paciência nos momentos de estudo e de busca.

Às amigas, especialmente as queridas Janaína, Aline, Carolina, Alessandra e Liliana, pelo apoio e compreensão nas minhas diversas ausências nos passeios.

Aos meus amigos da turma do mestrado, especialmente Ana Catarina, Paloma, Michelly, Rosany e Lívia por tornarem os momentos de estudo prazerosos.

AMORIM, Roberta Corrêa de Araújo. Atividade física em pessoas com 25 anos e mais no estado de Pernambuco, com ênfase no sedentarismo. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011.

RESUMO

Nos últimos 50 anos, o Brasil experimentou mudanças rápidas nas condições de vida e saúde de sua população, destacando-se a modificação de hábitos de consumo alimentar e a redução da atividade física, de caráter doméstico, de lazer, de ocupação e/ou de transporte. Objetivou-se estimar a prevalência das categorias de atividade física em adultos no estado de Pernambuco e analisar a relação do sedentarismo com fatores relevantes para sua ocorrência. Estudo transversal que utilizou o banco de dados da pesquisa "Doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Estado de Pernambuco", no ano de 2006, e contou com uma amostra probabilística de 1.768 indivíduos maiores de 25 anos. Para estimar o nível de atividade física utilizou-se o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), forma curta. Os indivíduos foram divididos em três grupos de acordo com o escore de atividade física: (a) Muito ativo; (b) Regularmente ativo; (c) Sedentário. A amostra foi recategorizada em apenas dois grupos: (a) Sedentários e (b) Suficientemente ativos. Análises uni e multivariadas foram realizadas por meio de regressão de Poisson com ajuste robusto do erro padrão, utilizando-se um modelo conceitual de fatores hierarquizados de determinação do sedentarismo. Os resultados foram expressos por razão de prevalência (RP) e IC 95%. As associações foram avaliadas através do teste de Wald. No estado de Pernambuco a prevalência de sedentarismo foi de 34.1% e 19.5% muito ativos. O sedentarismo predominou nas mulheres, nos idosos, nas faixas etárias de escolaridade acima de 4 anos de estudo, os aposentados e residentes de áreas urbanas. O sedentarismo já se constitui num importante fator de risco de doenças crônicas não transmissíveis no Estado de Pernambuco. Estes resultados sugerem que intervenções e políticas públicas de promoção da atividade física devem considerar diferencas socioeconômicas, de gênero, bem como a idade e a localidade em que o indivíduo reside.

Palavras-chave: Atividade física, adulto, epidemiologia, estilo de vida sedentário.

AMORIM, Roberta Corrêa de Araújo. Physical activity in people aged 25 and over in the state of Pernambuco, with na emphasis on sedentary behaviors. Dissertation (Master in Public Health) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011.

ABSTRACT

Over the past 50 years, Brazil has experienced rapid changes in living conditions and health of its population, especially the modification of food habits and reduced physical activity, domestic, leisure, occupation and/or transport. The objective was to estimate the prevalence of the categories of physical activity among adults in the state of Pernambuco and analyze the relationship of physical inactivity with factors relevant to its occurrence. Population-based cross-sectional study that used the database of the research "Chronic non-communicable diseases and the state of Pernambuco, in 2006, and included a random sample of 1.768 individuals over 25 years. To estimate the level of physical activity we used the International Physical Activity Questionnaire (IPAQ), short form. The subjects were divided into three groups according to the score of physical activity: (a) Very active, (b) Regularly active, (c) Sedentary. The sample was recategorized into two groups only: (a) Sedentary and (b) sufficiently active. Univariate and multivariate analysis were performed using Poisson regression with robust standard error adjustment, using a conceptual model of factors determining the hierarchy of inactivity. The results were expressed as Prevalence Ratio (PR) and 95%. Associations were evaluated using the Wald test. In Pernambuco prevalence of inactivity was 34.1% and 19,5% are very active. A sedentary life style prevails amongst women, the elderly, the retired, resident of urban areas and those with four or more years of education. Sedentary life is an important risk factor for chronic diseases in the state of Pernambuco. These results suggest that interventions and public policies to promote physical activity should consider socioeconomic, gender, and age and location in which the individual resides.

Keywords: motor activity, sedentary lifestyle, adult, epidemiology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Cartografia das áreas de amostragem da pesquisa "Doenças crônicas	
	e agravos não transmissíveis no Estado de Pernambuco: prevalência	
	e fatores de risco, Pernambuco/2006"	38
Quadro 1 -	Formulários e campos da pesquisa "Doenças crônicas e agravos não	
	transmissíveis no Estado de Pernambuco: prevalência e fatores de	
	risco, Pernambuco, 2006" utilizados neste estudo	43
Quadro 2 -	Descrição da variável dependente incluída no estudo. Pernambuco,	
	2006	46
Quadro 3 -	Descrição das variáveis independentes incluídas no estudo.	
	Pernambuco, 2006	47
Figura 2 -	Modelo hierárquico de análise do sedentarismo em adultos maiores	
	de 25 anos no Estado de Pernambuco	49
Figura 3 -	Modelo hierárquico final de análise do sedentarismo em adultos	
	maiores de 25 anos no Estado de Pernambuco	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Prevalência de inatividade física em regiões do mundo		
Tabela 2 -	Caracterização da amostra segundo fatores biológicos,		
	socioeconômicos e ambientais. Pernambuco, 2006	53	
Tabela 3 -	Características amostrais segundo variáveis relacionadas à		
	saúde/doença e comportamentais. Pernambuco, 2006	55	
Tabela 4 -	Distribuição dos níveis de atividade física segundo variáveis		
	biológicas, socioeconômicas e ambientais. Pernambuco, 2006	56	
Tabela 5 -	Distribuição do sedentarismo em adultos maiores de 25 anos		
	segundo fatores analisados. Pernambuco, 2006	58	
Tabela 6 -	Variáveis associadas com o estilo de vida sedentário em adultos		
	maiores de 25 anos. Pernambuco, 2006	60	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF Atividade Física

CDC Center of Disease Control

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDEPE/FIDEM Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CEP Comitê de Ética e Pesquisa

DCNT Doenças Crônicas Não-Transmissíveis

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IDH-M Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IMIP Instituto Medicina Integral Prof. Fernando Figueira

INCA Instituto Nacional de Câncer

IPAQ International Physical Activity Questionnaire

FUNDAJ Fundação Joaquim Nabuco

MET Equivalente Metabólico

MS Ministério da Saúde

OMS Organização Mundial de Saúde
ONU Organização das Nações Unidas

PBF Programa de Saúde da Família

PESN Pesquisa Estadual sobre Saúde e Nutrição

PNPS Política Nacional de Promoção da Saúde

PNUD Programa das Nações Unidas

KCAL Kilocalorias

SM Salário Mínimo

SPSS Statistical Package for the Social Sciences

SUS Sistema Único de Saúde

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

WHO World Health Organization
UBS Unidade Básica de Saúde

VIGITEL Vigilância de Fatores de Risco e Proteção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Atividade física: uma nova questão de saúde coletiva	15
1.2 Atividade física: conceitualização e abordagem	20
1.3 Relevância epidemiológica da atividade física	23
1.4 Fatores associados à atividade física e modelo hierarquizado de	
determinação	28
1.5 Atividade física e promoção da saúde	31
2 JUSTIFICATIVA	34
3 OBJETIVOS	35
3.1 Geral	36
3.2 Específicos	36
4 METODOLOGIA	37
4.1 O contexto da pesquisa	38
4.1.1 Delineamento da pesquisa	39
4.1.2 Características da área	39
4.1.3 População da pesquisa: construção da amostra	40
4.1.4 Coleta de dados	41
4.2 Casuística e método	44
4.2.1 Critérios de elegibilidade	44
4.2.1.1 Critérios de inclusão	44
4.2.1.2 Critérios de exclusão	44
4.2.2 Definição e categorização das variáveis	45
4.2.3 Análises dos dados	48
4.2.4 Considerações éticas	50
5 RESULTADOS	51
5.1 Características da amostra	52
5.2 A atividade física segundo características da amostra	55

5.3 Análises univariadas	57
5.4 Análises multivariadas	59
6 DISCUSSÃO	63
7 CONCLUSÃO	77
~	
8 RECOMENDAÇÕES	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	97
Apêndice A – Artigo enviado para publicação	98
ANEXOS	119
Anexo A - Formulário de identificação	120
Anexo B - Formulário 1 (Registro dos residentes no domicílio)	121
Anexo C - Formulário 2 (Registro do domicílio e aspectos da renda)	122
Anexo D - Formulário 5 (Registro da mulher)	125
Anexo E - Formulário 6 (Registro de adultos – 25 anos e mais)	127
Anexo F - Registro Clínico-laboratorial	135
Anexo G - Aprovação pelo comitê de ética	136
Anexo H - Termo de consentimento livre e esclarecido	137
Anexo I - Aprovação pelo comitê de ética	138

1 Introdução

1 INTRODUÇÃO

1.1 Atividade física: uma nova questão de saúde coletiva

De forma semelhante ao que está ocorrendo na maior parte dos países, principalmente no chamado bloco das nações em desenvolvimento, o Brasil tem experimentado rápidas transformações na sua estrutura demográfica, em concomitância com seu perfil de morbimortalidade, caracterizando o que se convencionou chamar de transição demográfica (PATARRA, 1995) e epidemiológica (FREDERIKSEN, 1969; FRENK et al, 1991; OMRAN, 1971). Este processo, um tanto singular por suas características, seu ritmo, e implicações na saúde coletiva, reúne causas e conseqüências interrelacionadas, conjugando variáveis biológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais, ecológicos e psicológicas. Sob o ponto de vista demográfico, que constitui o próprio substrato da transição, a natalidade e a mortalidade caíram substancialmente a expectativa de vida ampliou-se rapidamente, implicando no acúmulo de contingentes de idosos em detrimento do segmento de crianças e jovens na estrutura etária da população (SCHRAMM et al., 2004).

O aumento da expectativa de vida contribuiu como causa e como efeito para a modificação da distribuição e do curso de praticamente todas as doenças em escala populacional, o que pode ser ilustrado, em termos evidentemente reducionistas, na passagem de um modelo de clara dominância dos processos infecciosos, sobretudo de caráter agudo, para o modelo hegemônico das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Este perfil, entretanto, sofre influências das desigualdades sociais, principalmente em países da América do Sul como o Brasil, que apresenta um perfil de DCNT acoplado às muitas "doenças negligenciadas" passíveis de controle como a esquistossomose, a malária, a hanseníase e a tuberculose, dentre outros (CESSE; FREESE, 2006; FREESE; FONTBONNE, 2006).

Estimativas da Organização Mundial da Saúde indicam que as DCNT são responsáveis, em termos absolutos, por 35 milhões de mortes por ano, por 60% da letalidade em escala mundial, com 80% em países subdesenvolvidos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2008a). Desde o início do século XX, nos países em desenvolvimento, onde parcelas expressivas da população ainda vivem em estado de acentuada pobreza, com persistência de grandes desigualdades entre

as classes sociais, as previsões da Organização Mundial da Saúde (2003) indicam o aumento e agravamento dessas enfermidades. O Brasil não é exceção à essa tendência, desde que, nas últimas décadas, as DCNT passaram a determinar a maioria das causas de óbito e incapacidade prematura e a representar uma grande parcela das despesas com assistência hospitalar no SUS e no Setor de Saúde Suplementar (BRASIL, 2008). O estudo da "Carga Global de Doenças" que quantifica o risco de adoecimento e de morte por grupos de causas para países e regiões geográficas mostrou a predominância das DCNT no Brasil, com uma participação de 74% (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2009a).

Essas mudanças ocorridas nos perfis de morbimortalidade nas últimas décadas geraram crescente interesse científico pelos fatores associados às DCNT, uma vez que sendo incuráveis, o caminho mais objetivo para seu controle consiste na promoção e prevenção de saúde. Dentre esses fatores, os de ordem comportamental e ambiental têm representado uma interferência predominante nesse processo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003a), já que outros aspectos, como a predisposição genética, não tem sido considerada causa suficiente para justificar a rápida evolução das DCNT. Nesse sentido, o sedentarismo, a dieta inadequada, o uso imoderado de bebidas alcoólicas e o tabagismo têm sido apontados como importantes fatores de risco modificáveis no quadro de morbimortalidade da população, pela sua estreita associação com a obesidade, a hipertensão, o diabetes e as dislipidemias, com ênfase no colesterol elevado (BRASIL, 2001). O estilo de vida sedentário é tido como o principal fator associado às DCNT as quais, além de seu significado como nosologias, passaram a configurar uma característica antropológica: as chamadas doenças da modernidade (REGO et al., 1990; BAUMAN et al., 2004).

O comportamento sedentário é característico da civilização atual (VARO et al., 2003) tendendo a se converter no principal fator de risco para a instalação e agravamento das DCNT. No decorrer dos últimos 50 anos, a atividade física (AF) apresentou decréscimo acentuado (BROWNSON; BOEHMER; LUKE, 2005), relacionado com a mecanização e automação do trabalho economicamente produtivo, a redução das atividades domésticas, os novos meios de deslocamento físico, o tipo de lazer, as tarefas rotineiras do domicílio, criando situações bem diferenciadas das demandas de um passado ainda recente. O progresso técnicocientífico se, por um lado trouxe significativa redução da mortalidade e o

conseqüente aumento da esperança de vida, por outro lado, incorporou todo um conjunto de facilidades e apelos de "marketing", resultando numa substancial mudança nos estilos de vida e do ambiente, caracterizando um novo contexto a que Carvalho (1996) se refere como efeitos mórbidos da civilização. Associa-se a este fato o aumento da insegurança causada pela violência e a redução dos espaços livres nos centros urbanos, que têm contribuído para um padrão de vida menos ativo, onde o tempo livre é gasto em atividades mais sedentárias (SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA ESPORTIVA, 1996).

A manifestação da tecnologia no cotidiano das sociedades industrializadas modificou o equilíbrio entre oferta e gasto de energia no organismo humano (POWELL et al., 1991). O homem globalizado, progressivamente dominado pelos padrões de países ocidentais de economia de mercado, está sujeito, principalmente nos países em desenvolvimento, a modificações qualitativas e quantitativas nos hábitos de consumo alimentar, o que é bem característico da transição nutricional (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003; POPKIN, 2004). Evidenciam-se quadros representativos do consumo excessivo de calorias, de açúcares simples, de ácidos graxos oriundos de gorduras animais ou produtos industrializados que incorporam ao cardápio humano alimentos não existentes na natureza, como as gorduras *trans*, proporcionando um excesso de energia não aproveitada pelo organismo ou implicando em desvios das rotas metabólicas normais, podendo manifestar-se clinicamente sob as formas de obesidade, hipercolesterolemia ou hiperglicemia. Estas manifestações são identificadas como fatores de risco para as principais DCNT (POWELL et al., 1991).

O quadro estrutural e conjuntural da sociedade brasileira a partir da década de 70 se configura com significativas mudanças nas condições de vida coletiva e individual, tais como a migração rural/urbana, a estrutura de emprego e renda, com a substituição de atividades predominantes do setor primário para o secundário e, finalmente, para o setor de serviços (TAVARES; MONTEIRO, 1994). Anteriormente, a maior parte das pessoas empregadas trabalhavam em ocupações que exigiam gastos calóricos elevados, enquanto hoje cada vez menos os empregos demandam atividade física regular. Para a maioria das pessoas de média e alta classes socioeconômicas, a participação na atividade física, muitas vezes requer um dispêndio de tempo e dinheiro para a aquisição e uso de equipamentos ou instalações (LAKDAWALLA; PHILIPSON, 2002; PRATT; MACERA; WANG, 2000).

Além disso, a incorporação de novos valores culturais, condicionados pelo progresso científico, tecnológico e mercadológico, representa um poderoso determinante para a substituição dos hábitos de consumo, inclusive no cenário alimentar, associandose à crescente inatividade física que hoje se expressa na elevada prevalência de sedentarismo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2008b). Dessa forma, a inatividade física se tornou um dos maiores problemas de saúde pública em toda Região das Américas, onde pelo menos metade dos adultos são sedentários (PRATT; JACOBY; NEIMAN, 2004). Em reconhecimento à carga das DCNT, na qüinquagésima sétima Assembléia Mundial da Saúde, a inatividade física foi afirmada como um fator de risco chave para prevenção e controle desse grupo complexo de comorbidades (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2004).

Embora se trate de um problema de reconhecimento já antigo na literatura científica, o interesse mundial sobre a importância da atividade física como um fator dos mais relevantes para a promoção da saúde é relativamente recente. Neste sentido, dois eventos são singularmente importantes: o consenso de mais de 150 países formalizado no documento "Estratégia global para alimentação, atividade física e saúde" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2004) e a publicação, em 2008, de um relatório sobre a situação da atividade física, reunindo resultados de 51 países. Destaca-se, neste informe, a grande variação de situação, encontrando-se casos, como o de Camarões, com uma prevalência de inatividade física de apenas 1,6% para homens, em contraste com a Mauritânia, onde a prevalência de inatividade elevou-se para 52% (GUTHOLD et al., 2008). Outros detalhes sobre a ocorrência do problema serão desenvolvidos no tópico sobre a relevância epidemiológica da atividade física.

Estima-se que a inatividade física em escala mundial seja responsável por mais de três milhões de mortes por ano, enquanto nos países de baixa renda as mortes atribuídas à inatividade física sejam apenas de um milhão, consequência da sobreposição de fatores de risco modernos como o sedentarismo com fatores tradicionais como a desnutrição (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2009a). Nos Estados Unidos a inatividade física e a dieta pobre em micronutrientes são responsáveis por pelo menos 16,6% dos óbitos (MOKDAD et al., 2004). A inatividade física também tem um custo econômico considerável. Análises efetuadas na Austrália, Canadá, Estados Unidos, Suíça e no Brasil (Estado de São Paulo) indicam que a inatividade física seria responsável por 2% a 6% do total das

despesas dos cuidados de saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002). Nos Estados Unidos, isto representa cerca de 76 bilhões de dólares gastos anualmente no tratamento de doenças potencialmente evitáveis (PRATT; MACERA; WANG, 2000). No Canadá, Katzmark, Gleidill e Shepard (2000) demonstraram que aproximadamente 2,1 bilhões de dólares são gastos anualmente com custos atribuídos à inatividade física.

Em relação aos múltiplos benefícios para a saúde associados a atividade física, encontram-se eventos fisiológicos e respostas metabólicas ao gasto de energia que impõe exigências e solicitações de múltiplos órgãos e sistemas enzimáticos. Estas exigências levam a respostas agudas e a longo prazo do aparelho circulatório, sistemas respiratório, nervoso, endócrino e esquelético. Os benefícios mais diretos da atividade física são as adaptações cardiovasculares e músculo-esqueléticas, que aumentam a capacidade funcional destes sistemas (SHEPHARD, 1991; ASTRAND, 1999). O aumento da capacidade aeróbica e força muscular e resistência tem sido bem documentado pelos programas de treinamento em indivíduos de todas as idades (ERIKSSON; FRANKS; ELIASSON, 2009). Estudos epidemiológicos e clínicos identificaram a prevenção de muitas doenças e fatores específicos relacionados aos benefícios da atividade física, onde dados convincentes demonstram ligação da atividade física regular à taxas mais baixas de doença cardíaca coronária (MORRIS, et al., 1966; NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH, 1996) diabetes (LEE; PAFFENBARGER, 2000) e câncer de cólon e de mama (BATTY; THUNE, 2000), bem como melhorias na saúde mental (ARTAL; SHERMAN, 1998) e densidade óssea (US DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES, 1996).

A atividade física (AF) assume importância especial e crescente na atualidade e em suas projeções para o futuro em virtude de sua relação direta com as doenças crônicas, sobretudo nas sociedades urbanizadas do mundo moderno e nos países em desenvolvimento, onde se configuram as elevadas prevalências de sedentarismo. O conhecimento sobre o sedentarismo e seus fatores associados traz importantes contribuições para a saúde pública, podendo subsidiar a formulação e o gerenciamento de políticas e programas de incentivo à prática de atividades físicas, como um co-requisito indispensável para o resgate de uma condição de vida saudável e socialmente proveitosa.

1.2 Atividade física: conceitualização e abordagem

A atividade física pode ser entendida como qualquer movimento corporal, produzido pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético (CASPERSEN; POWELL; CHRISTENSON, 1985), ocorrendo, primariamente, em cinco domínios: transporte, recreacional, doméstico, ocupacional e escolar (PRATT; JACOBY; NEIMAN, 2004).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2003a), a inatividade física ou comportamento sedentário é definido como um estado onde o movimento corporal é mínimo e o gasto energético se aproxima da taxa metabólica de repouso. A inatividade física é compreendida como pertencente ao contexto dos hábitos de vida.

A caracterização do estilo de vida sedentário está intimamente relacionado com as recomendações mínimas de atividade física para que se tenha benefícios substanciais na saúde do indivíduo. Instituições públicas de vários países do mundo, incluindo a Organização Mundial da Saúde/Estratégia Global e o CDC (Center for Disease Control), endossam a recomendação de pelo menos 30 minutos de atividade física de intensidade moderada em pelo menos cinco dias da semana ou 20 minutos de atividade vigorosa em pelo menos três dias na semana ou a combinação dos dois (BARRETO et al., 2005; HASKELL et al., 2007; PATE et al., 1995; US DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES, 1996).

O gasto energético pode ser medido em kilocalorias (Kcal) ou MET (Termo de Equivalente Metabólico, 1 MET = 3,5 ml de O₂/kg/min). Entretanto, o processo de mensuração do nível de atividade física, por meio dessas medidas, é de difícil aferição na população, pois pressupõe o uso de calorimetria. A calorimetria indireta para determinação do gasto de energia, baseia-se na medição dos volumes de oxigênio inspirado e de dióxido de carbono expirado. No entanto, este gasto só tem sentido se associado ao gasto diário de energia do organismo para manutenção de suas atividades vitais, ou seja, se associado à taxa metabólica basal, que deve ser medida em jejum de 12 horas, em repouso e em ambiente com temperatura controlada. Desta descrição mínima, observa-se que se trata de um processo complexo dispendioso e inadequado para aplicação em nível populacional (HEYWARD, 1997).

Portanto, o instrumento mais utilizado para mensurar o sedentarismo tem sido através da entrevista, utilizando-se um questionário com perguntas específicas. Nestas entrevistas, busca-se avaliar o grau de sedentarismo, incluindo diversas perguntas como: freqüência ou horas gastas em realização de esportes, variedades de exercícios físicos realizadas em períodos determinados e até mesmo um questionário com uma única pergunta para identificar o quanto o indivíduo é ativo (STEPHENS; JACOBS; WHITE, 1985).

Os inquéritos populacionais têm sido a forma de aplicação deste instrumento para a identificação do nível de sedentarismo. No entanto, Powell e Paffenbarger (1985) alertam que é necessário "determinar precisamente o que cada instrumento está medindo e o quanto de exatidão ele pode medir para não se superestimar a prevalência e assim evitar que as políticas sejam fundamentadas em distorções". Isto porque a prevalência estimada de atividade física varia consideravelmente, dependendo de quantos domínios são incluídos na pesquisa e como a atividade física é definida, ou seja, pelo cálculo do nível de gasto energético, o que esbarra em imprecisões conceituais sobre "o que" é avaliado e "como" é medido (PRATT; JACOBY; NEIMAN, 2004). Alguns pontos devem ser vistos com mais atenção no cálculo da proporção de indivíduos sedentários. Um desses pontos refere-se à interpretação dada às respostas provenientes dos questionários. Outra questão a se observar são os critérios envolvendo variáveis independentes, tais como sexo, idade e status socioeconômico que precisam ser investigadas mais detalhadamente para a caracterização da parcela de sedentários, como condição, inclusive, para adequar as intervenções às necessidades dos subgrupos populacionais (HALLAL et al., 2003). Desta maneira, pode-se pensar que as diferentes percepções sobre um mesmo tema/termo dificultam sua seleção como elemento observável e, consequentemente, as intervenções e a avaliação dos resultados, assim como o acompanhamento do seu efeito sobre outras variáveis.

Esta problemática em relação aos estudos de prevalência da atividade física ficou evidenciada quando, em 1996-1999, foi realizado um estudo avaliando apenas a atividade física de lazer, observando-se que 13% dos adultos brasileiros das regiões Sudeste e Nordeste foram categorizados como ativos fisicamente (MONTEIRO et al., 2003). Este resultado entra em contraste com um recente estudo realizado com a população da Região Sul do país, em amostra de 3.182 indivíduos com mais de 20 anos, reportando 58,9% dos adultos como regularmente ativos e

41,1% como inativos (HALLAL et al., 2003). Este último estudo utilizou o questionário conhecido como IPAQ (versão curta), que se distingue dos demais questionários utilizados nas pesquisas realizadas nos países desenvolvidos por incluir, além das atividades de lazer, as atividades domésticas, ocupacionais e de transporte. Esta diferença foi atribuída ao tipo de desenho metodológico utilizado naquelas pesquisas, que se restringem a medir o nível de atividade física realizada somente nos momentos de lazer. Os autores concluíram que a ausência da categoria "atividades domésticas" nos inquéritos faz com que ocorra um viés tanto de gênero como de classe social, já que o trabalho doméstico é realizado mais por mulheres, e de níveis socioeconômicos mais baixos.

O Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) construído, em 1998, pelo Grupo Internacional para Medidas da Atividade Física que contou com 25 países representantes, inclusive o Brasil, foi desenvolvido numa tentativa de uniformizar a avaliação da prevalência de atividade física, em diferentes países e culturas em escala mundial. Existem quatro formas curtas e quatro formas longas do IPAQ, sendo que a versão curta é uma medida genérica de todos os domínios da atividade física e a versão longa é mais expandida em cada domínio que compõe o instrumento de avaliação (CRAIG et al., 2003).

A confiabilidade e a validade dessas formas foram testadas em 14 centros em 12 países durante o ano de 2000 (CRAIG et al., 2003). A partir deste estudo, foi sugerido que o tipo IPAQ curto, com investigação dos últimos sete dias, poderia ser utilizado em estudos epidemiológicos de prevalência nacionais e regionais. Esta forma foi geralmente bem recebida nas cidades em que os dois tipos foram administradas, sendo relatado que a forma longa é "muito chata e repetitiva" e é também demorada em sua aplicação e, portanto, cara. A validade e a confiabilidade da versão curta do IPAQ foram abordadas em diversos estudos (KURTZE: RANGUL; HUSTVEDT, 2008; MACFARLANE et al., 2007; PAPATHANASIOU et al., 2010; RUTTEN et al., 2003; RZEWNICKI; AUWEELE; BOURDEAUDHUIJ, 2003) sendo encontrados resultados confiáveis e comparáveis a outras formas de mensuração. No Brasil, o questionário foi avaliado por Hallal; Victora (2004a) que relataram que a versão curta pode subestimar níveis de AF em adultos brasileiros. No entanto, outro estudo brasileiro realizado com 257 indivíduos demonstrou, que as versões curta e longa foram comparáveis ao sensor de movimento (MATSUDO et al., 2001). Em estudo de revisão sistemática no Brasil sobre a prevalência de atividade física, encontrou-se que 20% dos estudos analisados utilizaram o IPAQ e a forma curta foi a mais encontrada (DUMITH, 2009).

1.3 Relevância epidemiológica da atividade física

Em termos de magnitude, o comportamento sedentário é o fator de risco mais importante para as doenças crônicas não transmissíveis de maior prevalência no mundo. Ressalta-se que nos países desenvolvidos mais da metade dos adultos está constituída de pessoas insuficientemente ativas, enquanto nos países em desenvolvimento o sedentarismo está rapidamente crescendo, principalmente nas grandes cidades, tornando-se um enorme desafio na agenda de prioridades de saúde coletiva (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010).

A prevalência global da inatividade física é de pelo menos 60%, o que significa que este contingente da população não consegue completar as recomendações de atividade física estimadas para induzir os benefícios esperados para sua saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010).

Alguns países, principalmente os desenvolvidos, começam a apresentar diminuição do comportamento sedentário, influenciados positivamente pela adoção de políticas públicas. No Canadá a proporção de atividade física recomendada de adultos aumentou durante os anos 1980 e 1990, de 22% para 41% (CRAIG et al., 2004). De maneira semelhante, a Inglaterra apresentou um aumento da proporção de adultos atingindo os níveis recomendados de atividade física entre homens de 32% para 40% e entre mulheres de 21% para 28%, entre os anos de 1997 e 2006. Por outro lado, em 2006 um terço da população da Inglaterra ainda era considerada inativa (BRITSH HEART FOUNDATION STATISTICS DATABASE, 2010). Em estudo realizado com 25 países europeus, analisando a atividade física autorelatada, verificou-se que os maiores percentuais de adultos que não praticam atividade física de intensidade moderada numa semana usual são encontrados em Malta, Espanha, Irlanda, Itália, França e Reino Unido, com uma variação de 51% a 78% nesses países, sendo encontrados baixíssimos índices na Eslováquia (22%), Eslovênia (24%) e Aústria (26%) (EUROBAROMETER, 2010).

O estudo do CDC reuniu dados do Behavioral Risk Factor Surveillance System (BRFSS) analisando as mudanças na prevalência de atividade física de lazer regular com uma amostra randômica de norte-americanos maiores de 18 anos de 50 estados nos períodos de 2001 a 2005 (MORBIDITY AND MORTALITY WEEKLY REPORT, 2008). Este relatório indica que, de 2001 a 2005, a prevalência de atividade física regular aumentou 8,6% entre as mulheres em geral (de 43,0% para 46,7%) e 3,5% entre os homens (de 48,0% para 49,7%). Contudo, em outro estudo, foi observado que os norte americanos dispendem mais da metade das horas diárias em comportamentos sedentários (MATTHEWS et al., 2008), demonstrando, assim um desempenho bem deficiente em relação ao que se observa na comunidade britânica.

Apesar desta tendência, verifica-se a presença da baixa intensidade de atividade física no conjunto dos países desenvolvidos. Dois terços da população adulta dos países europeus são considerados insuficientemente ativos (SJÖSTRÖM et al., 2006). Em Portugal 95,5% das mulheres não realizam atividade física de lazer (CAMÕES; LOPES, 2008).

Em relação aos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, o estudo mais completo do mundo sobre a AF foi realizado entre 2002 e 2003, utilizando a versão curta do IPAQ, com 212.021 adultos (18-69 anos de idade) de 51 países, incluindo o Brasil. A prevalência de inatividade física (média não-ponderada para todos os países) encontrada foi de 17,7% em ambos os sexos e, 15,2% entre os homens e 19,8% entre as mulheres. Os valores de inatividade física foram heterogêneos entre os países localizados na região Africana, tanto para homens (de 1,6% até 52,6%) quanto para mulheres (de 3,8% até 72,0%), já a do Leste Europeu e do Sudeste Asiático, bem como nos países do Pacífico Ocidental, com poucas exceções, apresentaram um número relativamente semelhante da prevalência de inatividade. O Brasil foi o segundo país da região das Américas com maior prevalência de inatividade física (26,1% homens e 30,4% mulheres), perdendo apenas para a República Dominicana. A tabela 1 mostra a proporção de pessoas com inatividade física nas regiões mundiais de saúde, considerando o país com maiores prevalências para cada região (GUTHOLD et al., 2008).

Tabela 1 - Prevalência de inatividade física em regiões do mundo.

Região (País)	Inatividade física (%)		
	Homens	Mulheres	
África (Mauritânia)	52,6	72,0	
Américas (República Dominicana)	38,3	44,2	
Sudeste da Ásia (índia e Bangladesh)	9,4	27,0	
Europa (Turquia)	29,0	43,5	
Leste do Mediterrâneo (Emirados Árabes)	39,5	59,0	
Pacífico Ocidental (Malásia)	16,5	23,6	

Fonte: Guthold et al. (2008).

Em estudo multicêntrico organizado pela Organização Panamericana da Saúde, realizado em Porto Alegre e São Paulo (Brasil), La Habana (Cuba), Santiago (Chile), Caracas (Venezuela) e Ciudad Acuña e Pedras Negras (México), a prevalência de sedentarismo variou de 42% a 68% entre os homens e 65% a 82% entre as mulheres (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 1986).

Na prática das atividades desportivas também se observa uma situação bem desfavorável. Hernández et al. (2003) em estudo nacional no México envolvendo 2.367 mulheres de 12 a 49 anos, encontraram apenas 16% das mulheres com práticas de atividade esportiva. No Peru, em um estudo com 45.319 pessoas com mais de 15 anos, foi encontrada uma prevalência de 38,2% de atividade física esportiva, sendo menor na Região Metropolitana (Lima) que nas demais regiões metropolitanas (SECLÉN-PALACÍN; JACOBY, 2003).

Cutter, Tan e Chew (2001) avaliaram o impacto do "Programa Nacional de Estilos de Vida Saudável" em Singapura, com uma amostra de 4.723 indivíduos de 18 a 69 anos. O programa objetivava intervir sobre os fatores de risco para as DCNT. Observou-se um aumento de 13,6% para 16,9% no período de 1992 a 1998 (com valor de p < 0,001) das pessoas que se exercitavam regularmente, isto é, pelo menos três vezes na semana por pelo menos 20 minutos cada secção. Acompanhando esta tendência, houve também um aumento significativo da proporção de mulheres que se exercitavam regularmente no mesmo período.

Al-Hazzaa (2006) estudando a atividade física, através da versão curta do questionário IPAQ, em indivíduos com 15 a 78 anos, encontrou que mais de 72% da população da Arábia Saudita não praticava nenhum tipo de atividade de intensidade

vigorosa por pelo menos 10 mim, observando que 40,6% dos adultos foram considerados inativos.

O monitoramento da atividade física no Brasil ainda não dispõe de séries históricas suficientemente longas e comparáveis para avaliar suas tendências no país. Algumas pesquisas nacionais, mesmo não sendo satisfatoriamente comparáveis, podem propiciar parâmetros úteis na avaliação e monitoramento da situação epidemiológica (BRASIL, 2009a). Há o estudo de tendência temporal realizado na cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul) entre os períodos de 2002 e 2007 que observou um aumento da prevalência de indivíduos sedentários de 41,1% para 52% com o tempo (KNUTH et al., 2010).

Em 2004, o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Vigilância em Saúde em cooperação com o INCA (Instituto Nacional de Câncer) e participação das Secretarias de Estado de Saúde, realizaram o primeiro inquérito de base populacional sobre fatores de risco de agravos e DCNT, de ampla cobertura no país: "Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis", em 15 capitais e Distrito Federal. Este estudo feito com 23.457 adultos maiores de 15 anos, utilizando a versão curta do IPAQ, observou que a cidade do Recife figurava entre as cinco capitais brasileiras com maior ocorrência de inatividade física em adultos, alcançando 41% (BRASIL, 2004).

Neste contexto, a Secretaria de Vigilância em Saúde vem promovendo ações com o objetivo de estruturar o Sistema de Vigilância das DCNT. Dentre essas ações, destaca-se a publicação do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), iniciado em 2006 e tendo continuidade no ano de 2007 e 2008 nas capitais brasileiras e Distrito Federal. Foram realizadas 54.353 entrevistas (BRASIL, 2009b), e se encontrou uma freqüência de adultos que praticam atividade física suficiente no lazer em todas as cidades estudadas, variando entre 14,8% em Aracaju e 21,7% em Palmas, no ano de 2008. A cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, apresentou no ano de 2008 a mais alta prevalência de inatividade física entre as mulheres (32,4%) e a segunda maior prevalência de inatividade física para ambos os sexos (32,0%), perdendo apenas para a cidade de Natal. Entre 2006, 2007 e 2008, observou-se evolução uniforme, favorável e estatisticamente significante no percentual de indivíduos que realizam atividade física de lazer nos dois sexos combinados e entre

homens. Consistente com este comportamento verificou-se uma redução estatisticamente significante da inatividade física entre os homens no mesmo período; contudo entre as mulheres houve um aumento significativo da inatividade física (BRASIL, 2008).

Em artigo de revisão Bloch, Rodrigues e Fizman (2006), encontraram que, no Brasil, mais de dois terços das populações estudadas não praticavam atividades físicas regulares de forma adequada, principalmente em relação às mulheres brasileiras. Em estudo anterior, Monteiro et al. (2003) com 11.033 adultos de 20 anos e mais no biênio 1996-1997, encontraram menores prevalências de atividade física de lazer na região Nordeste, recomendada tanto para homens (3,4%) quanto para mulheres (1,9%).

Siqueira et al. (2008), estudando a prevalência de atividade física, através da forma curta do IPAQ, em adultos maiores de 30 anos, usuários de Unidades Básicas de Saúde de sete estados do Brasil, sendo dois na Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina) e cinco no Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí), encontraram prevalências de sedentarismo de 31,8% e 58% para adultos (30-64 anos) e idosos (65 anos e mais), respectivamente. O estudo demonstrou que o Nordeste apresentou maior prevalência de sedentarismo para adultos (39,0%) e idosos (67,5%).

Estudo colaborativo de populações urbanas do Estado de São Paulo (2.348 adultos) e da Cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (2.906 adultos) evidenciou uma prevalência de 39,4% indivíduos com escore de atividade física abaixo de 150 min por semana em São Paulo e foi de 39,0% em Pelotas (HALLAL et al., 2005). Estes autores observaram ainda que o comportamento sedentário foi três vezes maior em Pelotas. A explicação para este fato pode refletir o estilo de vida menos sedentário da população residente no Estado de São Paulo, mesmo que a intensidade ou freqüência de atividade física encontrem-se abaixo dos níveis mínimos recomendados para obter efeitos benéficos na saúde. Uma explicação pode ser o programa de promoção de exercícios conhecidos como "Agita Brasil", iniciado em 1996 no Estado de São Paulo (MATSUDO et al., 2003).

Prevalências elevadas de inatividade física (80,7%) também foram encontradas no estudo epidemiológico de base populacional no Sul do Brasil, envolvendo 1.968 indivíduos de 20 a 69 anos de idade da cidade de Pelotas (DIAS-DA-COSTA et al, 2005). Estes dados corroboram com o estudo da coorte de

Pelotas, onde foram estudados 4.297 indivíduos, encontrando que 87% das mulheres e 58,4% dos homens não praticavam atividades físicas moderadas ou vigorosas (AZEVEDO et al., 2008).

Resultado semelhante foi descrito entre adultos com mais de 20 anos na cidade de Salvador (Bahia) em uma amostra de 2.292 indivíduos, verificando-se que a prevalência de sedentarismo no lazer foi de 72,5% (PITANGA; LESSA, 2005). Fontes e Vianna (2009), estudando 1.503 estudantes de uma universidade da região Nordeste (Universidade Federal da Paraíba), encontraram baixo nível de atividade física (31,2%).

1.4 Fatores associados à atividade física e modelo hierarquizado de determinação

Um grande número de aspectos demográficos, biopsicológicos, cognitivos, socioculturais e ambientais influenciam o exercício da atividade física, diferenciando seus níveis de intensidade e seus tipos de realização (BAUMAN et al, 2002). Seus determinantes são, portanto, multifatoriais com cada indivíduo, em seu contexto familiar e grupal e no nível de desenvolvimento humano de que participam (PRATT, JACOBY, NEIMAN, 2004). Segundo Neiman e Jacoby (2003) é importante ampliar a compreensão dos determinantes da inatividade para além de características individuais e culturais, tornando-se cada vez mais evidente que os padrões de atividade são resultado de mais do que uma vontade individual. Novas pesquisas sugerem que as variáveis ambientais, como o acesso a espaços recreacionais, o tempo e a segurança, contribuem para os padrões da inatividade (HUMPEL; OWEN; LESLIE, 2002).

Em relação às características individuais, o sexo tem sido evidenciado como fator importante na determinação da atividade física. Em um importante estudo do CDC nos Estados Unidos (2008) verificou-se que os homens maiores de 18 anos apresentaram maiores prevalências de atividade física nos anos de 2001 e 2005 e em relação a todas as faixas etárias (MORBIDITY AND MORTALITY WEEKLY REPORT, 2008).

Um estudo de tendência realizado no Canadá nos anos de 1981 a 2000 evidenciou maiores prevalências de atividade física de lazer entre homens adultos em todos os períodos estudados (CRAIG et al., 2004). Os indivíduos com menor faixa etária apresentaram maior percentual de atividade física tanto para homens quanto para mulheres nos anos de 2001 e 2005, descrevendo-se que os indivíduos com mais de 65 anos apresentaram as menores prevalências. Por outro lado, os indivíduos com faixas etárias mais elevadas, principalmente do sexo feminino, obtiveram o maior crescimento do percentual da atividade física entre os anos de 2001 e 2005, 12,7% entre mulheres acima de 65 anos (de 32,2% para 36,3%) e 7,4% entre os homens com 45 a 64 anos (de 43,3% para 46,5%) (MORBIDITY AND MORTALITY WEEKLY REPORT, 2008). Craig et al. (2004) obtiveram resultados semelhantes em relação à faixa etária mais jovem (18 a 24 anos) que apresentaram maiores prevalências de atividade física enquanto os mais velhos (acima de 65 anos) apresentaram as menores prevalências em todos os anos (1981 a 2000), exceto em 1988. Estudos brasileiros encontraram resultados semelhantes em relação ao sexo masculino ser mais ativo fisicamente; Monteiro et al. (2003), Florindo et al. (2009), Brasil (2008) observaram que os idosos apresentavam sempre as menores prevalências de atividade física.

A condição socioeconômica tem sido relatada na literatura científica como um fator com associação positiva com o sedentarismo, quando avaliados todos os domínios de atividade física (HALLAL et al., 2003). Por outro lado, pesquisas que consideram a atividade física de lazer mostram que indivíduos com menores níveis de renda tendem a ser mais sedentários (CRAIG et al., 2004; DIAS-DA-COSTA et al., 2005; HALLAL et al., 2005b; MONTEIRO et al., 2003; PITANGA; LESSA, 2005). Isso pode ser explicado pela restrição de gastos financeiros em muitas atividades de lazer, como academias, por exemplo. Além disso, o conhecimento acerca dos benefícios da atividade física à saúde também está associado com o melhor nível econômico (DOMINGUES; ARAUJO; GIGANTE, 2004).

Tem sido demonstrado que indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a apresentar maiores prevalências de atividade física de lazer (CRAIG et al., 2004; MORBIDITY AND MORTALITY WEEKLY REPORT, 2007; MONTEIRO et al., 2003).

Monteiro et al. (2003) em estudo com 11.033 indivíduos da região do Nordeste e Sudeste do Brasil encontraram diferenças estatisticamente significantes entre as zonas urbanas e rurais, sendo os indivíduos da zona rural aqueles que apresentaram as menores prevalências de atividade física de lazer. Por outro lado, estudos que consideram outros domínios da atividade física como o trabalho, encontraram que indivíduos de zonas rurais apresentam maiores prevalências de atividade física (GUTHOLD et al., 2008).

A incorporação da atividade física como hábito de vida também influencia indiretamente outros cuidados com a saúde (SICHIERY, 1998). Dessa forma, aqueles que praticam esportes ou outros tipos de atividade, tendem a fumar menos e a se preocuparem mais com a composição corporal e o tipo de dieta consumida. O tabagismo também está relacionado com maiores níveis de inatividade física em mulheres e homens norte-americanos (ANDRADE et al., 1998; HARREBY et al., 1997). Em estudo com 326 homens Florindo et al. (2001) observaram que indivíduos não fumantes apresentaram quatro vezes mais chance de praticar atividade física, quando comparados com indivíduos fumantes.

A prática de atividade física resulta, portanto, de uma complexa rede de relações entre diversos fatores de várias ordens e dimensões, necessitando, portanto, a proposição de modelos hierarquizados relativamente complexos para o estudo de seus determinantes e interrelações (DUMITH, 2008). Ademais, através de uma estrutura hierarquizada, é possível considerar e modelar fatores distintos de acordo com sua precedência no tempo e de sua relevância para a determinação do desfecho (LIMA; CARVALHO; VASCONCELOS, 2008). Os chamados modelos hierarquizados fornecem um guia para análise e interpretação dos resultados à luz dos conhecimentos existentes, seja de natureza teórica, ou de ordem empírica, representado uma estratégia interessante para lidar com um grande número de variáveis conceitualmente relacionadas em estudos epidemiológicos.

Neste sentido, modelos de determinação da atividade física tem sido propostos por Dias-da-Costa et al. (2005), Dumith (2008), Siqueira et al. (2008). Pelo menos cinco grandes grupos de variáveis que estão relacionadas com a adoção da prática da atividade física podem ser identificados: fatores demográficos e socioeconômicos, fatores ambientais e socioculturais, fatores comportamentais, fatores decorrentes do processo saúde/doença e fatores psicocognitivos. Sabe-se que estes fatores não atuam isoladamente, mas sim dentro de uma cadeia complexa de relações conjuntas de uns sobre os outros. A associação destes e de outros fatores com a prática da atividade física pode ser encontrada em dois amplos

estudos de revisão sobre esse assunto (TROST et al., 2002; VAN DER HORST et al., 2007). Embora, como analisa Rissin (2003) o modelo mais adequado de concepção e operação de ideogramas explicativos seja próprio para cada situação, em cada espaço e num determinado tempo, os princípios gerais de sua construção acham-se bem estabelecidos. No caso da atividade física, embora a literatura seja ainda recente (FERREIRA et al., 2007; SEABRA et al., 2008; SEEFELDT; MALINA; CLARK, 2002), já se dispõe de um razoável suporte analítico sobre a classificação de fatores mais distais, intermediários e proximais relevantes na sua determinação (DUMITH, 2008). Ou seja, já se torna possível, com satisfatória consistência, propor e testar modelos hierarquizados para compreender, analiticamente, a lógica do sedentarismo.

1.5 Atividade física e promoção da saúde

Seguindo a compreensão da saúde como um processo, ao invés da ausência de doença, na priorização da vida com qualidade, na defesa do posicionamento político em torno de relações sociais mais eqüitativas, práticas voltadas à promoção da saúde tornam-se importantes (MARCONDES, 2004). A promoção da saúde, entendida como uma das estratégias de produção social de saúde, deve estar articulada e permear políticas públicas e tecnologias a serem implantadas e pressupor a intervenção entre o setor sanitário e os demais setores da sociedade, entre o indivíduo e seu meio, produzindo uma rede de corresponsabilidade pelo bem-estar global (MORETTI et al., 2009).

Neste sentido, atualmente, ações de promoção de saúde, prevenção e combate às DCNT são um dos maiores desafios para o setor saúde. Em 2006 a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) foi aprovada, tendo como entendimento o modo de viver de homens e mulheres como produto e produtor de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que aceleram a vida em sociedade a uma velocidade cada vez maior, sem precedentes na história. A PNPS reconhece a relevância epidemiológica do tema da atividade física, destacando-o como linha prioritária pelo Ministério da Saúde que através do seu Plano Plurianual prevê a descentralização de recursos do Fundo Nacional de Saúde para

financiamento de projetos municipais e estaduais de atividade física, dentre outras ações do governo até 2011(MALTA et al., 2009).

Com o objetivo de implementar a promoção da saúde, programas de intervenção em nível populacional (escolas, locais de trabalho, locais de cuidado de saúde e comunidade) estão sendo implementados em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Encontram-se evidências científicas, nos países desenvolvidos. baseadas em revisões da literatura científica, sobre a efetividade da intervenção na atividade física (BULL et al., 2004a; CENTERS FOR DISEASE CONTROL, 2001; HEALTH DEVELOPMENT AGENCY, 2005; KAHN et al., 2002), com políticas nacionais de atividade física (Austrália, Canadá, Finlândia, Suíça) e orientações para disseminação nacional da atividade física para adultos (BULL et al., 2004b). Em contraste, nos países em desenvolvimento, a evidência ainda é esparsa (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2008b). Em estudo de revisão, a Organização Mundial da Saúde (2008b) encontrou oito países com intervenção na atividade física em larga escala (Brasil, China, Irã, Malásia, Paquistão, Filipinas, Singapura e Tailândia) e outros 23 países em desenvolvimento com algum tipo de intervenção em atividade física. Hoehner et al. (2008) em revisão sistemática sobre intervenções na atividade física na América Latina, verificaram que apenas as intervenções baseadas na educação escolar foram recomendadas.

No Brasil são encontradas ações reconhecidas internacionalmente e com bons resultados, dentre os quais destacam-se o programa chamado "Agita São Paulo" amplamente difundido e que mostrou efeitos promissores de campanhas em larga escala para aumento da atividade física (MATSUDO et al., 2003). Em Recife o programa "Academia da Cidade" é organizado com o objetivo de promover a atividade física por equipes multiprofisisonais em espaços públicos de lazer e vem sendo desenvolvido desde 2002, nos centros de atenção psicossocial e centros médicos também apresentando resultados bem positivos, o que motiva sua expansão para outras cidades (Aracaju e Belo horizonte) (SIMÕES et al., 2009).

Assim, a Organização Mundial da Saúde, através do Projeto "Mega Countries" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2003b), está estimulando o desenvolvimento de Sistemas de Vigilância das Doenças e Agravos não Transmissíveis, mediante monitoração de seus fatores de risco, estando a atividade física como uma das estratégias mais importantes para o alcance desse objetivo de política de saúde (BARRETO et al., 2005).

2 JUSTIFICATIVA

Apesar do consenso praticamente universalizado de que a atividade física tornou-se um componente de importância primordial na determinação de morbidade e mortalidade da maioria dos países no mundo atual, no Brasil e em muitos outros países da América Latina são ainda escassos os estudos sobre o assunto. Associado, como fator de risco, ao grupo de doenças crônicas e suas graves implicações, o sedentarismo emerge como uma condição de risco de importância crescente, respondendo, como fator agregado, a cerca de 50% dos óbitos em populações de adultos no mundo atual.

Dentro desta perspectiva e, ainda considerando a rapidez e a magnitude alcançada pela transição epidemiológica no Brasil, modificando de forma marcante o perfil de doenças e causas de morte de uma década para outra, a avaliação do nível de atividade física impõe-se como um conhecimento primordial para compreender aspectos chaves das DCNT. Justifica-se assim a importância epidemiológica do sedentarismo, em termos de magnitude, danos sociais (mortes e incapacitações temporárias e permanentes), o conhecimento de seus fatores de risco e, portanto, a pertinência de medidas de intervenções para seu controle. Estes conhecimentos são os fundamentos necessários para elevar a questão da atividade física para a agenda da saúde pública, em nível de políticas, programas e pautas de estudos prioritários.

O estado de Pernambuco reúne uma condição muito apropriada para estudar o padrão epidemiológico das DCNT neste início de século, tendo em vista a realização de um primeiro inquérito no Brasil a este respeito, cobrindo, com amostras representativas, os três espaços geográficos de estado (região metropolitana do Recife, interior urbano e interior rural). Contando, com informações específicas dos níveis de atividade física, ao lado das DCNT, como a diabetes mellitus, a hipertensão arterial e o sobrepeso/obesidade, dispõe-se, assim, de um banco de dados que possibilita quadros descritivos e desdobramentos analíticos ainda pouco explorados sobre estes aspectos, reportando a situação da população adulta no meio urbano e rural do estado. Diante do exposto, este projeto focaliza a seguinte questão: Qual a prevalência da atividade física em adultos no estado de Pernambuco e quais fatores estão associados à ocorrência do sedentarismo em nível populacional?

3 OBJETIVOS

Geral

Estimar a prevalência das categorias de atividade física em adultos no estado de Pernambuco e analisar a relação do sedentarismo com fatores hipoteticamente relevantes para sua ocorrência em nível populacional.

Específicos

- a) Classificar os níveis de atividade física e estimar suas respectivas distribuições em pessoas com 25 anos e mais no estado de Pernambuco;
- b) Analisar o sedentarismo em função do espaço geográfico, condições socioeconômicas, características biológicas, relacionadas à saúde/doença e comportamentais;
- c) Propor e testar um modelo hipotético causal que possa relacionar, hierarquicamente, os fatores estatisticamente significativos para a compreensão do sedentarismo em nível populacional, no estado de Pernambuco.

4 METODOLOGIA

4 METODOLOGIA

Para fins de apresentação da metodologia do presente estudo, será inicialmente descrito o contexto da pesquisa que gerou o banco de dados utilizado. E, posteriormente, serão apresentados a casuística e método utilizados para atender os objetivos do presente estudo.

4.1 O contexto da pesquisa

O presente estudo foi desenvolvido utilizando dados produzidos pela pesquisa – "Doenças crônicas e agravos não transmissíveis no estado de Pernambuco: prevalência e fatores de risco, Pernambuco/ 2006", realizada pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, em parceria com o Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (IMIP), a Secretaria Estadual de Saúde e a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), com financiamento do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia (CNPq).

A pesquisa foi realizada em 18 municípios de Pernambuco, os quais representam estatisticamente a população urbana e rural do estado. Fizeram parte da amostra os municípios do Recife, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Caruaru, Camocim de São Felix, São Bento do Una, Triunfo, Itaíba, Palmares, Ribeirão, Panelas, Belém de São Francisco, Bodocó, Goiana, Itaquitinga e Orobó conforme ilustração cartográfica representada na figura 1.



Figura 1 - Cartografia das áreas de amostragem da pesquisa "Doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Estado de Pernambuco: prevalência e fatores de risco, Pernambuco/ 2006".

4.1.1 Delineamento da pesquisa

Trata-se de um inquérito de corte transversal, de base populacional, em amostra representativa do meio urbano e rural do estado de Pernambuco, segundo características e procedimentos descritos nos tópicos que se seguem.

4.1.2 Características da área

Com uma área de 98.311 km², abrigando uma população estimada de 7.800.000 habitantes distribuídos em 185 municípios, o estado de Pernambuco apresenta uma densidade demográfica de 80,5 habitantes km². Sua população é predominantemente urbana, representada por 75,5% dos seus habitantes (AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO, 2011).

Com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,705, o estado de Pernambuco é considerado como de desenvolvimento médio, de acordo com classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ocupando a 18ª posição no Brasil. Possui uma taxa de analfabetismo de 28,3% para maiores de 25 anos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2011).

4.1.3 População da pesquisa: construção da amostra

A amostra, do tipo probabilística, autoponderada, foi escolhida pelo método de múltiplos estágios, através do sorteio seqüencial de municípios, setores censitários e domicílios, sendo dimensionada para assegurar representatividade estatística de dois estratos geoeconômicos - urbano e rural:

a) O primeiro estágio consistiu na seleção dos municípios, com probabilidade

proporcional à sua população (Região Metropolitana do Recife - RMR e interior do estado). Foram sorteados, na RMR, os municípios de Recife, Cabo, Jaboatão, Olinda, Paulista, onde se localizam 45% da população estimada de Pernambuco. No interior do estado foram incluídos, os municípios de Belém de São Francisco, Bodocó, Caruaru, Camocim de São Félix, Goiana, Itaiba, Itaquitinga, Orobó, Palmares, Panela, Ribeirão, São Bento do Una e Triunfo, com seus dois espaços: interior urbano (IU) e interior rural (IR). Na realidade, estes municípios já estavam selecionados desde 1991, conforme se explica em outro parágrafo da metodologia.

- b) No segundo estágio, foram sorteados, também pelo critério de proporcionalidade da população de cada município pré-selecionado, os setores censitários (unidades espaciais de amostragem predeterminadas pelo IBGE), recaindo 16 desses setores na RMR, 17 no IU e 12 no IR, compreendendo assim 45 setores censitários que se comportam como conglomerados amostrais.
- c) Finalmente, em um terceiro estágio, foram selecionados os domicílios e neles identificados os indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos. Os domicílios foram aleatoriamente sorteados com base em um cadastro descritivo do IBGE onde, a partir de um ponto inicial, também localizado por sorteio, em movimento de sentido anti-horário, foram incluídas as unidades primárias de estudo (pessoas na faixa etária de interesse) até alcançar a quota amostral de cada setor (variável em razão da população residente com um valor referencial de 40 ± 5 pessoas).

A definição do tamanho da amostra básica para a pesquisa "Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Estado de Pernambuco: Prevalência e Fatores de Risco" foi estabelecida em função das variáveis de interesse prioritário do estudo, considerando prevalências previstas ou detectadas em avaliações epidemiológicas anteriores ou, ainda, referenciando limiares endêmicos convencionados por comitês de especialistas ou prevalências detectadas na segunda Pesquisa de Saúde e Nutrição Materno-infantil do estado de Pernambuco II PESN (BATISTA FILHO; ROMANI, 2002). Em relação ao diabetes mellitus em adultos, considerou-se uma estimativa média (6%) entre a prevalência encontrada na II PESN (4,5%) e o inquérito multicêntrico nacional (7,6%) (MALERBI; FRANCO, 1992).

Neste sentido, foram considerados sete problemas ou situações de maior interesse para o estudo com as respectivas estimativas: sobrepeso/obesidade

(40%), hipertensão (15%), hipercolesterolemia (20%), hipertrigliceridemia (20%), diabetes mellitus (6%), tabagismo (20%), sedentarismo (40%). Em 2006, o IBGE estimava para o estado de Pernambuco, um universo de 4.087.322 pessoas com 25 anos e mais. Para cada uma destas situações foi determinada uma amostra, admitindo-se um erro de estimação de até 3% para um nível de confiança de 95%, adotando-se o maior dos valores determinados, que, com pequeno arredondamento para compensar eventuais perdas chegou a 1.400 pessoas. Sobre este valor básico, acrescentou-se um adicional de 30% (mais 420 pessoas) considerando-se a conveniência de um banco de dados a ser disponibilizado para outros estudos e, portanto, necessidades de estratificações para testes de hipóteses. Chegou-se assim, a uma amostra final de 1.822 pessoas.

O processo seletivo dos municípios foi pré-estabelecido mantendo-se as mesmas localidades sorteadas em 1991 na I Pesquisa de Saúde Materno Infantil (PESN), repetidos na II Pesquisa (1997) e, por fim mantidos na Pesquisa sobre DCNT em 2006, com o propósito de reduzir possíveis variações de resultados atribuíveis a diferenciações intermunicipais.

A amostra final para o nosso estudo resultou em 1.768 pessoas, com a retirada de 54 casos, sendo 29 gestantes, 17 formulários com informações incompletas sobre a atividade física e 8 formulários com níveis excepcionalmente elevados de atividade física.

4.1.4 Coleta de dados

A coleta dos dados da pesquisa "Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Estado de Pernambuco: Prevalência e Fatores de Risco" utilizados para este estudo, foi realizada no período de 10 de maio a 25 de outubro de 2006. Os questionários aplicados foram ajustados e consolidados a partir de formulários do Projeto Carmen Pan-American Health Organization (PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION, 2004), The Third National Health and Nutrition Examination (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 1996), "Behavioral Risk Factor Surveillance System" (CENTERS FOR DISEASE CONTROL

AND PREVENTION, 2000), do International Physical Activity Questionaire (INTERNATIONAL PHYSICAL ACTIVITY QUESTIONARE, 2010), bem como modelos utilizados pelo Departamento de Nutrição/Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira na II Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição de Pernambuco (BATISTA FILHO; ROMANI, 2002).

A partir dos questionários e dos resultados de sua aplicação, como protótipos, para o teste de campo, foram produzidos os formulários definitivos e elaboradas as guias de instrução para a capacitação e preenchimento pela equipe de pesquisadores de campo, que foi composto por nutricionistas, enfermeiros, sociólogo, técnicos de laboratório de análise bioquímica e eletrocardiografia.

A avaliação antropométrica foi realizada por dois membros da equipe previamente treinados. As medições atenderam às recomendações do Organização Mundial da Saúde (1995) e foram realizadas em duas tomadas, obedecendo aos procedimentos descritos a seguir: os indivíduos foram pesados com indumentária mínima, em balança digital (Modelo MEA-03200/Plenna), com capacidade de 150 kg e escala divisória de 100 gramas. A altura foi determinada pelo estadiômetro portátil (Alturaexata, Ltda) em escala milimetrada, com precisão de 1mm em toda a sua extensão. Os indivíduos eram colocados em posição ereta, descalços, com membros superiores pendentes ao longo do corpo, com os calcanhares, o dorso e a cabeça tocando a coluna de madeira do estadiômetro.

Para fins demonstrativos, acham-se devidamente relacionados, no quadro 1, os formulários e respectivos campos que serão utilizados neste estudo.

Formulários		Campos
Identificação (anexo A)	4	Situação (urbano/rural)
	5 6	Sexo Dia de nascimento
	7	Mês de nascimento
Registro dos moradores do	8	Ano de nascimento
domicílio	10	Raça/cor
(anexo B)	17	Última série concluída
	18	Alfabetização
	19	Condição de trabalho
Registro de domicílio e aspectos de renda (anexo C)	30	Renda familiar mensal
Registro da mulher (anexo D)	2	Esteve/está grávida
	12	Dias da semana de caminhada
	13	Total de tempo gasto com caminhada
	14	Realização de atividades físicas moderadas
	15	Dias da semana de atividades moderadas
	16	Total de tempo gasto com atividades moderadas
	17	Realização de atividades físicas vigorosas
Registro de adultos	18	Dias da semana de atividades vigorosas
(anexo E)	19	Total de tempo gasto com atividades vigorosas
	30	Se fuma atualmente
	32	Quantidade média de cigarros por dia
	55	Auto-percepção da saúde
	118	Se há incapacidade ou limitação
	119	Tipo de incapacidade ou limitação
	120	Freqüência da limitação
Registro Clínico- Laboratorial (Anexo F)	6 7	Peso Altura

Quadro 1 - Formulários e campos da pesquisa "Doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Estado de Pernambuco: prevalência e fatores de risco, Pernambuco/ 2006" utilizados neste estudo.

4.2 Casuística e método

Para atender aos objetivos e hipóteses deste estudo, serão apresentados os critérios de elegibilidade, definição e categorização das variáveis, análises dos dados e as considerações éticas utilizadas no presente estudo.

4.2.1 Critérios de elegibilidade

Os critérios de inclusão e exclusão são os mesmos da pesquisa inicial, com exceção das gestantes, que foram excluídas da pesquisa atual. Foram também descartados os formulários incompletos ou com informações inconsistentes.

4.2.1.1 Critérios de inclusão

- a) Idade ≥25anos.
- b) Residente no estado de Pernambuco.
- c) Concordância formal em participar da pesquisa, com assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

4.2.1.2 Critérios de exclusão

- a) Gestantes.
- b) Deficiência mental (casos bem manifestos)
- c) Desconhecimento da idade
- d) Formulários incompletos a respeito do nível de atividade física
- e) Níveis informados de atividade física excepcionalmente elevados em relação ao tempo de atividade física (> 7.000 mnutos por semana)

4.2.2 Definição e categorização das variáveis

Conforme previsto na aplicação do Internatinal Physical Activity Questionare - IPAQ (2010), na sua versão curta, foram coletadas informações sobre a freqüência (dias por semana) e duração média (minutos por dia) da realização de atividades físicas moderadas, vigorosas e de caminhada, considerando os quatro domínios: trabalho, lazer, atividades domésticas e deslocamento. Esse instrumento registra a freqüência e duração das atividades físicas realizadas na última semana por pelo menos dez minutos contínuos, ficando descartadas supostas respostas abaixo desse valor. O questionário foi construído para ser aplicado em pessoas entre 15 e 65 anos, entretanto vem sendo utilizado também em pessoas com mais de 65 anos. Compreende oito questões, abordando aspectos e mensurações diferentes das atividades físicas.

Este instrumento foi proposto para ser aplicado de diferentes maneiras: por telefone, auto-aplicado ou através de entrevista face a face. A entrevista com pesquisador devidamente treinado tem sido mais utilizada em regiões de renda média, pela ênfase na leitura das questões e para auxiliar nas dificuldades de compreensão (ALVES et al., 2010; GUTHOLD et al., 2008; HALLAL et al., 2005a; KNUTH et al., 2010).

O período recordatório a ser considerado na entrevista será de sete dias, portanto o escore de atividade física será construído a partir do relato do entrevistado da semana anterior, recomendável para estudos de prevalência nacional ou regional com objetivos de monitoramento da atividade física (CRAIG et al., 2003)

Para fins de análise da atividade física considerou-se consistente trabalhar a variável em dois momentos: no primeiro momento a variável foi classificada em três categorias, com o propósito de detalhar, descritivamente, a situação da variável na população do estado de Pernambuco. Num segundo momento, considerando que o sedentarismo configura o grande problema a ser entendido e enfrentado, procedeuse, à dicotomização da variável atividade física, considerando o sedentarismo como desfecho, de interesse, em contraponto com outras duas categorias.

Um escore de atividade física em minutos por semana foi construído, somando-se os minutos despendidos em caminhadas e atividades de intensidade

moderada com os minutos despendidos em atividade física vigorosa, neste caso multiplicados por dois. Os indivíduos foram divididos em três grupos de acordo com o escore de atividade física: (a) Muito ativo com pontuação ≥ 1000 minutos/semana; (b) Regularmente ativo com pontuação entre 150 − 999 minutos/semana; (c) Sedentário com pontuação < 150 minutos/semana. Para efeito da análise multivariada, a amostra foi recategorizada em apenas dois grupos: (a) Sedentários e (b) Suficientemente ativos (Muito ativo + Regularmente ativo). O ponto de corte abaixo de 150 minutos por semana considerado como discriminante para classificar indivíduos como sedentários, condição considerada como desfecho principal, no presente estudo. Esta classificação vai ao encontro das recomendações atuais de atividade física (HASKELL et al., 2007) e já foi utilizada em outros estudos (AZEVEDO et al., 2007; CRAIG et al., 2003; HALLAL et al., 2003; SIQUEIRA et al., 2008) (Quadro 2).

Variável	Descrição	Categorias
1º Momento		
Atividade Física	Freqüência e duração da realização de	Muito ativo Regularmente ativo Sedentátio
2º Momento	atividades físicas moderadas, vigorosas e da caminhada	Gederitatio
Atividade Física		Suficientemente ativo Sedentário

Quadro 2 - Descrição da variável dependente incluída no estudo. Pernambuco, 2006.

Tendo em vista que a amostra da população rural (pouco mais de 20% de toda a população do Estado de Pernambuco em 2006) fica superestimada sua participação de 43,2% no total da amostra, considerou-se conveniente se fazer um ajuste nas estimativas de ocorrência do sedentarismo, de modo a se obter um ajuste a prevalência ajustada, contornando, assim, o viés da prevalência bruta.

As variáveis independentes encontram-se detalhadas no Quadro 3. Para o estabelecimento das categorias de cada variável, foram consideradas suas especificidades em função de critérios já adotados em estudos anteriores com o mesmo banco de dados ou indicações justificadas na revisão bibliográfica efetuada.

Variáveis	Descrição	Categorias
Biológicas		
Idade (anos)	Anos completos no momento da entrevista	25 - 30 30 - 40 40 - 50 50 - 60 60 e +
Sexo	Gênero	Masculino Feminino
Raça/Cor	Definição pessoal do próprio participante	Branca Não branca
Geográfica	Área de localização da unidade domiciliar	RMR Interior urbano Interior rural
Socioeconômicas		
Renda <i>per capita</i> familiar	Renda mensal familiar total dividida pelo número de pessoas residentes no domicílio, expressa em salários mínimos (SM).	< 0,25 0,25 0,5 0,5 1 1 2 > 2
Escolaridade	Número de anos completos de estudo	≤ 4 5 a 8 ≥ 9
Condição de trabalho	Condição de exercer atividades profissionais	Não trabalha, Trabalha Aposentado
Inscrição no Programa Bolsa Família	Condição de estar ou não cadastrado no	Inscrito Não inscrito
Saúde/doença	programa	Nao inscrito
Auto-percepção da saúde	Definição pessoal do próprio participante	Excelente Muito bom Bom Regular Ruim
Sobrepeso/Obesidade	IMC ^(a) <18,5 Kg/m ² 18,5 – 24,9 Kg/m ² 25,0- 29,9 Kg/m ² ≥ 30 Kg/m ²	Baixo peso Peso normal Sobrepeso Obeso
Limitação funcional	Problemas de saúde que limitam atividades de vida diária (auto-referida)	Com limitação Sem limitação
Artrite	Definição pessoal do próprio participante	Sim Não
Tendinite	Definição pessoal do próprio participante	Sim Não
Asma brônquica	Definição pessoal do próprio participante	Sim Não
Comportamentais		
Tabagismo	Estimativa da prevalência de tabagismo ativo ^(b)	Nunca fumou Ex-fumante Fumante

Quadro 3 - Descrição das variáveis independentes incluídas no estudo. Pernambuco, 2006. Nota: (a) World Health Organization (1995); (b) Center of Disease Control (2000).

4.2.3 Análises dos dados

Os dados da pesquisa original foram processados em dupla entrada por digitadores diferentes e analisados em microcomputador utilizando-se o "software" EPI INFO, versão 6.04b. Para o estudo atual, foram utilizados os "softwares" SPSS 8.0 e Stata 10.1 SE para a análise estatística.

A fim de se estabelecer características da amostra, foram realizadas análises descritivas dos dados por meio de freqüências absolutas e relativas. Nessas análises, a variável atividade física foi tratada em três categorias: sedentário, regularmente ativo e muito ativo.

Com o objetivo de identificar possíveis fatores preditores para o sedentarismo, a variável atividade física foi dicotomizada (sedentário e suficientemente ativo). Essa análise foi desdobrada em duas etapa. Na primeira etapa, foi realizada uma análise univariada, com o intuito de identificar potenciais fatores preditivos do sedentarismo. Na segunda etapa, foi realizada uma análise multivariada, com o intuito de avaliar o efeito dos potenciais fatores preditivos, controlando-se os possíveis efeitos de confusão entre eles.

As análises multivariadas foram realizadas a partir de um modelo teórico de determinação do sedentarismo, de acordo com literatura pesquisada (DUMITH, 2009), considerando a relação hierárquica entre as variáveis (SIQUEIRA et al., 2008; VICTORA et al., 1997). O modelo foi composto por três blocos, o primeiro formado pelas variáveis biológicas; o segundo, representado pelos fatores socioeconômicos e relacionados ao domicílio, enquanto no terceiro bloco figuraram as variáveis relacionadas à saúde/doença do indivíduo e os fatores comportamentais, conforme esquema demonstrativo da figura 2.

Foi realizada a regressão logística de *Poisson*, com estimativa robusta do erro padrão (BARROS; HIRAKATA, 2003) das estimativas dos parâmetros. A significância estatística dos parâmetros ajustados no modelo foi avaliada através do teste de Wald de heterogeneidade (variáveis categóricas nominais), ou de tendência linear (variáveis categóricas ordinais). A análise multivariada foi realizada com a inclusão das variáveis com valor de p<0,20 na análise univariada. Para o modelo final, permaneceram no modelo as variáveis com valor de p<0,05. Os resultados foram expressos por razão de prevalência (RP) e IC 95%.

Bloco I

Fatores biológicos

- Sexo
- Idade
- Raca/Cor

Bloco II

Fatores socioeconômicos

- Renda per capita familiar
- Escolaridade
- Condição de trabalho
- Inscrição no Programa Bolsa

Fatores relacionados ao domicílio

• Estrato geográfico

Bloco III

Fatores relacionados à saúde/doença

- Auto-percepção da saúde
- Sobrepeso/Obesidade
- Limitação functional
- Artrite
- Tendinite
- Asma

Fatores comportamentais

Tabagismo



Figura 2 - Modelo hierárquico de análise do sedentarismo em adultos maiores de 25 anos no Estado de Pernambuco.

4.2.4 Considerações Éticas

O presente estudo utilizou dados da pesquisa "Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Estado de Pernambuco: Prevalência e Fatores de Risco", já aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira (Processo No. 709, de 05/01/2006) (Anexo G). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo H) foi concedido pelo sujeitos participantes na pesquisa. A presente pesquisa não apresenta implicações éticas/morais por utilizar dados secundários e agrupados, nos quais não constam informações que possam identificar os indivíduos.

O projeto desta dissertação foi submetido e obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – CpqAM/Fiocruz sob o registro nº 17/10 de 05/05/2010 (Anexo I).

5 RESULTADOS

5 RESULTADOS

Os resultados deste estudo acham-se apresentados em quatro tópicos: descrição das características amostrais da população investigada, seguindo-se da distribuição de prevalência de atividade física segundo diferentes categorias de fatores, resultados das análises univariadas dos fatores associados ao sedentarismo e, por último, o modelo resultante de análises multivariadas, aplicadas intra e interblocos segundo o ideograma das variáveis explicativas dispostas hierarquicamente.

5.1 Características da amostra

Dos 1822 indivíduos investigados pela pesquisa original, 54 foram excluídos para este estudo por diferentes razões, como: níveis informados de atividade física excepcionalmente elevados, casos sem informação completa a respeito de seu desempenho em termos de atividade física e, por fim, mulheres grávidas, o que representa, para o conjunto amostral, um percentual de perdas de 2,96%. Resulta, assim, uma amostra final de 1768 indivíduos com 25 anos e mais. Para a descrição da amostra acham-se apresentadas, em sequência, as informações básicas segundo fatores biológicos, socioenonômicos e relacionados ao domicílio e, por fim, os fatores relacionados à saúde/doença e comportamentais com possível interferência na atividade física.

A tabela 2 resume as principais características biológicas, socioeconômicas e relacionadas ao domicílio dos indivíduos estudados. A maioria (56%) era constituída por mulheres, observando-se ainda que a maior participação na composição etária (37,3%) tinha entre 30 e 39 anos de idade. Além dos dados apresentados, convém informar que figuram, na amostra, pessoas com idade compreendidas entre 25 e 87 anos de idade, com uma média de 38,2 anos.

Tabela 2 – Caracterização da amostra segundo fatores biológicos, socioeconômicos e ambientais. Pernambuco, 2006.

Variáveis analisadas acumulado Sexo Masculino 786 44,0 44,0 Feminino 999 56,0 100,0 Idade (anos) 25 a 29 502 28,1 28,1 30 a 39 665 37,3 65,4 40 a 49 293 16,4 81,8 50 a 59 180 10,1 91,9 ≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* 46,1 46,1 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) 4 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3		N	%	%
Masculino 786 44,0 44,0 Feminino 999 56,0 100,0 Idade (anos) 25 a 29 502 28,1 28,1 30 a 39 665 37,3 65,4 40 a 49 293 16,4 81,8 50 a 59 180 10,1 91,9 ≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha <	Variáveis analisadas			acumulado
Feminino Idade (anos) 25 a 29 30 a 39 665 37,3 65,4 40 a 49 293 16,4 81,8 50 a 59 180 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 0,25 0,25 812 46,1 46,1 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 Condição de trabalho Trabalha Não trabalha Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 28,1 28,1 28,1 37,3 65,4 81,8 81,8 81,8 81,9 82,7,6 27,6 27,6 812 46,1 46,1 46,1 46,1 0,25 31,3 77,4 46,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 55,8 54 55,8 5	Sexo			
Feminino 999 56,0 100,0 Idade (anos) 25 a 29 502 28,1 28,1 30 a 39 665 37,3 65,4 40 a 49 293 16,4 81,8 50 a 59 180 10,1 91,9 ≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25	Masculino	786	44,0	44,0
25 a 29 502 28,1 28,1 30 a 39 665 37,3 65,4 40 a 49 293 16,4 81,8 50 a 59 180 10,1 91,9 ≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR	Feminino	999		100,0
30 a 39 665 37,3 65,4 40 a 49 293 16,4 81,8 50 a 59 180 10,1 91,9 ≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Idade (anos)			
30 a 39 665 37,3 65,4 40 a 49 293 16,4 81,8 50 a 59 180 10,1 91,9 ≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 8 5 8 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR	25 a 29	502	28,1	28,1
50 a 59 ≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha Não trabalha Não trabalha Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 10,0	30 a 39	665		65,4
≥ 60 145 8,1 100,0 Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	40 a 49	293	16,4	81,8
Raça/cor Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25	50 a 59	180	10,1	91,9
Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	≥ 60	145	8,1	100,0
Branca 493 27,6 27,6 Não branca 1279 71,7 99,3 Renda (SM)* < 0,25 812 46,1 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Raça/cor			
Renda (SM)* < 0,25	_	493	27,6	27,6
 < 0,25 812 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0 	Não branca	1279	71,7	99,3
 < 0,25 812 46,1 0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0 	Renda (SM)*			
0,25 a 0,49 551 31,3 77,4 0,50 a 0,99 295 16,7 94,1 1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	• •	812	46,1	46,1
1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	0,25 a 0,49	551		77,4
1,00 a 1,99 85 4,8 98,9 ≥ 2,00 20 1,1 100,0 Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	0,50 a 0,99	295	16,7	94,1
Escolaridade (anos) ≤ 4 987 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 10 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	1,00 a 1,99	85	4,8	98,9
≤ 4 987 55,8 55,8 5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	≥ 2,00	20	1,1	100,0
5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 1U 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Escolaridade (anos)			
5 a 8 377 21,3 77,1 ≥ 9 405 22,9 100,0 Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	≤ 4	987	55,8	55,8
Condição de trabalho Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	5 a 8	377		77,1
Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	≥ 9	405	22,9	100,0
Trabalha 770 43,1 43,1 Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Condição de trabalho			
Não trabalha 809 45,3 88,4 Aposentado 206 11,5 99,9 Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Trabalha	770	43,1	43,1
Estrato geográfico RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Não trabalha	809		88,4
RMR 480 26,9 26,9 IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Aposentado	206	11,5	99,9
IU 451 25,3 52,2 IR 854 47,8 100,0	Estrato geográfico			
IR 854 47,8 100,0	RMR	480	26,9	26,9
,-	IU	451	25,3	52,2
	IR	854	47,8	100,0
Programa Bolsa familia	Programa Bolsa família			
Inscrito 1189 66,6 66,6	Inscrito	1189	66,6	66,6
Não inscrito 596 33,4 100,0	Não inscrito	596	33,4	100,0

Nota: Os totais parciais de cada grupo de informações podem diferir do total da amostra em função de valores ignorados em relação às variáveis estudadas.

RMR = Região Metropolitana do Recife

IU = Interior Urbano

IR = Interior Rural

Quanto à renda, quase a metade (46,1%) vivia em família com menos de 0,25 salários mínimos *per capita*, enquanto apenas 1,1% relataram renda acima de dois salários mínimos *per capita*. No que se refere à escolaridade, avaliada segundo anos de estudo, demonstrou-se que 55,8% dos indivíduos tinham menos de quatro anos de freqüência ao ensino formal. Verificou-se que 66,6% dos entrevistados eram

^{*1} salário mínimo em 2006 = R\$ 350,00

cadastrados no Programa Bolsa Família. No que se refere a condição de trabalho, praticamente não houve diferença entre os indivíduos que trabalhavam (43,1%) e os que não trabalhavam (45,3%), enquanto 11,5% eram aposentados (Tabela 2).

Ao se analisar os fatores relacionados à saúde/doença, observou-se que 4,9% dos adultos consideravam sua saúde como excelente, enquanto 46,6% classificaram sua condição como boa (Tabela 3).

Em termos de composição de massa corpórea, 2,7% dos adultos se encontravam abaixo do peso recomendável (baixo peso), enquanto mais da metade (50,8%) se incluíam na classificação de sobrepeso/obesidade. Ademais, 27,7% dos casos relataram ter, por conta de sua saúde, algum tipo de limitação funcional às suas atividades de vida diária (Tabela 3).

Tabela 3 – Características amostrais segundo variáveis relacionados à saúde/doença e comportamentais. Pernambuco, 2006.

Variáveis analisadas	N	%	%
			acumulado
Autopercepção da saúde			
Excelente	88	4,9	4,9
Muito bom	102	5,7	10,6
Bom	832	46,6	57,2
Regular	632	35,4	92,6
Ruim	131	7,3	99,9
IMC (Kg/m²)			
< 18,5	43	2,7	2,7
18,5 a 24,9	738	46,5	49,2
25,0 a 29,9	530	33,4	82,6
≥ 30,0	276	17,4	100,0
Limitação funcional			
Sim	494	27,7	27,7
Não	1289	72,3	100,0
Artrite			
Sim	134	7,5	7,5
Não	1651	92,5	100,0
Tendinite			
Sim	46	2,6	2,6
Não	1739	97,4	100,0
Asma			
Sim	92	5,2	5,2
Não	1693	94,8	100,0
Tabagismo			
Nunca fumou	1078	60,4	60,4
Ex-fumante	291	16,3	76,7
Fumante	416	23,3	100,0

Nota: Os totais parciais de cada grupo de informações podem diferir do total em função de valores ignorados em relação às variáveis estudadas.

5.2 A atividade física segundo características da amostra

Para o estado de Pernambuco em um conjunto, a prevalência bruta de indivíduos classificados como sedentários encontrada foi de 30,1%, elevando-se para 34,1% quando se fez o ajuste para a composição real da população, corrigindo-se o viés que resultaria por conta da superestimação do estrato rural da amostra.

A maior prevalência de sedentários foi encontrada na Região Metropolitana de Recife (37,2%), enquanto no interior rural a taxa foi de 23,4%. A proporção de indivíduos muito ativos foi menor no interior urbano (15,0%) e maior no interior rural (26,0%) (Tabela 4).

As freqüências mais elevadas de sedentarismo foram encontradas nas mulheres, nas pessoas com 60 e mais anos de idade, nos estratos de renda a partir de 0,5 salário mínimo *per capita*, na categoria de escolaridade mais elevada, entre os aposentados, nos não inscritos no Programa Bolsa Família, nos casos de obesidade, artrite, tendinite e asma. De modo geral, a prevalência de casos categorizados como muito ativos ocorrem com uma distribuição oposta aos resultados obtidos com o sedentarismo, exceto para as variáveis raça/cor, autopercepção da saúde e IMC. O comportamento sedentário foi observado em maior proporção nos indivíduos com comprometimento da saúde/doença (com limitação, artrite, tendinite, e asma). O comportamento pouco saudável como ser fumante apresentou maior proporção entre os indivíduos sedentários enquanto que os indivíduos muito ativos apresentaram maiores proporções entre os exfumantes(Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição dos níveis de atividade física segundo variáveis biológicas, socioeconômicas e ambientais. Pernambuco, 2006.

					(Continua)		
Variáveis analisadas	Amostra	Seder	Sedentário		rmente	Muito	ativo
				ativo			
	N	Ν	%	N	%	N	%
Sexo							
Masculino	779	181	23,2	358	46,0	240	30,8
Feminino	989	352	35,6	497	50,3	140	14,2
ldade (anos)							
25,0 a 29,9	500	145	29,0	255	51,0	100	20,0
30,0 a 39,9	647	176	27,2	313	48,4	158	24,4
40 a 49,9	298	88	29,5	137	46,0	73	24,5
50 a 59,9	177	54	30,5	90	50,8	33	18,6
60 e mais	146	70	47,9	60	41,1	16	11,0
Raça/cor							
Branca	490	145	29,6	248	50,6	97	19,8
Não branca	1265	384	30,4	600	47,4	281	22,2
Renda (SM)*							
< 0,25	802	205	25,6	397	49,5	200	24,9
0,25 a 0,49	548	170	31,0	270	49,3	108	19,7
0,50 a 0,99	292	107	36,6	131	44,9	54	18,5
1,00 a 1,99	84	31	36,9	44	52,4	9	10,7
≥ 2,00	20	10	50,0	7	35,0	3	15,0
Escolaridade (anos)							
≤ 4	978	253	25,9	479	49,0	246	25,2
5 a 8	373	131	35,1	176	47,2	66	17,7
≥ 9	401	140	34,9	194	48,4	67	16,7
Condição de trabalho			•		•		•
Trabalha	762	190	24,9	343	45,0	229	30,1
Não trabalha	801	246	30,7	422	52,7	133	16,6
Aposentado	205	97	47,3	90	43,9	18	8,8

Tabela 4 – Distribuição dos níveis de atividade física segundo variáveis biológicas, socioeconômicas e ambientais. Pernambuco, 2006.

						ntinuação)	
Amostra	Seder	ntário	Regularn ativ		Muito ativo		
N	N	%	N	%	N	%	
473	176	37,2	204	43,1	93	19,7	
448	159	35,5	222	49,6	67	15,0	
847	198	23,4	429		220	26,0	
1768	533	30,1	855		380	21,5	
-	-		-		_	19,5	
		- ,		, -		- , -	
1181	321	27.2	589	49.9	271	22,9	
						18,6	
		1 -		- , -		- , -	
87	16	18.4	54	62,1	17	19,5	
						23,8	
						21,8	
						19,8	
		,				27,3	
0	•	_0,0		, .		,0	
41	13	31.7	19	46.3	9	22,0	
						24,4	
						18,9	
						20,7	
2.0	00	0 1,0	.20	,.	0.	_0,.	
490	159	32 4	232	47.3	99	20,2	
						21,9	
.2.0	0.0	_0,_	020	.0,0		,0	
130	48	36.9	65	50.0	17	13,1	
		,				22,2	
1000	100	20,0	700	10,2	000	,_	
46	19	41.3	20	43.5	7	15,2	
		,				21,7	
1122	517	20,0	000	- 10,0	0/0	<u></u>	
90	34	37.8	30	43 3	17	18,9	
		,				21,6	
1070	793	23,1	010	70,0	505	۷,0	
1068	317	20.7	5/12	50.7	200	19,6	
						27,1	
						22,6	
	N 473 448 847 1768 - 1181 587	N N 473 176 448 159 847 198 1768 533 - - 1181 321 587 212 87 16 101 27 822 258 630 198 128 34 41 13 731 203 523 140 275 95 490 159 1276 373 130 48 1638 485 46 19 1722 514 90 34 1678 499 1068 317 288 83	N N % 473 176 37,2 448 159 35,5 847 198 23,4 1768 533 30,1 - 34,1 1181 321 27,2 587 212 36,1 87 16 18,4 101 27 26,7 822 258 31,4 630 198 31,4 128 34 26,6 41 13 31,7 731 203 27,8 523 140 26,8 275 95 34,5 490 159 32,4 1276 373 29,2 130 48 36,9 1638 485 29,6 46 19 41,3 1722 514 29,8 90 34 37,8 1678 499 29,7 <	N N % N % N N N N N N N N N N N N N N N	N N % 473 176 37,2 204 43,1 448 159 35,5 222 49,6 847 198 23,4 429 50,6 1768 533 30,1 855 48,4 - - 34,1 - 47,3 1181 321 27,2 589 49,9 587 212 36,1 266 45,3 87 16 18,4 54 62,1 101 27 26,7 50 49,5 822 258 31,4 385 46,8 630 198 31,4 307 48,7 128 34 26,6 59 46,1 41 13 31,7 19 46,3 731 203 27,8 350 47,9 523 140 26,8 284 54,3 275 95 34,5 123 <td>N N % N % N 473 176 37,2 204 43,1 93 448 159 35,5 222 49,6 67 847 198 23,4 429 50,6 220 1768 533 30,1 855 48,4 380 - - 34,1 - 47,3 - 1181 321 27,2 589 49,9 271 587 212 36,1 266 45,3 109 87 16 18,4 54 62,1 17 101 27 26,7 50 49,5 24 822 258 31,4 385 46,8 179 630 198 31,4 307 48,7 125 128 34 26,6 59 46,1 35 41 13 31,7 19 46,3 9 7</td>	N N % N % N 473 176 37,2 204 43,1 93 448 159 35,5 222 49,6 67 847 198 23,4 429 50,6 220 1768 533 30,1 855 48,4 380 - - 34,1 - 47,3 - 1181 321 27,2 589 49,9 271 587 212 36,1 266 45,3 109 87 16 18,4 54 62,1 17 101 27 26,7 50 49,5 24 822 258 31,4 385 46,8 179 630 198 31,4 307 48,7 125 128 34 26,6 59 46,1 35 41 13 31,7 19 46,3 9 7	

Nota: ^aPrevalência ajustada para o tamanho da composição da população do Estado de Pernambuco.

5.3 Análises univariadas

Na medida em que o sedentarismo configura o grande problema a ser entendido e enfrentado, procedeu-se, como etapa prévia para a construção de um modelo compreensivo de sua ocorrência em nível populacional, a realização de uma série de análises univariadas abrangendo 15 grupos de informações sobre

diferentes aspectos atinentes às características individuais, familiares, comportamentais, relacionados à saúde/doença do indivíduo e relacionado ao estrato geográfico relacionados com a amostra.

Os resultados dessa análise, apresentados na tabela 5, demonstram que o sexo feminino, a idade acima de 60 anos, escolaridade igual ou acima de 5 anos de estudo, a renda a partir de 0,25 salários mínimo, a aposentadoria e a vida urbana foram condições estatisticamente associadas ao sedentarismo (p < 0,001) enquanto a artrite e a tendinite apresentaram resultados limítrofes em termos estatísticos (p = 0,07). Em relação às demais variáveis apenas as alternativas raça/cor e ser fumante não resultaram em diferenças estatisticamente significativas. A variável estar inscrito no Programa Bolsa Família, manteve significância (p < 0,001), demonstrando que os indivíduos não inscritos no Programa eram mais sedentários, com uma razão 1,3 vezes maior que os inscritos no PBF.

Tabela 5 – Distribuição do sedentarismo em adultos maiores de 25 anos segundo categorias de fatores analisados. Pernambuco, 2006.

(Continua)

Variáveis analisadas	Seden	tarismo	RP (IC95%)	Valor p
	N	%		
Sexo				< 0,001
Masculino	181	23,2	1,0	
Feminino	352	35,6	1.5 (1,3 a 1,8)	
Idade (anos)				< 0,001
25,0 a 29,9	147	29,5	1,0	
30,0 a 39,9	176	26,9	0,9 (0,8 a 1,1)	
40 a 49,9	84	28,9	0,9 (0,8 a 1,2)	
50 a 59,9	57	31,7	1,1 (0,8 a 1,4)	
60 e mais	69	47,6	1,6 (1,3 a 2,0)	
Raça/cor				0,755
Branca	145	29,6	1,0	
Não branca	384	30,4	1,02 (0,9 a 1,2)	
Renda (SM)*				< 0,001 ^T
< 0,25	205	26,5	1,0	
0,25 a 0,49	170	31,0	1,2 (1,02 a 1,4)	
0,50 a 0,99	107	36,6	1,4 (1,2 a 1,7)	
1,00 a 1,99	31	36,9	1,4 (1,1 a 1,9)	
≥ 2,00	10	50,0	1,9 (1,2 a 3,1)	
Escolaridade (anos)				< 0,001
≤ 4	253	25,9	1,0	
5 a 8	131	35,1	1,4 (1,1 a 1,6)	
≥ 9	140	34,9	1,3 (1,1 a 1,6)	
Condição de trabalho	-	- ,-	· · · · ·	< 0,001
Trabalha	190	24,9	1,0	
Não trabalha	246	30,7	1,2 (1,1 a 1,6)	
Aposentado	97	47,3	1,9 (1,6 a 2,3)	

Tabela 5 – Distribuição do sedentarismo em adultos maiores de 25 anos segundo categorias de fatores analisados. Pernambuco, 2006.

(Continuação)

			(Continuação)			
Variáveis analisadas	Seden	tarismo	RPb (IC95%)	Valor p		
	Ν	%				
Estrato geográfico				< 0,001		
RMR	176	37,2	1,6 (1,3 a 1,9)			
IU	159	35,5	1,5 (1,3 a 1,8)			
IR	198	23,4	1,0			
Programa Bolsa Família				< 0,001		
Inscrito	321	27,2	1,0			
Não inscrito	212	36,1	1,3 (1,2 a 1,5)			
Autopercepção da saúde				0,16		
Excelente	16	18,4	1,0			
Muito bom	27	26,7	1,5 (0,8 a 2,5)			
Bom	258	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)			
Regular	198	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)			
Ruim	34	26,6	1,4 (0,9 a 2,4)			
IMC (Kg/m²)				0,16		
< 18,5	13	31,7	1,1 (0,7 a 1,8)			
18,5 a 24,9	203	27,8	1,0			
25,0 a 29,9	140	26,8	0,96 (0,8 a 1,2)			
≥ 30	95	34,5	1,2 (1,02 a 1,5)			
Limitação Funcional				0,18		
Sim	159	32,4	1,1 (0,9 a 1,3)			
Não	373	29,2	1,0			
Artrite				0,07		
Sim	48	36,9	1,2 (1,0 a 1,6)			
Não	485	29,6	1,0			
Tendinite				0,07		
Sim	19	41,3	1,4 (1,0 a 1,9)			
Não	514	29,8	1,0			
Asma				0,09		
Sim	34	37,8	1,3 (1,0 a 1,7)			
Não	499	29,7	1,0			
Tabagismo				0,53		
Nunca fumou	317	29,7	1,0			
Ex-fumante	83	28,8	0,9 (0,8 a 1,2)			
Fumante	133	32,3	1,1 (0,9 a 1,3)			

Nota: ^T Teste de tendência

5.4 Análises multivariadas

Em função dos resultados das análises univariadas, foram selecionadas para compor o modelo de análise multivariada por ordem de posição no sistema hierarquizado: no bloco 1, as variáveis sexo e idade; no bloco 2: renda familiar *per*

^{** 1} salário mínimo na época = R\$ 350,00

capita, escolaridade, condição de trabalho, estrato geográfico, inscrição no Programa Bolsa Família e finalmente, no bloco 3, as variáveis relacionadas à saúde/doença dos indivíduos. Os resultados da análise multivariada, com as especificações bruta e ajustada entre o sedentarismo e os fatores analisados, acham-se apresentados na tabela 6.

No primeiro bloco duas variáveis permaneceram no modelo, sexo e idade com p <0,001. Ao incorporar as variáveis do bloco 2, verifica-se que as variáveis renda e inscrição no Programa Bolsa Família perderam a significância estatística, enquanto a escolaridade, a condição de trabalho e o estrato geográfico se mantiveram no modelo, passando assim a compor a terceira etapa da análise (Tabela 6).

As variáveis incluídas no bloco 3 perderam a significância estatística após o ajuste para o modelo multivariado, cuja exposição final ficou resumida à inclusão dos fatores sexo, idade, escolaridade, condição de trabalho e espaço geográfico.

Tabela 6 - Variáveis associadas com o estilo de vida sedentário em adultos maiores de 25 anos. Pernambuco, 2006.

						(Continua)
Variáveis analisadas	Seden	tarismo	RPb (IC95%)	Valor p	RPa(IC95%)	Valor p
	N	%				
Bloco 1						
Sexo				< 0,001		< 0,001
Masculino	181	23,2	1,0		1,0	
Feminino	352	35,6	1.5 (1,3 a 1,8)		1,6 (1,4 a 1,8)	
Idade (anos)				< 0,001		< 0,001
25,0 a 29,9	147	29,5	1,0		1,0	
30,0 a 39,9	176	26,9	0,9 (0,8 a 1,1)		0,9 (0,8 a 1,1)	
40 a 49,9	84	28,9	0,9 (0,8 a 1,2)		1,01 (0,8 a 1,3)	
50 a 59,9	57	31,7	1,1 (0,8 a 1,4)		1,1 (0,9 a 1,5)	
60 e mais	69	47,6	1,6 (1,3 a 2,0)		1,8 (1,4 a 2,2)	
Bloco 2						
Renda (SM)				< 0,001 ^T		0.344 ^T
< 0,25	205	26,5	1,0		1,0	
0,25 a 0,49	170	31,0	1,2 (1,02 a 1,4)		1,04 (0,9 a 1,2)	
0,50 a 0,99	107	36,6	1,4 (1,2 a 1,7)		1,1 (0,8 a 1,3)	
1,00 a 1,99	31	36,9	1,4 (1,1 a 1,9)		1,03(0,7 a 1,5)	
≥ 2,00	10	50,0	1,9 (1,2 a 3,1)		1,5 (0,9 a 2,6)	
Escolaridade (anos)				< 0,001 ^T		$0,009^{T}$
≤ 4	253	25,9	1,0		1,0	
5 a 8	131	35,1	1,4 (1,1 a 1,6)		1,3 (1,1 a 1,5)	
≥ 9	140	34,9	1,3 (1,1 a 1,6)		1,2 (1,03 a 1,5)	
Condição de trabalho		•		< 0,001 ^T		$0,001^{T}$
Trabalha	190	24,9	1,0		1,0	
Não trabalha	246	30,7	1,2 (1,1 a 1,6)		1,1 (1,0 a 1,3)	
Aposentado	97	47,3	1,9 (1,6 a 2,3)		1,6 (1,3 a 2,1)	

Tabela 6 - Variáveis associadas com o estilo de vida sedentário em adultos maiores de 25 anos. Pernambuco, 2006.

(Continuação)

Variáveis analisadas	Sede	ntarismo	RPb (IC95%)	Valor p	RPa(IC95%)	Valor p
	N	%				
Estrato geográfico				< 0,001		0,002
RMR	176	37,2	1,6 (1,3 a 1,9)		1,3 (1,1 a 1,6)	
IU	159	35,5	1,5 (1,3 a 1,8)		1,3 (1,1 a 1,6)	
IR	198	23,4	1,0	. 0.004	1,0	0.000
Programa Bolsa Família	004	07.0	1,0	< 0,001	1,0	0,069
Inscrito	321	27,2			· ·	
Não inscrito	212	36,1	1,3 (1,2 a 1,5)		1,1 (1,0 a 1,3)	
Bloco 3				0.40 T		o 47 T
Autopercepção da saúde				0,16		0,47
Excelente	16	18,4	1,0		1,0	
Muito bom	27	26,7	1,5 (0,8 a 2,5)		1,7 (1,0 a 3,1)	
Bom	258	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)		1,9 (1,2 a 3,1)	
Regular	198	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)		1,8 (1,1 a 2,9)	
Ruim	34	26,6	1,4 (0,9 a 2,4)		1,5 (0,8 a 2,6)	
IMC (Kg/m²)				0,16		0,61
< 18,5	13	31,7	1,1 (0,7 a 1,8)		1,02 (0,6 a 1,6)	
18,5 a 24,9	203	27,8	1,0		1,0	
-,,-		, -	0,96 (0,8 a		0,9 (0,7 a 1,1)	
25,0 a 29,9	140	26,8	1,2)		,	
			1,2 (1,02 a		1,1 (0,9 a 1,4)	
≥ 30,0	95	34,5	1,5)			
Limitação funcional				0,18		0,89
Sim	159	32,4	1,1 (0,9 a 1,3)		1,01 (0,8 a 1,2)	
Não	373	29,2	1,0		1,0	
Artrite				0,07		0,94
Sim	48	36,9	1,2 (1,0 a 1,6)		1,0 (0,7 a 1,4)	
Não	485	29,6	1,0		1,0	
Tendinite		•		0,07		0,81
Sim	19	41,3	1,4 (1,0 a 1,9)		1,05 (0,7 a 1,6)	
Não	514	29,8	1,0		1,0	
Asma	•	_0,0		0,09	•	0,97
Sim	34	37,8	1,3 (1,0 a 1,7)	,	1,0 (0,7 a 1,4)	,
Não	499	29,7	1,0		1,0	

Nota: [™] Teste de tendência

RPb = Razão de Prevalência Bruta RPa = Razão de Prevalência Ajustada O modelo hierárquico pode ser visualizado na figura 3. De 15 variáveis apenas 5 permaneceram no modelo final.

Fatores biológicos • Sexo • Idade Bloco II Fatores socioeconômicos Fatores relacionados ao domicílio • Escolaridade • Condição de trabalho SEDENTARISMO

Figura 3 – Modelo hierárquico final de análise do sedentarismo em adultos maiores de 25 anos no Estado de Pernambuco (Razões de Prevalência e IC95%).

6 Discussão

6 DISCUSSÃO

Antes de considerar a análise dos resultados do estudo sobre atividade física de adultos no estado de Pernambuco, quatro ordens de reflexões parecem oportunas e pertinentes. A primeira, refere-se a "descoberta" da atividade física como um fator primordial para compreensão do novo quadro de morbimortalidade que passou a prevalecer no cenário mundial, caracterizando a chamada transição epidemiológica. É um processo que demarca, pela primeira vez na história nosográfica da humanidade, a passagem de um modelo de morbimortalidade dominado pelas doenças infecciosas e carenciais, vitimando sobretudo crianças e adolescentes, para um novo perfil (doenças crônicas não transmissíveis) vitimando predominantemente adultos e, sobretudo, idosos.

Uma segunda reflexão: ao se considerar a magnitude e o ritmo desta transformação no cenário de saúde coletiva, a agenda de prioridades, em termos de políticas públicas e de pesquisas, desloca-se radicalmente. Na realidade face à rapidez das mudanças qualitativas e quantitativas impostos pelas novas condições de vida, notadamente no meio urbano e nos países ricos, os parâmetros de mensuração e os paradigmas de análise e de atuação na área da saúde coletiva não conseguem acompanhar a evolução dos problemas e seu controle. Nesse novo "front", os hábitos alimentares e os estilos de vida não saudáveis assumem um papel dominante na gênese das DCNT. E é nesta perspectiva que o sedentarismo converteu-se num fator comum e relevante de risco das doenças que, formatando o novo quadro epidemiológico (como o diabetes *mellitus*, a obesidade, as doenças ateroscleróticas, alguns tipos de neoplasias, processos degenerativos do sistema nervoso central, osteoartropatias e outras morbidades, como as disipidemias) passaram a definir o novo papel de possibilidades no quadro de saúde das populações modernas.

Cabe refletir ainda que o sedentarismo, sendo uma "conquista" do progresso econômico e material, sobretudo da tecnologia que substitui a atividade física no trabalho, no lazer e até nos esportes, passou a ser um mal característico da civilização moderna. Admite-se que entre 1,9 milhões a 2,6 milhões de pessoas morrem anualmente em consequência das práticas de vida sedentárias que,

justamente com outros aspectos do consumo imoderado (bebidas, cigarros, alimentos não saudáveis) associam-se diretamente a quase 60% de todas as mortes em populações adultas no mundo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2009a).

Uma quarta reflexão: pela velocidade de instalação dos novos quadros, ainda não se formou uma acumulação de conhecimentos com a necessária consistência para a definição de fundamentos, critérios, padrões metodológicos, uniformidade de apresentação de resultados e sua interpretação, de modo que as inferências comparativas e exercícios de validação externa ficam consideravelmente limitados. Por exemplo: seriam confiáveis os resultados de um estudo de consolidação de resultados da Organização Mundial de Saúde (GUTHOLD et al., 2008), demonstrando que em 18 países africanos o sedentarismo tem uma prevalência variando de 1,6% (Camarões) a 52% (Mauritânia). Na América, sua distribuição oscila entre 38,3% na República Dominicana e 3,6% na Guatemala, países que apresentam condições socioeconômicas e culturas bastante semelhantes. Em princípio, portanto, trata-se de uma área do conhecimento marcada pela insegurança de seus métodos e resultados, em nível epidemiológico.

Vários estudos sobre níveis de atividade física de brasileiros vêm sendo descritos na literatura (DUMITH, 2009; HALLAL et al., 2007). No entanto a comparabilidade entre as pesquisas é limitada pelas marcantes diferenças metodológicas, especialmente na mensuração e classificação dos níveis de atividade física. Muitas investigações abordam apenas as atividades físicas realizadas no lazer (MONTEIRO et al., 2003), outras contemplam todos os domínios ou alguns destes combinados (lazer, trabalho, atividades domésticas e deslocamento).

A carência de estudos de base nacional é evidente, assim como a grande escassez de informações pertinentes ao tema nas regiões Nordeste e Norte do país (DUMITH, 2009; HALLAL et al., 2007). Vale a pena ressaltar que o IPAQ é o instrumento mais utilizado em estudos brasileiros sobre atividade física, fato que facilita comparações entre diferentes pesquisas realizadas no país (DUMITH, 2009). A prevalência de sedentarismo observada no estado de Pernambuco, 34,1% foi similar à observada em outros estudos que também utilizaram a versão curta do IPAQ. Assim, o relatório do VIGITEL mostrou uma prevalência na cidade de Recife de 32% de sedentarismo, conceituado como a condição de indivíduos que não

realizam atividade física por pelo menos dez minutos por dia na semana (BRASIL, 2009b).

Por outro lado, a prevalência encontrada para o estado de Pernambuco apresenta níveis inferiores quando comparada com o estudo de tendência temporal de Knuth et al. (2010) que, utilizando o mesmo questionário e o mesmo ponto de corte na cidade de Pelotas (RS) com uma população de adultos maiores de 20 anos, observaram uma prevalência de 41,1% e 52% de indivíduos sedentários, respectivamente em 2002 e 2007.

Recentemente, como parte de um estudo multicêntrico, realizou-se um inquérito com moradores em áreas atendidas por unidade básicas de saúde (UBS) no estado de Pernambuco, com inclusão na amostra de todas as regiões do estado (zona da mata, litoral, agreste e sertão) em cidades com mais de 100 mil habitantes, numa amostra de 2.028 indivíduos, utilizando o mesmo instrumento e ponto de corte de 150 minutos por semana. Neste estudo encontrou-se uma prevalência de 37,1% indivíduos acima de 30 anos de sedentários (ALVES et al., 2010). Num outro estudo em populações residentes em áreas de abrangência de unidades básicas de saúde nas regiões Sul (n = 4.200) e Nordeste (n = 4.200), utilizando a versão curta do IPAQ, observou-se uma ocorrência de sedentarismo de 39% no Nordeste em adultos de 30 a 64 anos de idade, elevando-se para 67,5% em idosos (65 anos e mais). Estes resultados situam-se bem acima das prevalências detectadas na região Sul (24% e 47,3%, respectivamente em adultos e idosos) (SIQUEIRA et al., 2008).

Hallal et al. (2005a) estudaram a situação da atividade física em adultos de 20 a 69 anos no estado de São Paulo (n = 2.348) e na cidade de Pelotas (n = 2.906), através da versão curta do IPAQ. Encontraram uma prevalência de indivíduos que não atingiam a recomendação de 150 minutos por semana de atividade física de 39,0% em Pelotas e de 39,4% no estado de São Paulo. Em estudo realizado com 575 indivíduos de 20 a 59 anos na cidade de Jaçaba, Santa Catarina, utilizando o modelo curto do IPAQ, verificou-se uma prevalência de indivíduos insuficientemente ativos de 57,4% (BARETTA; BARETTA; PERES, 2007). Deve-se observar que Jaçaba é um município de pequeno porte, apresentando um elevado índice de desenvolvimento humano (0,866), enquanto o estado de Pernambuco tem um IDH igual a 0.705, o que dificulta comparações com a presente pesquisa (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2011).

No que se refere ao panorama internacional, o principal estudo em escala mundial sobre atividade física, conduzido entre 2002 e 2003, com 212.021 adultos (18 – 69 anos de idade) de 51 países, sendo a maioria de renda média e baixa, incluindo o Brasil. A prevalência de baixa atividade física, compatível com a condição sedentária, foi mensurada através da forma curta do IPAQ. Considerou-se inativo fisicamente o indivíduo que não atingiu nenhuma das três recomendações: três dias ou mais de atividade física vigorosa durante a última semana por pelo menos 20 minutos por dia; cinco ou mais dias de atividade de intensidade moderada ou caminhada durante a última semana por pelo menos 30 minutos por dia; ou cinco ou mais dias de qualquer combinação de caminhada, atividade moderada ou vigorosa durante na última semana que alcançassem pelo menos 600 MET-minutos por semana. As prevalências para homens e mulheres foram semelhantes às encontradas no estudo multicêntrico para o Brasil, se aproximando na região africana das prevalências do Congo, na região das Américas, do Uruguai e da região européia da Turquia e Espanha (GUTHOLD et al., 2008).

Parece fora de discussão que as grandes discrepâncias de resultados na comparação de estudos realizados em diferentes países e, sobretudo, dentre o mesmo país, devem ser atribuídas menos à realidade da situação em si e bem mais aos métodos utilizados. No Brasil, um estudo comparativo dos métodos curto e longo do IPAQ demonstrou que a primeira versão resultou numa prevalência de inatividade física 50% mais elevada que o segundo questionário (Hallal et al., 2004b). A propósito, os autores lamentam que mais de 30 instrumentos têm sido utilizados nos estudos epidemiológicos sobre a atividade física, tornando-se uma fonte importante de variação dos resultados e, portanto, dificultando a compreensão de suas inferências comparativas.

Ao lado destes aspectos mais genéricos, ou seja, referentes à contagem de pontos para a mensuração da atividade física, é igualmente relevante considerar as implicações que podem resultar dos diversos campos que compõem o instrumento de avaliação. Assim, embora a computação de pontos referentes às atividades de lazer e o exercício de atividades decorrentes de trabalhos estressantes possam ser iguais, é indiscutível que, para a saúde, o primeiro aspecto, torna-se bem mais interessante. Desta forma, não seria apenas a quantidade, mas também a qualidade da atividade física praticada. Esses diferenciais qualitativos podem identificar contrastes marcantes entre os países mais desenvolvidos e as nações atrasadas, no

que se refere à ocupação profissional no setor primário da economia (agricultura, extrativismo vegetal ou mineral) representando uma demanda vigorosa de atividade física, principalmente entre os indivíduos residentes no interior rural. Estas particularidades não serão aqui aprofundadas, desde que o nosso estudo não alcança estes objetivos.

Outros estudos utilizando o mesmo instrumento na União Européia, Colômbia e Arábia Saudita não são comparáveis aos presentes resultados, em virtude de diferentes pontos de corte utilizados (ABU-OMAR; RÜTTEN, 2008; AL-HAZAA, 2006; GÓMEZ et al., 2004).

Segundo Craig et al. (2003) a versão curta e longa promovem resultados comparáveis. Contudo, a análise estatística desse estudo foi recentemente criticada, particularmente em termos de comparação com a versão curta e longa (HALLAL; VICTORA, 2004). Um estudo brasileiro apresentou resultados comparáveis em uma pesquisa multicêntrica (PARDINI et al., 2001), enquanto um outro, também no Brasil, mostrou que as versões curtas apresentam resultados discordantes da versão longa (HALLAL et al., 2004).

Neste sentido, o estudo de coorte realizado na cidade de Pelotas (RS) com 4.296 indivíduos e que avaliou a atividade física através da versão longa do IPAQ, apresenta resultados não comparáveis aqui relatados. Esta pesquisa encontrou uma prevalência de sedentarismo (< 150 minutos por semana de atividade de lazer) de 80,6% entre mulheres e 49,2% entre os homens (AZEVEDO et al., 2008). Fontes e Vianna (2009) que analisaram a atividade física de 1.503 estudantes de graduação da Universidade Federal da Paraíba, através da versão longa do IPAQ, encontraram 31,2% de indivíduos com baixo nível de atividade física.

A prevalência de indivíduos sedentários (34,1%) em Pernambuco aqui apresentada foi substancialmente menor do que taxas descritas em estudos prévios de atividade física de lazer. Em estudo realizado em 1996-1997 nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, foi verificado, respectivamente, que apenas 19% e 17,7% dos indivíduos adultos referiu desenvolver atividade física no lazer (mínimo de 30 minutos por pelo menos um dia por semana) (MONTEIRO et al., 2003). A prevalência de inatividade física no lazer de 1.968 adultos de 20-69 anos, avaliados na cidade de Pelotas (RS) foi de 80,7% (DIAS-DA-COSTA et al., 2005). Em Salvador, a prevalência de atividade física de lazer foi 72,5% entre adultos maiores de 20 anos de idade (PITANGA; LESSA, 2005). Martins et al. (2009) em estudo

transversal com amostra de 1996 adultos com 18 anos e mais em Florianópolis detectaram 54,6% de inativos fisicamente no ítem lazer. Essas diferenças marcantes podem ser encontradas em termos de prevalência de atividade física, dependendo do domínio de atividade considerada evidenciam como os modelos de avaliação e os enfoques adotados podem se tornar conflitivos. Por exemplo, ao ser considerado somente o domínio da atividade física de lazer ou se todos os domínios podem ser avaliados. E uma questão, particularmente relevante em países em desenvolvimento onde uma parcela substancial de atividade física ocorre fora da AF de lazer, concentrando-se principalmente em atividades ocupacionais (trabalho) e de transporte (HALLAL et al., 2003).

A atividade física avaliada segundo três níveis de classificação (sedentário, regularmente ativo e muito ativo) apresenta níveis inferiores ao nosso para o sedentarismo se comparado ao níveis baixos de atividade física encontrados em moradores de uma favela na cidade de Recife (SIMÕES et al., 2009). É importante ressaltar que este estudo utilizou a versão longa, ademais a população foi restrita a indivíduos de baixa renda, residentes na região metropolitana do Recife e residentes em bairro com o programa público de intervenção na atividade física (academia da cidade). Considerando apenas o conjunto de indivíduos muito ativos (acima de 1.000 minutos de atividade física por semana), a prevalência encontrada de 19,5% se aproximou aos resultados da cidade de Pelotas (23,7%) e superou os resultados do estado de São Paulo (6,4%) (HALLAL et al., 2005a).

No que se refere às características da amostra do presente estudo, ressaltase como mais importantes, os aspectos socioeconômicos, como a baixa renda
(46,1% dispunha de renda *per capita* abaixo de 0,25 salário mínimo) e baixa
escolaridade (55,8% com menos de quatro anos de estudo), ao lado de condições
desfavoráveis de saneamento e de moradia. Por outro lado, dois terços dos
entrevistados não trabalhavam, entre os quais uma pequena minoria era formada de
aposentados. Estas características são bem peculiares da situação do estado e da
região, de modo que o estudo da atividade física da amostra passa a ser
representativo ou pelo menos indicativo de uma situação muito comum da média
regional ou nacional do próprio país.

Na relação dos fatores biológicos que poderiam ter alguma influência no desempenho de AF, atuando como condição de risco ou como de proteção contra o sedentarismo (sexo, idade, IMC, limitação funcional) apenas o sexo feminino, a

idade igual ou acima de 60 anos foram estatisticamente relacionadas com a ocorrência do problema.

Por outra parte, na análise dos possíveis condicionantes socioeconômicos, observa-se que a renda se correlacionava com a ocorrência do sedentarismo, mas a associação desapareceu na análise multivariada. Já para a escolaridade e a condição de trabalho, o estrato geográfico se mantiveram nas razões de prevalência bruta e após seu ajustamento intergrupo e intragrupo. O mesmo comportamento estatístico ocorreu em relação à condição de trabalho, com a categoria "aposentado" representando uma situação bem diferenciada de risco (47,3% dos casos, com razões de prevalência bruta e ajustada, respectivamente de 1,9 e 1,6, em comparação ao grupo que trabalhava). Isto significa que a atividade física resultante da ocupação econômica tem um papel importante no exercício da atividade física, como demonstraram Martins et al.(2009).

Os resultados dos estudos que relacionam o nível de AF total dos indivíduos com o sexo apresentam alguns resultados discordantes. No presente estudo, as mulheres eram mais freqüentemente sedentários. Hallal et al. (2003) não observaram diferenças em relação ao sexo, assim como Baretta, Baretta, Peres (2007) em Jaçaba (SC). Enquanto outros estudos demostram que os homens eram mais ativos quando considerou-se todos os domínios de AF (HALLAL et al., 2005a; SIMÕES et al., 2009) e também de lazer (AZEVEDO et al., 2008; DIAS-DA-COSTA, 2005; MONTEIRO et al., 2003). A discussão sobre gênero está relacionado com as diferenças entre sujeitos, que refletem os sistemas sociais e culturais de uma sociedade, dentro do qual são estabelecidas diferenças e hierarquias entre as determinadas sociais, determinando uma distinção entre masculino e feminino.

Por outro lado, Siqueira et al. (2008) e Alves et al. (2010), ambos estudando indivíduos residentes em áreas de abrangência de UBS, encontraram nível de atividade física mais elevado entre as mulheres, mesmo tendo considerado todos os domínios de atividade física. Vale a pena ressaltar que a inserção da prática de AF entre as mulheres está associada à manutenção da saúde e valorização dos cuidados com a imagem corporal, fenômeno observado sobretudo em sociedades desenvolvidas (SALLES-COSTA, 2003), pode-se pensar que as mulheres atendidas em UBS estão mais preocupadas com sua saúde e, portanto, realizam mais AF.

Observa-se, no presente estudo, um acentuado declínio do nível de AF com o aumento da idade, com os idosos apresentando as maiores prevalências de

sedentarismo, com uma chance 80% maior que os indivíduos mais jovens. O estilo de vida sedentário tem sido atribuído ao envelhecimento; alguns fatores adversos têm sido apontados para a prática de AF por idosos, sendo os principais: medo de machucar-se, sentir-se cansado ou muito velho, possuir doenças ou incapacidades física, não ter companhia ou não ter tempo para realizar exercícios físicos (CASSOU et al., 2008). Esta associação positiva da idade com o sedentarismo é consistente com a literatura (ALVES et al., 2010; BENEDETI et al., 2007; BRASIL, 2009b; ZAITUNE et al., 2010). É importante ressaltar, ainda, que a avaliação da AF em idosos é complexa e poucos estudos têm sido realizados no Brasil com essa finalidade. Apesar do instrumento IPAQ ser recomendado para adultos de 18 a 64 anos (CRAIG et al., 2003), optou-se utilizar para todas as idades avaliadas, uma vez que a versão longa do IPAQ foi recentemente validado em idosos no Brasil (BENEDETI et al., 2007). Além do instrumento ter sido utilizado em idosos em outras pesquisas (ALVES et al., 2010; KNUTH et al., 2010; ZAITUNE et al., 2010).

No presente estudo não foram detectadas diferenças do sedentarismo segundo a cor da pele. Achado semelhante ao observado ao estudo realizado em Pelotas com adultos maiores de 20 anos (DIAS-DA-COSTA et al., 2005) e Alves et al. (2010), utilizando a categorização em brancos e não-brancos. Outro estudo realizado em coorte de nascidos em 1982 na cidade de Pelotas com 4.297 indivíduos em 2004-5, encontram maiores prevalências de sedentarismo no lazer entre os homens de cor da pele branca (AZEVEDO et al., 2008), resultados estes, diferentes de estudos realizados em países desenvolvidos que mostraram prevalências de sedentarismo no lazer maiores entre os indivíduos não-brancos (MARSHALL et al., 2007).

A associação entre a prática de AF e indicadores socioeconômicos tem despertado interesse dos pesquisadores da área. Estudos anteriores sugerem que tal associação depende do domínio da AF avaliado. No lazer tem sido demonstrado que indivíduos com níveis socioeconômicos mais elevados praticam maior AF de lazer (AZEVEDO et al., 2008; DIAS-DA-COSTA et al., 2005; HALLAL et al., 2005a; PITANGA; LESSA, 2005). Este fato pode ser explicado pela dependência do investimento financeiro em atividade física, como academias por exemplo. Além disso, o conhecimento acerca dos benefícios da AF à saúde também está associado com o melhor poder aquisitivo (DOMINGUES et al., 2004). Já quando se avalia todos os domínios da AF, a associação positiva com a condição socioeconômica

mais baixa. No presente estudo, esta variável perdeu a significância após o ajuste do modelo multivariado. É conhecido que os indivíduos com baixa renda tendem a ter maior nível de AF no trabalho (CAULEY et al., 2001). Assim, como o deslocamento ativo para o local de trabalho e as atividades ocupacionais com maior dispêndio de energia são mais comuns em pessoas mais pobres (BACCHIERI, 2005). Considerando, portanto, todos os domínios de AF, vários estudos demonstram que indivíduos mais pobres tendem a ser mais ativos (HALLAL et al., 2005); SIQUEIRA et al., 2008; ALVES et al., 2010; BARETTA; BARETTA; PERES, 2007). Já os estudos nos países desenvolvidos têm demonstrado que os níveis de AF são inferiores nas populações com níveis socioeconômicos mais baixos, especialmente na AF de lazer (VAN DER HORST et al., 2007).

A associação da AF e a escolaridade tem sido descrita na literatura de forma diferente de acordo com os domínios de AF avaliados. Enquanto na AF de lazer, o sedentarismo mostra-se associado à baixa escolaridade (DIAS-DA-COSTA et al., 2005; MARTINS et al., 2009; PITANGA, LESSA, 2005; SALLES-COSTA et al., 2003), por outro lado quando considerados todos os domínios de AF, quanto menor o nível de escolaridade maior a participação em AF (BARETTA; BARETTA; PERES, 2007; HALLAL et al., 2003). Vale destacar que Hallal et al. (2004) analisando AF com duas versões do IPAQ, observaram que a versão longa (AF de lazer) encontraram que o aumento da escolaridade estava relacionada à maior chance de ser ativo, enquanto na versão curta, este grupo populacional apresentava maior chance de ser sedentário. Knuth et al. (2010) analisando a tendência de AF em todos os domínios entre 2002 e 2007 verificaram que o sedentarismo aumentou com o nível de escolaridade das pessoas, ocorrendo um aumento significativo entre os períodos analisados.

Mesmo tendo sido controlados a idade e o sexo, a condição "aposentado" mostrou uma chance 60% mais elevada de ser sedentário. Resultados diferentes aos obtidos por Baretta, Baretta, Peres. (2007), avaliando adultos de 20 a 59 anos da cidade de Jaçaba (SC) encontraram que os indivíduos que não trabalhavam ou não eram aposentados eram mais inativos fisicamente. Os indivíduos que trabalham teriam uma maior tendência à inatividade física de lazer (MARTINS et al., 2009); esta situação poderia ser explicada pelo fato de falta de tempo disponível para o lazer ser relatada com freqüência como uma barreira à prática de exercícios físicos ou esportes (TROST et al., 2002). Países desenvolvidos apresentam relação

diferente para este fator de risco: as pessoas empregadas apresentam uma freqüência maior de AF durante o lazer (MENSINK et al., 1997), o que seria explicado pelo fato das pessoas com rendas mais altas apresentarem maior possibilidade de participar de programas de promoção da saúde, com comportamentos mais ativos.

A relação dos níveis de AF com o estrato geográfico é pouco relatado na poucos estudos com capacidade de analisar representativas de regiões urbanas e rurais. Monteiro et al. (2003) em estudo seccional realizado no período de 1996 e 1997 nas regiões do Nordeste e Sudeste do Brasil, verificaram diferenças estatisticamente significantes entre regiões urbanas e rurais, com os indivíduos da região rural apresentando menores prevalências de AF de lazer. Por outro lado, Guthold et al. (2008) usando dados de 51 países, encontraram maiores prevalências de AF entre os indivíduos moradores da região rural. Um outro estudo realizado no Brasil, analisando todos os domínios de AF, no estado de São Paulo com 2001 indivíduos de 14 a 77 anos, encontrou prevalências de indivíduos muito ativos similares na região metropolitana, interior e litoral, enquanto os indivíduos sedentários eram mais frequentes no interior (MATSUDO et al., 2002). É importante destacar que o estado de São Paulo apresenta condições bastante diferentes do estado de Pernambuco, com o IDH de 0,82 com populações mais urbanas e mais ocupados no setor terciário da economia. No estado de Pernambuco foi verificada uma razão de prevalência 30% maior de sedentarismo nos indivíduos residentes da RMR e IU. Em relação aos indivíduos muito ativos, encontrou-se uma maior prevalência entre os moradores do IR.

Pelos fatores analisados, a avaliação de possíveis associações do Programa Bolsa Família (PBF) com a AF não tem sido abordada nos estudos epidemiológicos sobre o assunto. Foi verificado que os indivíduos não inscritos no PBF eram mais sedentários (RP = 1,3) que os inscritos. Contudo, após o ajustamento do modelo hierárquico, a variável perdeu a associação. Este achado trás à luz o questionamento sobre a AF, considerando as repercussões do principal programa de transferência de renda do governo federal na saúde. Este programa além de aumentar a renda dos indivíduos mais pobres, estabelece alguns condicionantes para que a família possa receber o benefício mensal, dentre os quais os aspectos de saúde são levados em consideração (SILVA, 2007).

Apesar da literatura mostrar uma associação positiva entre autopercepção da saúde e nível de AF, indicando que as pessoas mais ativas classificam sua saúde de forma mais positiva do que os sedentários (ALVES et al., 2010; SIQUEIRA et al., 2008), não encontramos relação estatisticamente significante.

Vários estudos têm demonstrado a relação da atividade física com a obesidade (ABDUL-RAHIM et al., 2003; DIAS-DA-COSTA et al., 2005), porém estudos transversais, a exemplo do presente estudo, muitas vezes não conseguem evidenciar tal associação (HALLAL et al., 2003; MARTINS et al., 2009).

Os modelos conceituais de análise vêm recebendo grande destaque, principalmente nas pesquisas epidemiológicas de base populacional. É uma Estratégia importante para o estudo dos múltiplos fatores associados com um determinado desfecho (DUMITH, 2008). Em estudos como este, que se propõe a avaliar uma série de fatores de risco e trabalha com um grande número de covariáveis, torna-se difícil determinar quantos e quais termos seriam necessários para uma descrição adequada dos dados. Os métodos empregados na criação de modelos são sujeitos a erros e não há um método único para identificar-se o melhor modelo (FUCHS; VICTORA; FACHEL, 1996). Diversos fatores, como o tamanho amostral e a magnitude da associação afetam a significância estatística da análise univariada, que freqüentemente está relacionada com os fatores de confusão. Uma das vantagens da análise hierarquizada é o pré-estabelecimento dos critérios de seleção, garantindo a adequação das variáveis modeladas através de sua análise dicotômica.

Através da análise multivariada por meio de regressão de *Poisson*, o presente estudo verificou a presença de cinco variáveis no modelo explicativo final. Mulheres, idosos com mais de 60 anos, indivíduos com mais de 4 anos de estudo, aposentados e residentes de áreas urbanas apresentaram maior chance de desenvolverem um estilo de vida sedentário. Ressalta-se que não se pretende esgotar a discussão sobre o estudo do modelo hierárquico de análise do sedentarismo em adultos, uma vez que, como todo modelo, ele tenta "simplificar" uma realidade muito complexa, não se propondo ser um modelo ideal.

Torna-se interessante fazer algumas considerações sobre aspectos positivos e fatores limitantes do presente estudo. No primeiro enfoque, o fato de que se trata de uma avaliação pioneira no Estado de Pernambuco, como inquérito de base populacional representativo do universo de adultos, sendo, ainda, neste aspecto, o

único realizado no Norte e Nordeste do Brasil. Inclui-se, ainda, nesta ordem de consideração o caráter de interdisciplinaridade, resumindo variáveis de interesse econômico e social (renda, escolaridade, acesso à serviços e apoio social, doenças manifestadas ou declaradas), antropológicos (imagem comparativa de saúde corporal) e outros, que possibilitam analisar o exercício da atividade física numa mesma perspectiva integral. Ademais, a atividade física reflete em última instância, uma variável comportamental, envolvendo vários comportamentos, como o lazer o trabalho profissional, serviços domésticos e deslocamentos apreendidos pelo questionário IPAQ. Na realidade se conta com alternativas e critérios para posteriores desdobramentos analíticos. E é evidente que o estabelecimento de uma linha de base para a construção de serviços temporais, tendências espaciais e discernimentos sociais, além, evidente, de suas influências em nível epidemiológico, representam contribuições potenciais importantes para o estado aqui apresentado. Deve-se repetir a importância que a atividade física passa a merecer, como um aspecto estratégico crucial para a promoção de saúde. Outro aspecto importante foi a utilização do IPAQ como instrumento, que avalia os quatro componentes de AF (lazer, ocupação, transporte e trabalho domiciliar), possibilitando a comparabilidade dos dados. As pesquisas que aferem apenas a atividade física de lazer tendem a subestimar o nível de AF das populações de baixa renda. Ressalta-se ainda que o poder estatístico foi suficiente para as análises brutas e ajustadas, permitindo que diferenças relevantes fossem identificadas.

Ainda como vantagem do estudo, podemos apontar a utilização do modelo de determinação hierárquico que é uma alternativa aos métodos tradicionais de análise, e é aplicável a estudos epidemiológicos com um grande número de covariadas (VICTORA et al., 1996). A abordagem hierárquica consiste na entrada das variáveis explanatórias no modelo em uma ordem previamente estabelecida pelo pesquisador, baseada nas relações lógicas e teóricas entre os fatores determinantes. A análise multivariada seguiu um modelo conceitual previamente estabelecido sendo considerados três níveis hierarquizados de determinação do sedentarismo (DUMITH, 2009).

Por outro lado, o trabalho apresenta limitações consideráveis. Em primeiro plano, porque não foi especificamente concebido como uma pesquisa autônoma sobre atividade física, mas como parte de um inquérito mais abrangente sobre DCNT no estado de Pernambuco. Portanto, esta circunstância não permite o

detalhamento que seria de se esperar se o estudo especificamente enfocado na questão da atividade física. Conta-se, ainda, com a limitação de não se dispor na literatura científica sobre saúde no Brasil de um modelo explicativo, satisfatoriamente consolidado estabelecendo as relações hierarquizados de fatores compreensivos do sedentarismo, sem referir, ainda, sua pertinência para o conjunto de variáveis arroladas no presente estudo.

O estudo apresenta algumas limitações; o desenho do estudo, transversal, inviabiliza o estabelecimento de relação de causa e efeito. Outra questão é o fato da versão curta do IPAQ apesar de oferecer exemplos de perguntas de AF como meios de transporte, lazer e esportes, serviços domésticos e outros, não oferece uma avaliação mais precisa do nível de atividade física nesses quatro domínios como a versão longa.

É claro que, além da diferença de representação amostral corrigida com o ajustamento de prevalência entre o urbano e o rural (30,1% passando a 34,1%) subsistem outros pequenos vieses, como a maioria de mulheres adultas, e a proporção considerada elevada de pessoas que não trabalham, podendo influenciar nos resultados, ou melhor, na sua distribuição por categorias de variáveis independentes. Fica o registro, como dúvidas que não podem ser contornadas.

Conhecer o perfil de atividade física nos diferentes contextos da vida dos indivíduos tem uma implicação importante na definição de políticas públicas de saúde do estado, bem como a identificação de fatores associados ou determinantes desta situação.

7 Conclusões

7 CONCLUSÕES

- a) Ocorrendo em 34,1% da população adulta, o sedentarismo já representa um importante fator adverso para a situação de indivíduos adultos, no estado de Pernambuco;
- b) A maior prevalência de sedentários foi encontrada na Região Metropolitana de Recife (37,2%), enquanto que a proporção de indivíduos muito ativos foi maior no interior rural (26,0%);
- c) De modo geral, a prevalência de casos categorizados como muito ativos ocorreram com uma distribuição oposta aos resultados obtidos com o sedentarismo;
- d) De acordo com o modelo explicativo final do sedentarismo, a idade acima de 60 anos, o sexo feminino, a condição de trabalho, a escolaridade e o espaço geográfico, são considerados possíveis fatores de risco do problema.

8 RECOMENDAÇÕES

8 RECOMENDAÇÕES

- a) Alertar os gestores de políticas públicas e profissionais de saúde para a necessidade de práticas de atividade física para a população.
- b) Realizar estudos adicionais para estabelecer a separação entre os domínios que participam da avaliação geral da atividade física e corroborar para a identificação do problema;
- c) Promover em caráter, multiprofissional, a difusão do conhecimento da atividade física nos setor saúde, como o objetivo de consolidar idéias e atitudes sobre a importância desta área no novo quadro epidemiológico prevalente no Nordeste e no Brasil.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABU-OMAR, K.; RÜTTEN, A.Relation of leisure time, occupational, domestic, and commuting physical activity to health indicators in Europe. **Preventive Medicine**, New York.v. 47, p. 319-323, 2008.

ABDUL-RAHIM, H. F. et al. Obesity in a rural and an urban Palestinian West Bank population. **International journal of obesity**, London. v. 27, p. 140-6, 2003.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Pernambuco em dados 2003**. Recife, 2003. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=588&CodInformacao=863&Cod=3 >. Acesso em: 4 jan. 2008.

AL-HAZZAA, H. M. Health-enhancing physical activity among Saudi adults using the International Physical Activity Questionaire (IPAQ). **Public Health Nutrition**, Wallingford. v. 10, n. 1, p. 59-64, 2006.

ALVES, J. G. B. et al. Prevalência de adultos e idosos insuficientemente ativos moradores em áreas de unidades básicas de saúde com e sem Programa Saúde da Família em Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 26, n. 3, p. 543-556, 2010.

ANDRADE, D. R. et al. Barriers to exercise adherence among active young adults. In: 45th Annual Meeting of American College of Sports Medicine; 1998 June 3-6; Orlando (USA). **Medicine and Science in Sports and Exercise,** Madison. Suppl. 30, p. S182, 1998.

ARTAL, M.; SHERMAN, C. Exercise against depression. **Physician and Sportsmedicine**, Minneapolis. v. 26 p. 55-60, 1998.

ASTRAND, P.O. Why exercise?. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, Madison. v. 4, p. 153-162, 1999.

AZEVEDO, M.R. et al. Tracking of physical activity from adolescence to adulthood: a population-based study. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo. v. 41, n. 1, p. 69-75, 2007.

AZEVEDO, M.R. et al. Fatores associados ao sedentarismo no lazer de adultos na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, RS. **Revista de Saúde pública,** São Paulo. v. 42, suppl. 2, p. 70-77, 2008.

BACCHIERI, G.; GIGANTE, D. P.; ASSUNÇÃO, M. C. Determinants and patterns of bicycling use traffic accidents among bicycling workers inPelotas, Rio Grande do Sul, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 21, p. 1499-508, 2005.

BARETTA, E.; BARETTA, M.; PERES, K. G. Nível de atividade física e fatores associados em adultos no Município de Joaçaba, Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 23, n. 7, p.1595-1602, 2007.

BARROS, A. J.; HIRAKATA, V. N. Alternatives for logistic regression in crosssectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. **BMC medical research methodology**, London. v. 3, p. 21,. 2003.

BATTY, D.; THUNE, I. Does physical activity prevent cancer? Evidence suggests protection against colon cancer and probably breast cancer. **British Medical Journal**, London. v. 321, p. 1424–1425, 2000.

BATISTA FILHO, M.; ROMANI, S. A. M. (Org.). **Alimentação, nutrição e saúde no Estado de Pernambuco**: espacialização e fatores sócio-econômicos. Recife: IMIP, 2002. (Série de publicações científicas do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco, IMIP, n. 7).

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. S181-191, 2003.

BARRETO, S.M. et al. Análise da estratégia global para alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial da Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasilia. v. 14, n.1, p. 41-68, 2005.

BAUMAN, A.E. et al. Toward a better understanding of the influences on physical activity: the role of determinants, correlates, causal variables, mediators, moderators, and confounders. **American Journal of Preventive Medicine**, New York. v. 23, Suppl 2, p. 5–14, 2002.

BAUMAN A.E. Updating the evidence that physical activity is good for health: an epidemiological review 2000–2003. **Journal of Science and Medicine in Sport**, Belconnen. v. 7, n.1, Suppl 1, p. 6-19, 2004.

BENEDETTI, T. R. B. et al. Reprodutibilidade e validade do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) em homens idosos. **Revista Brasileira de Medicina**, São Paulo. *Esporte* 2007;13(1): 11-6.

BLOCH, K.V.; RODRIGUES, C.S.; FISZMAN, R. Epidemiologia dos fatores de risco para hipertensão arterial – uma revisão crítica da literatura brasileira. **Revista Brasileira de Hipertensão**, Ribeirão Preto. v. 13, n. 2, p. 134-143, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Reorganização da Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus**. Brasília: Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Secretaria de Políticas de Saúde. Ministério da Saúde. 2001

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programação Pactuada de Vigilância em Saúde**. Ministério da Saúde, 2006. [Mimeografado].

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde Brasil 2007**: Uma análise da situação de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde Brasil 2008**: 20 anos do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2009a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **VIGITEL BRASIL 2008**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b.

BRITISH HEART FOUNDATION STATISTICS DATABASE. Physical activity. Disponível em: <

http://www.ws3.heartstats.web.baigent.net/temp/2008.Chaptersp6.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2010.

BROWNSON, R.C.; BOEHMER, T.K.; LUKE, D.A. Declining rates of physical activity in the United States: what are the contributors? **Annual Review of Public Health**, Palo Alto. v. 26, p. 421-43, 2005.

BULL, F. C. et al. **Getting Australia Active II: An update of evidence on physical activity for health.** Melbourne: National Public Health Partnership; 2004a.

BULL, F.C. et al. Developments in National Physical Activity Policy: an international review and recommendations towards better practice. **Journal of Science and Medicine in Sport**, Belconnen. Physical Activity Suppl. 7, n. 1, p. 93–104, 2004b.

CAMÕES, M.; LOPES, C. Fatores associados à atividade física na população portuguesa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo. v. 42, n. 2, p. 208-216, 2008.

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**, Boston. v. 100, p. 128-135, 1985.

CASSOU, A. C. N. et al. Barreiras para a atividade física em idosos: uma análise por grupos focais. **Revista de educação física**, Maringa. v. 19, p.353-60, 2008.

CARVALHO AI. Da saúde pública às políticas saudáveis: saúde e cidadania na pósmodernidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v.1, n. 1, p. 104-121, 1996.

CAULEY, J. A. et al. Physical activity by socioeconomic status in two population based cohorts. **Medicine and science in sports and exercise,** Madison. v. 23, n. 3, p.343-51, 1991.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. National Center for Health Statistics. **The Third National Health and Nutrition Examination** (NHANES III, 1988-1994): reference manual and reports. Maryland, USA, 1996.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Behavioral risk factor surveyllance system survey questionnaire**. Atlanta, 2000.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Increasing physical activity. A Report on Recommendations of the Task Force on Community Preventive Services. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, Atlanta. v. 26, n. 50, p. 1–16, 2001.

CESSE E.; FREESE E. Características e determinantes do padrão brasileiro de ocorrência das DCNT no século XX. In: FREESE, E. **Epidemiologia, políticas e determinantes das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil**. Recife: Universitária da UFPE, cap 2, p. 47-72, 2006.

CRAIG, C.L. et al. International Physical Activity Questionnaire: 12-country reliability and validity. **Medicine and Science Sports Exercise**, Madison, v. 35, p.1381–95, 2003.

CRAIG, C.L. et al. A. Twenty-year trends in physical activity among Canandian Adults. **Canadian Journal of Public Health**, Ottawa. p. 59-63, 2004.

CUTTER, J.; TAN, B.Y; CHEW, S.K. Levels of cardiovascular disease risk factors in Singapore following a national intervention programme. **Bulletin of the world health organization**, Geneve. v. 79, p. 908-915, 2001.

DIAS-DA-COSTA, J.S. et al. Epidemiology of leisure-time physical activity: a population-based study in southern Brazil. **Cadernos de Saude Publica**, Rio de Janeiro. v. 21, n. 1, p. 275-82, 2005.

DOMINGUES, M.R.; ARAUJO, C.L.; GIGANTE, D.P. Conhecimento e percepção sobre exercício físico em uma população adulta urbana do sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Publica**, Rio de Janeiro. v. 20, n. 1, p. 204-215, 2004.

DUMITH, S. C. Proposta de um modelo teórico para a adoção da prática de atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Londrina. v. 13, n. 2, p. 110-120, 2008.

DUMITH, S.C. Physical activity in Brazil: a sistematic review. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 25, Suppl. 3, p. S415-S426, 2009.

ERIKSSON, M.K.; FRANKS, P.W.; ELIASSON, M. A 3-year randomized trial of lifestyle intervention for cardiovascular risk reduction in the primary care setting: the Swedish Björknäs study. **PLoS ONE (Online)**, San Francisco. v. 4, n.4, p. E5195, 2009.

EUROBAROMETER. European comparasion. **Health and food**. TNS Opinion & Social. Special Eurobarometer 246 / Wave 64.3. Disponível em: http://ec.europa.eu/health/ph_publication/eb_food_en.pdf. Acesso em: 31 mar. 2010.

FERREIRA, I. et al. Environmental correlates of physical activity in youth - a review and update. **Obesity Reviews**, Oxford. v. 8, n. 2, p. 129-154, 2007.

FONTES, A. C. D.; VIANNA, R. P. T. Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma universidade pública da região Nordeste – Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo. v. 12, n.1, p. 20-29, 2009.

FREESE, E.; FONTBONNE, A. Transição epidemiológica comparada: modernidade, precariedade e vulnerabilidade. In: FREESE, E. **Epidemiologia, políticas e determinantes das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil**. Recife: Universitária da UFPE, cap 1, p. 17-46, 2006.

FREDERIKSEN, H. Feedbacks in economic and demographic transition. **Science**, Washington, v. 166, p. 837-847, 1969.

FRENK, J. et al. La transición epidemiológica en America Latina. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, v. 111, n. 6, p. 485-496, 1991.

FLORINDO, A. A. et al. Fatores associados à prática de exercícios físicos em homens voluntários adultos e idosos residentes na Grande São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo. v. 4, n. 2, p. 105-113, 2001.

GÓMEZ, L. F. et al. Nível de actividade física global em La población adulta de Bogotá (Colombia). Prevalencia y factores asociados. **Gaceta Sanitaria**, Barcelona. v.3, n. 3, p. 206-213, 2005.

GUTHOLD, R. et al. Worldwide variability in physical inactivity a 51- country survey. **American Journal of Preventive Medicine**, New York. v. 34, p. 486-94, 2008.

HALLAL, P.C. et al. Physical inactivity: prevalence and associated variables in Brazilian adults. **Medicine and science in sports and exercise**, Madison. v. 35, n. 11, p. 1894-900, 2003.

HALLAL, P. C. et al. Comparison of short and full-length international physical activity questionnaires. **Journal of Physical Activity and Health**, Champaign. V. 1, p. 227-234, 2004.

HALLAL, P.C. et al. Physical activity in adults from two Brazilian areas: similarities and differences. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 21, n. 2, p. 573-580, 2005a.

HALLAL, P.C. et al. Who, when, and how much? Epidemiology of walking in a middle-income country. **American Journal of Preventive Medicine**, New York. v. 28, n. 2, p. 156-61, 2005b.

HALLAL, P.C. et al. Evolução da pesquisa epidemiológica em atividade física no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo. v. 41, p. 453-460, 2007.

HALLAL, P.C.; VICTORA, C.G. Reliability and validity of the International Physical Activity Questionnaire (IPAQ). Letter to the Editor. **Medicine & Science in Sports Exercise,** Madison. v. 36, p.556, 2004.

HARREBY, M. et al. Low back pain and physical exercise in leisure time in 38-yearold men and women: a 25-year prospective cohort study of 640 school children. **European Spine Journal**, Heidelberg. v. 6, p. 181-186, 1997.

HASKELL, W.L et al. Physical Activity and Public Health: Updated Recommendation for Adults From the American College of Sports Medicine and the American Heart Association. **Circulation**, Dallas. published online Aug 1, 2007.

HEALTH DEVELOPMENT AGENCY. A review of the evidence on the effectiveness of public health interventions for increasing physical activity amongst adults: a review of reviews. 2nd ed. London: Health Development Agency; 2005.

HERNANDEZ, B. et al. Factores asociados con la actividad física em mujeres mexicanas em edad reproductiva. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington. v. 14, n. 4, p. 235-245, 2003.

HEYWARD, V. H. **Advanced Fitness Assessment & Exercise Prescription**. Campaign, II: Human Kinetics, 3^aEd, 1997.

HOEHNER, C. M. et al. Physical activity interventions in Latin America: a sistematic review. **American Journal of Preventive Medicine**, New York. v. 34, n. 3, p. 224-233, 2008.

HUMPEL, N.; OWEN, N.; LESLIE, E. Environmental factors associated with adults participation in physical activity: a review. **American Journal of Preventive Medicine**, New York. v. 22, p. 188–199, 2002.

INTERNATIONAL PHYSICAL ACTIVITY QUESTIONARE. Disponível em http://www.ipaq.ki.se/questionnaires/IPAQ_S7S_FINAL_MAY_01.pdf. Acesso em mar 2010.

LAKDAWALLA D, PHILIPSON T. **The growth of obesity and technological change**: a theoretical and empirical examination. NBER Working Paper w 8946. Cambridge, Mass, USA: National Bureau of Economic Research, 2002.

LEE, I. M.; PAFFENBARGER, R. S. Jr. Associations of light, moderate, and vigorous intensity physical activity with longevity. The Harvard Alumni Health Study. **American Journal of Epidemiology**, Baltimore. v. 151, p. 293–299, 2000.

LIMA, S.; CARVALHO, M. L.; VASCONCELOS, A. G. G. Proposta de modelo hierarquizado aplicado à investigação de fatores de risco de óbito infantil neonatal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 24, n. 8, p. 1910-1916, 2008.

KAHN, E.B. et al. The effectiveness of interventions to increase physical activity. A systematic review by the US Task Force on Community Preventive Services. **American Journal of Preventive Medicine**, New York. v. 22, n. 4S, p. 73–102, 2002.

KATZMARZYK P.T.; GLEDHILL N.; SHEPHARD R.J. The economic burden of physical inactivity in Canada. **Canadian Medical Association Journal**, Ottawa. v. 163, n. 11, p. 1435-40, 2000.

KNUTH, A. G. et al. Changes in physical activity among Brazilian adults over a 5-year period. **Journal of Epidemiology Community Health**, London. v.64, p. 591-595, 2010.

KURTZE, N.; RANGUL, V.; HUSTVEDT, B.E. Reability and validity of the international physical activity questionnaire inthe Nord-Trondelag health study (HUNT) population of men. **BMC Medical Research Methodology**, London. v. 8, p. 8-63, 2008.

MACFARLANE, D.J. et al. Reliability and validity of the Chinese version of IPAQ (short, last 7 days). **Journal of Science and Medicine in Sport,** Belconnen. v. 10, p. 45-51, 2007.

MALERBI, D. A.; FRANCO, L. J. em nome do Comitê Assessor para o Estudo da Prevalência de Diabetes no Brasil. Multicenter Study of the Prevalence of Diabetes Mellitus and Impaired Glucose Tolerance in the Urban Brazilian Population Aged 30-69 Yr. **Diabetes Care**, Alexandria. v. 15, n. 11, p. 1509-1516, 1992.

MALTA, D.C. et al. A Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília. v. 18, n. 1, p. 79-86, 2009.

MARSHALL, J.J. et al. Race/Ethnicy, social class, and leisure-time physical inactivity. **Medicine and science in sports and exercise,** Madison. v. 39, n. 1, p. 44-51, 2007.

MARCONDES, W. B. A convergência de referências na promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v. 13, n. 1, p. 5-13, 2004.

MARTINS, T. G. et al. Inatividade física no lazer de adultos e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo. v. 43, n. 5, p. 814-24, 2009.

MATSUDO, S. M. et al. Questionário internacional de atividade física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. **Revista Brasileira de atividade física e saúde**, Londrina. v. 6, n.2, p. 5-18, 2001.

MATSUDO, S.M. et al. Nível de atividade física da população do Estado de São Paulo: análise de acordo com gênero, idade, nível socioeconômico, distribuição geográfica e de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**, São Paulo. v. 10, n. 4, p. 41-50, 2002.

MATSUDO, S.M. et al. The Agita São Paulo program as a model for using physical activity to promote health. **Revista Panamericana de Salud Publica,** Washington. v. 14, n. 4, p. 265-272, 2003.

MATTHEWS, C.E. et al. Amount of time spent in sedentary behaviors in the United States, 2003-2004. **American Journal of Epidemiology,** Baltimore. v. 167, p. 875-881, 2008.

MENSINK, G. B. M.; LOOSE, N.; OOMEN, C. Physical activity and it association with other lifestyle factors. **European journal of epidemiology,** Rome. v. 13, p. 771-8, 1997.

MORBIDITY AND MORTALITY WEEKLY REPORT. Prevalence of regular physical activity among adults – United States, 2001 and 2005. **Journal of the American Medical Association**, Chicago. v. 299, n. 1, p. 30-32, 2008.

MONTEIRO, C.A. et al. A descriptive epidemiology of leisure-time physical activity in Brazil, 1996-1997. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington. v. 14, p. 246-54, 2003.

MORETTI, A.C. et al. Práticas corporais/ atividade física e políticas de promoção da saúde. **Saúde Sociedade**, São Paulo. v. 18, n. 2, p. 346-354, 2009.

MORRIS, J.N. et al. Incidence and prediction of ischaemic heart disease in London busmen. **Lancet**, London. v. 2, p. 553–9, 1966.

MOKDAD, A.H. et al. Actual causes of death in the United States, 2000. **Journal of the American Medical Association**, Chicago. v. 291, n. 10, p. 1238-1245, 2004.

NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH. Consensus Development Panel on Physical Activity and Cardiovascular Health. Physical health and cardiovascular health. **Journal of the American Medical Association**, Chicago. v. 276, p. 241–6, 1996.

NEIMAN, A.B.; JACOBY, E.R. The first "Award to Active Cities" contest in the Region of the Americas. **Revista Panamericana de Salud Publica,** Washington. v. 14, p. 237–240, 2003.

OMRAN, A. R. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population. **Milbank memorial fundation quarterly**, New York, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Las condiciones de salud en las **Américas.** Edición de 1986. Washington, DC:OPS;1986. (Publicación Científica 500).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Physical Status: the use and interpretation of anthropometry.** WHO Technical Report Series n. 854. Geneva, Switzerland: WHO, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Sedentary lifestyle**: a global public health problem. Geneva: World Health Organization, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Cuidados inovadores para condições crônicas**: componentes estruturais de ação: relatório mundial. Brasília, 2003a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Report of the Mega Country Health Promotion Network Meeting on Diet, Physical Activity and Tobacco. convened by the Department of Noncommunicable Disease Prevention and Health Promotion noncommunicable diseases and mental health. Geneva: 2003b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global strategy on diet, physical activity and health**. Geneva; 2004.[Fifty-Seventh World Health Assembly, WHA 57.17]

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **2008-2013 Action Plan for the Strategy for the prevention and control of noncommunicable diseases**. Geneva; WHO press, p.48, 2008a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. INTERVENTIONS. Review of best pratice in interventions to promote. physical activity in developing coutries. Geneva; WHO press, p.112, 2008b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global health risks**: mortality and burden of disease attributable to selected major risks. Geneva:WHO press, p.70, 2009a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Physical inactivity**: a global public health problem. Disponível em:

http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet_inactivity/en/index.html. Acesso em: 31 mar. 2010.

PAPATHANASIOU, G.et al. Criterion-related validity of the short International Physical Activity Questionnaire against exercise capacity in young adults. **Europian Journal of Cardiovascular Prevention Rehabilitation**., v. 17, p. 380–386, 2010.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). Promoting health in the Americas. Disponível em http://www.paho.org/english/hcp/hcn/ncd-sur-tools.htm Acesso em 04 out, 2004.

PARDINI, R. et al. Validação do questionário internacional de nível de atividade física (IPAQ – versão 6): estudo piloto em adultos jovens brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**, São Paulo. v. 9, n. 3, p. 45-51, 2001.

PATARRA, N. L. Mudanças na dinâmica demográfica. In: MONTEIRO, C. A. (Org.). *Velhos e novos males da saúde no Brasil.* São Paulo: HUCITEC: Nupens, USP, 1995. p. 61-78.

PATE, R. R., et al. Physical activity and public health: A recommendation from the Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. **Journal of the American Medical Association**, Chicago. v. 273, n. 5, p. 402-407, 1995.

PITANGA, F.J.; LESSA, I. Prevalência e fatores associados ao sedentarismo no lazer em adultos. **Cadernos de Saúde Publica**, Rio de Janeiro. v. 21, n. 3, p. 870-877, 2005.

POPKIN, B. M. The nutrition transition: an overview of world patterns of change. **Nutrition reviews**, New York, v. 62, n. 7, p. S140-S143, 2004.

POWELL, K. E.; PAFFENBERGER, R. S. Workshop on epidemiologic and public health aspects of physical activity and exercise: a summary. **Public Health Reports**, Boston. v. 100, n. 2, p. 118-126, 1985.

POWELL, K. E. et al. The dimensions of heath promotion apllied to physical activity. **Journal of Public Health Policy**, Burlington. v. 12, n. 4, p. 492-509, 1991.

PRATT, M.; MACERA, C.A.; WANG, G. Higher direct medical costs associated with physical inactivity. **Physician Sportsmedicine**, Minneapolis. v. 28, p. 63-70, 2000.

PRATT, M.; JACOBY, E.; NEIMAN, A. Promoting physical activity in the Americas. **Food and nutrition Bulletin**, Tokyo. v. 25, n. 2, p. 183-192, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/. Acesso em: 20 jan. 2011.

REGO, R.A., et al. Prevalência das doenças crônicas não-transmissíveis. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo. v. 24, p. 277-85, 1990.

RISSIN, A. Desnutrição em crianças menores de cinco anos no estado de **Pernambuco: uma análise de relação causais hierarquizadas**. [doutorado] Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

RZEWNICKI, R.; AUWEELE, Y.V.; BOURDEAUDHUIJ I: Addressing overreporting on the International Physical Activity Questionnaire (IPAQ) telephone survey with a population sample. **Public Health Nutrition**, Wallingford. v. 6, n.3, p. 299-305, 2003.

RUTTEN, A. et al. Using different physical activity measurements in eight European countries. Results of the European Physical Activity Surveillance System (EUPASS) time series survey. **Public Health Nutrition**, Wallingford. v. 6, p. 371-376, 2003.

SALLES-COSTA, R. et al. Gênero e prática de atividade física de lazer. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 19, Sup 2, p. S325-S3, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA ESPORTIVA. Atividade Física e Saúde: Posicionamento Oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo. v. 2, n. 4, p.79-81, 1996.

SCHRAMM, J.M.A. et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 9, n. 4, p. 897-908, 2004.

SEABRA, A.F. et al. Biological and socio-cultural determinants of physical activity in adolescents. **Cadernos de Saúde Publica**, Rio de Janeiro. v. 24, n. 4, p. 721-736, 2008.

SECLÉN-PALACÍN, J.; JACOBY, E.R. Factores sociodemográficos y ambientales asociados con la actividad física deportiva em la población urbana Del Peru. **Revista Panamericana de Salud Publica,** Washington. v. 14, n. 4, p. 255-264, 2003.

SEEFELDT, V.; MALINA, R.M.; CLARK, M.A. Factors affecting levels of physical activity in adults. **Sports Medicine**, Auckland. v. 32, n. 3, p. 143-168, 2002.

SHEPHARD RJ. Exercise and aging process. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, São Paulo. v. 4, p. 4-56, 1991.

SICHIERY, R. **Epidemiologia da Obesidade**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 1998.

SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na políticas de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro. v. 12, n. 6, p.1429-39, 2007.

SIMÕES, E.J. et al. The Effects of a Community-Based, professionally supervised intervention on Physical Activity Levels among residents of Recife, Brazil. **American Journal of Public Health,** Washington. v. 99, n. 1, p. 68-75, 2009.

SIQUEIRA, F.V. et al. Atividade física em adultos e idosos residentes em áreas de abrangência de unidades básicas de saúde de municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro. v. 24, n. 1, p. 39-54, 2008.

SJÖSTRÖM, M. et al. Health-enhancing physical activity across European Union countries: the Eurobarometer study. **Journal of Public Health,** Oxford. v. 14, p. 291-300, 2006.

STEPHENS, T.; JACOBS, D. R.; WHITE, C. C. The descriptive epidemiology of leisure-time activity. **Public health reports,** Boston. v. 100, n. 2, p. 147-158, 1985.

TAVARES, R.; MONTEIRO, M.F.G. População e condições de vida. In: Guimirães R, Tavares R. (Org.). **Saúde e sociedade no Brasil:** anos 80. Rio de Janeiro: Relume Dumará. p. 43-72, 1994.

TROST, S.G. et al. Correlates of adults' participation in physical activity: review and update. **Medicine & Science in Sports Exercise**, Madison. v. 34, n. 12, p. 1996-2001, 2002.

US DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. **Physical activity and health**: a report of the Surgeon General. Atlanta, Ga, USA: US Department of Health and Human Services, Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion, 1996.

VARO, J.J. et al. Distribution and determinants of sedentary lifestyles in the European Union. **International Journal of Epidemiology**, London. v. 32, n. 1, p. 138-46, 2003.

VAN DER HORST, K. et al. A brief review on correlates of physical activity and sedentariness in youth. **Medicine & Science in Sports Exercise**, Madison. v. 39, n. 8, p. 1241-1250, 2007.

VICTORA, C.G. et al. The role of conceptual frameworks in epidemiological analysis: a hierarquical approach. **International Journal of Epidemiology**, London. v. 26, p. 224-8, 1997.

ZAITUNE, M. P. A. et al.Fatores associados à prática de atividade física global e de lazer em idosos: Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP), Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro.v. 26, n. 8, p. 1606-18, 2010.

Apêndice

Apêndice A - Artigo enviado para publicação

SEDENTARISMO EM ADULTOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

AUTORES

Roberta Corrêa de Araújo de Amorim – Amorim RCA.

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães – CpqAM/Fiocruz

Eduarda Ângela Pessoa Cesse - Cesse EAP.

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CpqAM/Fiocruz

Pedro Israel Cabral de Lira - Lira PIC

Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

José Natal Figueiroa – Figueiroa JN.

Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira – IMIP

Teresa Cristina Miglioli – Miglioli TC

Instituto Fernandes Figueira – IFF/Fiocruz

Malaquias Batista Filho - Batista Filho M.

Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP

Roberta Corrêa de Araújo de Amorim

Mestre em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM/FIOCRUZ)

Endereço: CCSW 02, BL A, Lote 05, Edf. Geraldo Carneiro, Setor Sudoeste, Cruzeiro-DF,

CEP 70680-250

Telefone: (081) 3442-0185; (061) 96476001

E-mail: amorimbeta@yahoo.com.br

SEDENTARISMO EM ADULTOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Resumo

Nos últimos 50 anos, o Brasil experimentou mudanças rápidas nas condições de vida e saúde

de sua população, destacando-se a modificação de hábitos de consumo alimentar e a redução

da atividade física, de caráter doméstico, de lazer, de ocupação e de transporte. Estudo

transversal de base populacional (n=1.768) para estimar a prevalência de sedentarismo em

adultos de Pernambuco e os fatores associados. Para avaliar o nível de atividade física

utilizou-se o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), na forma curta. As

variáveis foram organizadas em blocos hierárquicos segundo a lógica de um modelo

explicativo. Prevalência de sedentarismo foi de 34,1%. Os fatores de risco foram: sexo

feminino, idade acima de 60 anos, escolaridade acima de quatro anos de estudo, condição de

aposentado e residir no meio urbano. As intervenções e políticas públicas de promoção da

atividade física devem considerar diferenças socioeconômicas, de gênero, bem como a idade e

a localidade em que o indivíduo reside.

Palavras-chave: Atividade física, adulto, epidemiologia, estilo de vida sedentário

SEDENTARY LIFESTYLE IN ADULTS IN THE STATE OF PERNAMBUCO

Abstract

Over the past 50 years, Brazil has experienced rapid changes in living conditions and health

of its population, especially the modification of food habits and reduced physical activity,

domestic, leisure, transport and occupation. Population-based cross-sectional study (n = 1768)

to estimate the prevalence of physical inactivity among adults in Pernambuco and associated

factors. To assess the level of physical activity we used the International Physical Activity

Questionnaire (IPAQ) in short form. The variables were organized into hierarchical blocks

according to the logic of an explanatory model. Prevalence of physical inactivity was 34.1%.

Risk factors were female gender, age above 60 years, the retired, resident in urban areas and

with four or more years of education,. Interventions and policies to promote physical activity

should consider socioeconomic, gender, age and location in which the individual resides.

Keywords: motor activity, adult, epidemiology, sedentary lifestyle

SEDENTARISMO EM ADULTOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO SEDENTARY LIFESTYLE IN ADULTS IN THE STATE OF PERNAMBUCO

Sedentarismo em adultos em Pernambuco Physical inactivity among adults in Pernambuco/Brazil

INTRODUÇÃO

O comportamento sedentário é característico da civilização atual, onde a prevalência de indivíduos com baixos níveis de atividade física tem aumentado rapidamente ao logo do último meio século, tornando-se, ao lado de hábitos alimentares adversos, o principal fator de risco para as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Esta mudança está estreitamente relacionada com as profundas modificações nos ecossistemas de vida coletiva, como a urbanização, informatização, globalização, mecanização e automação do trabalho, a redução das atividades domésticas, os novos meios de deslocamento físico, o tipo de lazer, criando situações bem diferenciadas das demandas de um passado historicamente muito recente.¹ Mais do que uma revolução de hábitos de consumo e comportamento, estamos diante de uma mutação antropológica.² A relação entre atividade física e saúde tem sido bem documentada na literatura científica. Reconhecidamente, o sedentarismo é o co-fator mais importante para o desenvolvimento das DCNTs, agregando um complexo de comorbidades associadas, a exemplo da obesidade, dislipidemias aterogênicas, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus tipo 2, doenças osteoarticulares. e algumas doenças neoplásicas, respondendo por cerca de 60% das causas de morte em nível global.^{3,4,5} Nesse sentido, a prática da atividade física torna-se um importante instrumento a ser utilizado na prevenção e controle dessas doenças, justificando sua crescente relevância nas políticas públicas propostas para a promoção da saúde nos tempos modernos. 1,3

A atividade física (AF) é um comportamento multifatorial relacionado a um grande variedade de aspectos demográficos, biológicos, psicológicos, cognitivos, sócio-culturais e ambientais.⁶ Ressalta-se que nos países desenvolvidos mais da metade dos adultos está constituída de pessoas insuficientemente ativas, enquanto nos países em desenvolvimento o sedentarismo está crescendo rapidamente, principalmente nas grandes cidades, tornando-se um enorme desafio na agenda de prioridades de saúde pública.¹ No Brasil, o sedentarismo já

apresenta elevada prevalência, inclusive nas regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, ⁷ reconhecendo-se que os estudos epidemiológicos sobre atividade física no país acham-se concentrados, predominantemente, nas regiões Sul e Sudeste ⁸

Diferentes instrumentos têm sido utilizados para a aferição da atividade física, o que dificulta a comparabilidade entre os resultados obtidos. O instrumento que tem sido mais frequentemente utilizado no Brasil é o *International Physical Activity Questionnaire* (IPAQ) recomendado pela Organização Mundial da Saúde com o objetivo de uniformizar a avaliação da prevalência da atividade física em diferentes países e culturas. O referido questionário foi testado e validado em diversos países, entre os quais o Brasil. O

O conhecimento sobre a situação do sedentarismo e seus fatores associados traz importantes contribuições para a saúde pública, uma vez que pode subsidiar a formulação e o gerenciamento de políticas de incentivo à prática de atividades físicas em subgrupos populacionais mais afetados por esse tipo de comportamento. Tais objetivos são assumidos como referenciais para o presente estudo, considerando o caráter prioritário reconhecido conjuntamente pelo Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como a inexistência de avaliações sobre o tema em termos populacionais para o Estado de Pernambuco e outros estados da região Nordeste com condições socioambientais semelhantes.

MÉTODO

Utilizou-se, para este estudo, o banco de dados da pesquisa "Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Estado de Pernambuco: Prevalência e Fatores de Risco". Trata-se de um inquérito de corte transversal de base populacional, com amostra representativa do meio urbano e rural do Estado de Pernambuco.

O dimensionamento da amostra original que resultou num banco de dados aqui estudado foi estimado a partir da prevalência da hipertensão arterial sistêmica – HAS (15%), considerou-se um erro de estimativa de 1,8% para um nível de confiança de 95%, resultando numa amostra de 1510 indivíduos. Para compensar possíveis perdas, bem como a necessidade de estratificações para categorias de análises (fatores de risco) esse tamanho amostral foi aumentado em 20%, resultando numa amostra final de 1822 indivíduos.

A operacionalização se processou em três estágios: município, setor censitário e domicílio. Por meio de sorteio aleatório condicionado à probabilidade quase proporcional das respectivas populações, foram selecionados 18 municípios dos 185 existentes. Numa segunda etapa, foram sorteados, de forma aleatória sistemática, os setores censitários proporcionais à população dos municípios selecionados, figurando, assim, 16 setores censitários na Região Metropolitana do Recife (RMR), 17 no interior urbano do Estado e 12 no interior rural. No total foram incluídos 45 setores censitários. Na terceira etapa foram selecionadas as famílias a partir de um domicílio aleatoriamente identificado dentro de cada um dos setores censitários, seguindo-se a incorporação seqüencial de outras famílias por ordem contrária ao movimento dos ponteiros do relógio até completar a quota amostral prevista para cada setor (40 ± 5 famílias).

Tendo em vista que a amostra da população rural (pouco mais de 20% de toda a população do Estado de Pernambuco em 2006) fica superestimada sua participação de 43,2% no total da amostra, considerou-se conveniente se fazer um ajuste nas estimativas de ocorrência do sedentarismo, de modo a se obter um ajuste a prevalência ajustada, contornando, assim, o viés da prevalência bruta.

A coleta dos dados foi realizada no período de 10 de maio a 25 de outubro de 2006 após um estudo piloto de três semanas no município de Ribeirão para testar critérios de validação de questionários, desempenho dos entrevistadores de campo, experimentação da logística, consistência e integralidade dos instrumentos de coleta. No curso da coleta de dados, os questionários eram analisados diariamente pelos supervisores de campo e em seguida pelos coordenadores.

Para atender aos objetivos do presente estudo foi considerada a totalidade de adultos de ambos os sexos, excluindo-se indivíduos com deficiência mental (casos bem manifos), desconhecimento da idade, os casos que apresentaram níveis excepcionalmente elevados do tempo de atividade física (acima de 7.000 minutos/semana) ou sem informação completa a respeito do nível de atividade física. Foram excluídas, ainda, as mulheres grávidas, ressaltando-se a particularidade de que a gestação diminui as possibilidades da prática de atividade física. Com estas exclusões, a amostra final foi de 1.768 indivíduos de ambos os sexos.

O nível de atividade física foi avaliado utilizando-se a versão curta do Questionário Internacional de Atividade Física – IPAQ. Esse instrumento avalia atividades físicas realizadas no tempo de lazer, deslocamento, serviços domésticos e atividades ocupacionais. Foi construído um escore de atividade física em minutos por semana, somando-se os minutos

despendidos em caminhadas e atividades de intensidade moderada com os minutos despendidos em atividade física vigorosa, estes multiplicados por dois. O ponto de corte abaixo de 150 minutos por semana foi o critério utilizado para classificar indivíduos como sedentários, (variável dependente).

Como independentes foram consideradas as variáveis biológicas, relacionado ao domicílio, socioeconômicas, fatores referentes à saúde/doença e fatores comportamentais, organizadas em blocos hierárquicos segundo a lógica de um modelo hipotético explicativo concebido para reunir e integrar as informações consideradas pertinentes disponibilizadas no banco de dados. Essas variáveis estão nomeadas, agrupadas e ordenadas no modelo conceitual apresentado no ideograma da Figura 1.

Inserir figura 1

As análises descritivas incluíram cálculos de proporções e respectivos intervalos de confiança (IC95%). Na análise bruta, a prevalência de sedentarismo foi calculada para cada grupo de variáveis independentes escalonadas por blocos hipotéticos de hierarquia. O nível de significância foi analisado usando teste de Wald para heterogeneidade ou tendência linear. Na análise preliminar, considerada como "screening" para compor o modelo, buscou-se selecionar fatores que se mostraram associados, com valob, 20, em relação ao sedentarismo. Foi uma estratégia estatística para aumentar a chance de ingresso de variáveis explicativas no modelo multivariado.

Na análise multivariada, operacionalizada com a regressão logística de *Poisson* com estimativa robusta do erro padrão¹¹ das estimativas dos parâmetros, aplicada à estrutura de interrelações entre os diversos grupos de fatores,¹² adotou-se como decisão estatística para permanecer no modelo um valor de p < 0,05. A significância estatística dos parâmetros ajustados no modelo foi avaliada através do teste de Wald de heterogeneidade (variáveis categóricas nominais), ou de tendência linear (variáveis categóricas ordinais). Os resultados foram expressos por razões de prevalências ajustadas (RPa) e IC 95%. As análises multivariadas foram realizadas a partir de um modelo teórico de determinação do sedentarismo, de acordo com literatura pesquisada,¹³ considerando a relação hierárquica entre as variáveis¹².

Para análise estatística foram utilizados os "softwares" SPSS 8.0 e Stata 10.1 SE. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães- CPqAM/Fiocruz, sob o nº 17/2010.

Resultados

Dos 1822 indivíduos investigados, 54 (2,96%) foram excluídos, resultando, assim, numa amostra final de 1768 pessoas com idade igual ou superior a 25 anos, sendo 786 homens e 999 mulheres. Para o estado de Pernambuco em um conjunto, a prevalência bruta de indivíduos classificados como sedentários encontrada foi de 30,1%, elevando-se para 34,1% quando se fez o ajuste para a composição real da população, corrigindo-se o viés que resultaria por conta da superestimação do estrato rural da amostra.

A amostra foi constituída por um maior número de mulheres (56%), observando-se ainda que a maior parcela na composição etária (37,3%) esteve no intervalo entre 30 e 39 anos de idade. No que se refere à escolaridade, avaliada segundo anos de estudo, demonstrou-se que 55,8% dos indivíduos tinham menos de quatro anos de freqüência ao ensino formal. Quanto à renda, quase a metade (46,1%) vivia em famílias com menos de 0,25 salários mínimo *per capita*, enquanto apenas 1,1% relataram renda acima de dois salários mínimo *per capita*. Verificou-se que 66,6% dos entrevistados eram cadastrados no Programa Bolsa Família – PBF (Tabela 1).

Os resultados das análises univariadas demonstram que o sexo feminino, a idade acima de 60 anos, escolaridade igual ou acima de 5 anos de estudo, a renda a partir de 0,25 salários mínimo, a aposentadoria e a vida urbana foram condições estatisticamente associadas ao sedentarismo (p < 0,001) enquanto a artrite e a tendinite apresentaram resultados limítrofes em termos estatísticos (p = 0,07). Em relação às demais variáveis apenas as alternativas raça/cor e ser fumante não resultaram em diferenças estatisticamente significativas. Os indivíduos não inscritos no PBF eram mais sedentários, com uma razão 1,3 vezes maior que os inscritos (p < 0,001) (Tabela 1).

Inserir Tabela 1

Os resultados da análise de regressão multivariada hierarquizada estão apresentados na tabela 2. As duas variáveis do primeiro bloco permaneceram no modelo com p<0,001. Ao incorporar as variáveis do bloco 2, verifica-se que as variáveis renda e inscrição no Programa Bolsa Família perderam a significância estatística, enquanto a escolaridade, a condição de trabalho e o estrato geográfico se mantiveram no modelo explicativo.

As variáveis incluídas no bloco 3 perderam a significância estatística após o ajuste para o modelo multivariado, cuja composição final ficou resumida à inclusão dos fatores sexo, idade, escolaridade, condição de trabalho e espaço geográfico.

Inserir Tabela 2

Discussão

A prevalência ajustada de sedentarismo observada no estado de Pernambuco, 34,1% foi similar à observada em outros estudos que também utilizaram a versão curta do IPAQ em algumas capitais brasileiras. O relatório do VIGITEL (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) mostrou uma prevalência na cidade de Recife de 32% de sedentarismo, conceituado como a condição de indivíduos que não realizam atividade física por pelo menos dez minutos por dia na semana. Por outro lado, a prevalência encontrada para o estado de Pernambuco apresenta níveis inferiores quando comparada com o estudo de tendência temporal de Knuth et al que, utilizando o mesmo questionário e o mesmo ponto de corte na cidade de Pelotas (RS) em adultos maiores de 20 anos, observaram uma prevalência de 41,1% e 52% de indivíduos sedentários, respectivamente em 2002 e 2007. Antes de tudo, uma provável evidência de que o problema está se agravando com rapidez.

Recentemente, como parte de um estudo multicêntrico, realizou-se um inquérito com moradores em áreas atendidas por unidade básicas de saúde (UBS) no estado de Pernambuco, com inclusão na amostra de todas as regiões do estado, numa amostra de 2.028, utilizando o mesmo instrumento e ponto de corte. Neste estudo encontrou-se uma prevalência de 37,1% de sedentários. Outra pesquisa em populações residentes em áreas de abrangência de UBS nas regiões Sul (n = 4.200) e Nordeste (n = 4.200), utilizando a versão curta do IPAQ, observou uma ocorrência de sedentarismo de 39% no Nordeste em adultos de 30-64 anos de idade, elevando-se para 67,5% em idosos≥65 anos). Estes resultados situam -se bem acima das prevalências detectadas na região Sul (24% e 47,3%, respectivamente em adultos e idosos). 3

Hallal et al⁹ estudaram a situação da atividade física em adultos de 20 a 69 anos no estado de São Paulo (n = 2.348) e na cidade de Pelotas (n = 2.906), através da versão curta do IPAQ. Encontraram uma prevalência de 39,0% em indivíduos que não atingiam a

recomendação de 150 minutos por semana de atividade física em Pelotas e de 39,4% em São Paulo. Em estudo realizado na cidade de Jaçaba (SC) utilizando o modelo curto do IPAQ, verificou-se uma prevalência de indivíduos insuficientemente ativos de 57,4%. Este município é caracterizado como de pequeno porte, apresentando um elevado índice de desenvolvimento humano (0,866), enquanto o estado de Pernambuco tem um IDH igual a 0.705, o que dificulta comparações com a presente pesquisa. Ademais, seria questionável aceitar o IDH elevado como justificativa para o sedentarismo.

No que se refere ao panorama internacional, o principal estudo em escala mundial sobre atividade física foi conduzido em 2002-2003, com 212.021 adultos (18 – 69 anos) de 51 países, sendo a maioria de renda média e baixa, incluindo o Brasil. A prevalência de inatividade física foi mensurada através da forma curta do IPAQ. As prevalências para homens e mulheres foram semelhantes às encontradas no estudo multicêntrico para o Brasil, se aproximando, na África da prevalência do Congo, nas Américas, do Uruguai e na Europa, da Turquia e Espanha.¹⁷

No que se refere às características da amostra, ressaltam-se como mais importantes os aspectos socioeconômicos, como a baixa renda (46,1% dispunha de renda *per capita* abaixo de 0,25 salário mínimo) e baixa escolaridade (55,8% com menos de quatro anos de estudo), ao lado de condições desfavoráveis de saneamento e de moradia. Por outro lado, dois terços dos entrevistados não trabalhavam, entre os quais uma pequena minoria era formada de aposentados. Estas características são bem peculiares da situação do Estado e da região Nordeste, de modo que o estudo da atividade física aqui relatado passa a ser representativo ou, pelo menos, indicativo de uma situação muito comum da média regional ou nacional. Seria mais uma evidência do "efeito da homogeneização epidemiológica" que o processo de transição está produzindo no país.

Por outra parte, na análise dos possíveis condicionantes socioeconômicos, observa-se que a renda se correlacionava com a ocorrência do sedentarismo, mas a associação desapareceu na análise multivariada. Já a escolaridade e o estrato geográfico se mantiveram nas razões de prevalência bruta e após seu ajustamento. O mesmo comportamento estatístico ocorreu em relação à condição de trabalho, com a categoria "aposentado" representando uma situação bem diferenciada de risco (47,3% dos casos), com razões de prevalência bruta e ajustada, respectivamente de 1,9 e 1,6, em comparação ao grupo que trabalhava. Isto significa que a atividade física resultante da ocupação econômica tem um papel importante no exercício da atividade física, como demonstraram Martins et al.¹⁸

Os resultados dos estudos que relacionam o nível de AF total dos indivíduos com o sexo apresentam alguns resultados discordantes da literatura. No presente estudo, as mulheres eram mais freqüentemente sedentárias. Hallal et al⁹ não observaram diferenças em relação ao sexo, assim como Baretta et al¹⁶. Outros estudos demonstram que os homens eram mais ativos quando considerados todos os domínios de AF^{9,19} e também de lazer^{20,21,22}. Por outro lado, Siqueira et al³ e Alves et al¹⁵, estudando indivíduos residentes em áreas de abrangência de Unidades Básicas de Saúde, encontraram nível de atividade física mais elevada entre as mulheres, mesmo considerando todos os domínios de atividade física. Vale a pena ressaltar que a inserção da prática de AF entre as mulheres está associada à manutenção da saúde e valorização dos cuidados com a imagem corporal,²². Pode-se, portanto, pensar que as mulheres atendidas em UBS estariam mais preocupadas com sua saúde e, portanto, realizam mais atividade física.

Observa-se, no presente estudo, uma crescente prevalência do sedentarismo com o aumento da idade, com os idosos apresentando 80% a mais de chance de praticar menos AF que os indivíduos mais jovens. Alguns fatores adversos têm sido apontados para a restrição de AF por idosos, sendo os principais: medo de machucar-se, sentir-se cansado ou muito velho, possuir doenças ou incapacidades física, não ter companhia ou não ter tempo para realizar exercícios físicos. Esta associação positiva da idade com o sedentarismo é consistente com a literatura. É importante ressaltar, ainda, que a avaliação da AF em idosos é complexa e poucos estudos tem sido realizados no Brasil com essa finalidade. Apesar do instrumento IPAQ ser recomendado para adultos de 18 a 64 anos, optou-se utilizá-lo para todas as idades avaliadas, uma vez que a versão longa do IPAQ foi validado em idosos no Brasil. Ademais, esse instrumento tem sido utilizado em idosos para avaliação de AF.

A respeito da raça/cor da pele, no presente estudo não foram detectadas associações com o sedentarismo em função da etnia, o que concorda com o observado ao estudo de Alves et al¹⁵, utilizando a categorização em brancos e não-brancos. Outro estudo realizado na coorte de nascidos em 1982 na cidade de Pelotas detectou maiores prevalências de sedentarismo no lazer entre os homens de cor branca²⁰. É evidente, neste caso, que a etnia expressa mais um "status" social que uma característica biológica.

A realização de estudos para se avaliar possíveis associações entre a prática de AF e indicadores socioeconômicos tem despertado um interesse crescente. Alguns estudos sugerem que tais associações dependem do domínio avaliado, demonstrando-se que indivíduos com níveis socioeconômicos mais elevados praticam maior AF de lazer. ^{9,20} Além do custo financeiro, o conhecimento acerca dos benefícios da AF à saúde também ajudam a explicar a

associação com o melhor poder aquisitivo.²⁶ No presente estudo, quando se avalia conjuntamente todos os domínios da AF, a associação positiva com a condição socioeconômica a significância estatística deixa de existir após o ajuste do modelo. Considerando todos os domínios, diversos estudos demonstram que indivíduos mais pobres tendem a ser mais ativos.^{3,15,16}

A associação da AF e a escolaridade tem sido descrita na literatura de forma diferente de acordo com os domínios avaliados. Enquanto na atividade de lazer, o sedentarismo mostrase associado à baixa escolaridade, ^{18,22} por outro lado quando considerados todos os domínios, quanto menor o nível de escolaridade maior a participação em AF. ¹⁶ Vale destacar que Hallal et al⁹ analisando AF com duas versões do IPAQ, observaram que na versão longa (AF de lazer) o aumento da escolaridade estava relacionada à maior chance de ser ativo, enquanto na versão curta, apresentava maior chance de ser sedentário. Knuth et al¹⁴, analisando a tendência de AF em todos os domínios entre 2002 e 2007 verificaram que o sedentarismo aumentou com o nível de escolaridade das pessoas.

Neste estudo, mesmo com o controle das variáveis idade e sexo, a condição de ser aposentado mostrou uma chance 60% mais elevada de ser sedentário. Estes resultados diferem dos obtidos por Baretta et al¹⁶, avaliando adultos de 20 a 59 anos da cidade de Jaçaba (SC), observando que os indivíduos que não trabalhavam ou não eram aposentados eram menos ativos fisicamente. Os que trabalham teriam uma maior tendência à inatividade física de lazer.¹⁵

A relação dos níveis de AF com o estrato geográfico é pouco relatada na literatura, com raros estudos aplicados à análise de amostras representativas de regiões urbanas e rurais. Monteiro et al²¹ em estudo seccional em 1996-1997 nas regiões do Nordeste e Sudeste do Brasil, verificaram que os indivíduos da região rural apresentaram menores prevalências de AF de lazer. Por outro lado, Guthold et al¹⁷ usando dados de 51 países, encontraram maiores prevalências de AF entre os indivíduos moradores da região rural.

A avaliação de possíveis associações do Programa Bolsa Família (PBF) com a AF não tem sido abordada nos estudos epidemiológicos sobre o assunto. Foi verificado que os indivíduos não inscritos no PBF eram mais sedentários que os inscritos. Contudo, após o ajustamento do modelo hierárquico, a variável perdeu a associação. Este achado traz a luz o questionamento sobre a AF, considerando as repercussões do principal programa de transferência de renda do governo federal na saúde.

Apesar da literatura mostrar uma associação positiva entre autopercepção da saúde e nível de AF, indicando que as pessoas mais ativas classificam sua saúde de forma mais

positiva do que os sedentários,^{3,15} não foi encontrada relação estatisticamente significante, dessa contingência no presente estudo.

Tornam-se interessante algumas considerações sobre aspectos positivos e fatores limitantes do estudo. No primeiro enfoque, relata-se o fato de que se trata de uma avaliação pioneira no Estado de Pernambuco, como inquérito de base populacional representativo do universo de adultos. Inclui-se, ainda, nesta ordem de consideração o caráter de interdisciplinaridade, reunindo variáveis de interesse econômico e social, dados antropológicos e outros, que possibilitam analisar o exercício da atividade AF numa perspectiva integral. E é evidente que o estabelecimento de uma linha de base para a construção de séries temporais, tendências espaciais e discernimentos sociais, além, de suas influências em nível epidemiológico, representam contribuições importantes do estudo aqui apresentado. Outro aspecto relevante foi a utilização do IPAQ como instrumento de coleta de informações, avaliando os quatro componentes de AF e possibilitando a comparabilidade dos dados com várias outras fontes informativas. Ressalta-se ainda que o poder estatístico do estudo foi suficiente para as análises brutas e ajustadas, permitindo que diferenças relevantes fossem identificadas. Ainda como um aspecto positivo, podemos apontar a utilização do modelo hierárquico de determinação, que é uma alternativa aos métodos tradicionais de análise e é aplicável a estudos epidemiológicos com um grande número de covariáveis. 12

É claro que, além da diferença de representação amostral corrigida com o ajustamento de prevalência entre o urbano e o rural (30,1% passando a 34,1%) subsistem outros pequenos vieses, como a maioria de mulheres adultas, e a proporção considerada elevada de pessoas que não trabalham, podendo influenciar nos resultados, ou melhor, na sua distribuição por categorias de variáveis independentes. Fica o registro, como dúvidas que não podem ser contornadas.

Por outro lado, o trabalho apresenta limitações consideráveis. Em primeiro plano, porque não foi especificamente concebido como uma pesquisa autônoma sobre AF, mas como parte de um inquérito mais abrangente sobre DCNT. Portanto, não permite o detalhamento e a especificidade que seria de se esperar se o estudo fosse intencionalmente focado na questão da atividade física. O desenho do estudo, tipo transversal, inviabiliza o estabelecimento de relação de causa e efeito. Outra questão é o fato da versão curta do IPAQ não oferecer uma avaliação mais precisa do nível de atividade física nos vários domínios, como a versão longa, faculta distinguir.

Colaboradores

R.C.A. Amorim participou da pesquisa bibliográfica, do processamento e análise dos dados e redação do texto. E.A.P Cesse participou na concepção e análise dos dados. P.I.C. Lira colaborou na coordenação do estudo, redação e revisão final do texto. J.N. Figueiroa participou no processamento, análise e interpretação de dados. T.C. Milgioli colaborou na redação e revisão do texto final. M. Batista filho participou da concepção e coordenação do estudo das doenças crônicas que gerou estes dados de redação e revisão final do texto.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa (nº do processo 505540/2004-5). Amorim RCA foi apoiada por uma bolsa de mestrado acadêmico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (nº 00996374485).

Referências

- 1- Pratt M, Jacoby E, Neiman A. Promoting physical activity in the Americas. Food Nutr Bull 2004; 25:183-92.
- 2- Batista Filho M, Batista LV. Transição alimentar/nutricional ou mutação antropológica? Ciênc Saúde Coletiva; 2010; 62:26-30.
- 3- Siqueira FV, Facchini LA, Piccini RX, Tomasi E, Thumé E, Silveira DS, et al. Atividade física em adultos e idosos residentes em áreas de abrangência de unidades básicas de saúde de municípios das regiões Sul e Nordeste do Brasil. Cad Saúde Pública; 2008; 24:39-54.
- 4- Sobngwi E, Gautier JF, Mbanya JC. Exercise and the prevention of cardiovascular events in women. N Engl J Med 2003; 348:77-9.
- 5- World Health Organization. Global health risks: mortality and burden of disease attributable to selected major risks. Geneva: World Health Organization; 2009.
- 6- Trost SG, Owen N, Bauman AE, Sallis JF, Brown W. Correlates of adults` participation in physical activity: review and update. Med Sci Sports Exerc 2002; 34: 1996-2001.
- 7- Ministério da Saúde. VIGITEL Brasil 2008: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

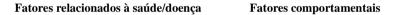
- 8- Hallal PC, Dumith SC, Bastos JP, Reichert FF, Siqueira FV, Azevedo MR. Evolução da pesquisa epidemiológica em atividade física no Brasil: uma revisão sistemática. Rev Saúde Pública 2007; 41: 453-60.
- 9- Hallal PC, Matsudo SM, Matsudo VKR, Araújo TL, Andrade DR, Bertoldi AD. Physical activity in adults from two Brazilian areas: similarities and differences. Cad Saúde Pública 2005; 21:573-80.
- 10-Craig CL, Marshall AL, Sjöström, Bauman AE, Booth ML, Ainsworth BE, et al. International Physical Activity Questionnaire: 12-country reliability and validity. Med Sci Sports Exerc 2003; 35:1381-95.
- 11-Barros AJ, Hirakata VN. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. BMC Med Res Methodol 2003; 3:21.
- 12-Victora CG, Huttly SR, Fuchs SC, Olinto MTA. The role of conceptual frameworks in epidemiological analysis: a hierarquical approach. Int J Epidemiol 1997; 26:224-8.
- 13-Dumith SC. Proposta de um modelo teórico para a adoção da prática de atividade física. Rev Bras Ativ Fís Saúde 2008; 13:110-20.
- 14-Knuth AG, Bacchieri G, Victora CG, Hallal PC. Changes in physical activity among Brazilian adults over a 5-year period. J Epidemiol Community Health 2010; 64:591-5.
- 15-Alves JGB, Siqueira FV, Figueiroa JN, Facchini LA, Silveira DS, Piccini RX, et al. Prevalência de adultos e idosos insuficientemente ativos moradores em áreas de unidades básicas de saúde com e sem Programa Saúde da Família em Pernambuco, Brasil. Cad Saúde Pública 2010; 26:543-56.
- 16-Baretta E, Baretta M, Peres KG. Nível de atividade física e fatores associados em adultos no Município de Joaçaba, Santa Catarina, Brasil. Cad Saúde Pública 2007; 23:1595-1602.
- 17-Guthold R, Ono T, Strong KL, Chatterji S, Morabia A. Worldwide variability in physical inactivity a 51- country survey. Am J Prev Med 2008; 34:486-94.
- 18-Martins TG. Assis MAA, Nahas MV, Gauche H, Moura EC. Inatividade física no lazer de adultos e fatores associados. Rev Saúde Pública 2009; 43:814-24.
- 19-Simões EJ, Hallal PC, Pratt M, .Ramos L, Munk M, Damascena W, et al. The Effects of a Community-Based, professionally supervised intervention on Physical Activity Levels among residents of Recife, Brazil. Am J Public Health 2009; 99:68-75.
- 20-Azevedo MR, Horta BL, Gigante DP, Victora CG, Barros FC. Fatores associados ao sedentarismo no lazer de adultos na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, RS. Rev Saúde Pública 2008; 42 Suppl 2:70-7.

- 21-Monteiro CA, Conde WL, Matsudo SM, Matsudo VR, Boseñor IM, Lotufo PA. A descriptive epidemiology of leisure-time physical activity in Brazil, 1996-1997. Rev Panam Salud Public 2003; 14:246-54.
- 22-Salles-Costa R, Heilborn ML, Werneck GL, Faerstein E, Lopes CS. Gênero e prática de atividade física de lazer. Cad Saúde Pública 2003; 19 Suppl 2:S325-S3.
- 23-Cassou ACN, Fermino RC, Santos MS, Rodriguez-Añes CR, Reies RS. Barreiras para a atividade física em idosos: uma análise por grupos focais. Rev Educ Fís 2008;19:353-60.
- 24-Zaitune MPA, Barros MBA, César CLG, Carandina L, Goldbaum M, Alves MCGP.Fatores associados à prática de atividade física global e de lazer em idosos: Inquérito de Saúde no Estado de São Paulo (ISA-SP), Brasil. Cad Saúde Pública 2010; 26:1606-18.
- 25-Benedetti TRB, Antunes PC, Rodriguez-Añez CR, Mazo GZ, Petroski ED. Reprodutibilidade e validade do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) em homens idosos. Rev Bras Med Esporte 2007;13:11-6.
- 26-Domingues MR, Araujo CL, Gigante DP. Conhecimento e percepção sobre exercício físico em uma população adulta urbana do sul do Brasil. Cad Saúde Pública 2004; 20:204-15.

ANEXOS

Bloco I Fatores biológicos Sexo Idade • Raça/Cor Bloco II Fatores socioeconômicos Fatores relacionados ao domicílio • Renda per capita familiar • Estrato geográfico Escolaridade • Condição de trabalho • Inscrição no Programa Bolsa Família

Bloco III



- Auto-percepção da saúde
- Sobrepeso/Obesidade
- Limitação functional
- Artrite
- Tendinite
- Asma





Figura 1 – Modelo hierárquico de análise do sedentarismo em adultos maiores de 25 anos no Estado de Pernambuco.

Tabela 1 – Composição da amostra, freqüência e razão de prevalência do sedentarismo em adultos maiores de 25 segundo categorias de fatores analisados. Pernambuco, 2006.

(continua)

Variáveis analisadas	Amostra	Sedent	arismo	RP (IC95%)	Valor p
	N	N	%		
Sexo					< 0,001
Masculino	786	181	23,2	1,0	
Feminino	999	352	35,6	1.5 (1,3 a 1,8)	
Idade (anos)					< 0,001
25,0 a 29,9	502	147	29,5	1,0	
30,0 a 39,9	665	176	26,9	0,9 (0,8 a 1,1)	
40 a 49,9	293	84	28,9	0,9 (0,8 a 1,2)	
50 a 59,9	180	57	31,7	1,1 (0,8 a 1,4)	
60 e mais	145	69	47,6	1,6 (1,3 a 2,0)	
Raça/cor					0,755
Branca	493	145	29,6	1,0	
Não branca	1279	384	30,4	1,02 (0,9 a 1,2)	
Renda (SM)*					$< 0.001^{\mathrm{T}}$
< 0,25	812	205	26,5	1,0	
0,25 a 0,49	551	170	31,0	1,2 (1,02 a 1,4)	
0,50 a 0,99	295	107	36,6	1,4 (1,2 a 1,7)	
1,00 a 1,99	85	31	36,9	1,4 (1,1 a 1,9)	
≥ 2,00	20	10	50,0	1,9 (1,2 a 3,1)	
Escolaridade (anos)					< 0,001 T
≤ 4	987	253	25,9	1,0	
5 a 8	377	131	35,1	1,4 (1,1 a 1,6)	
≥9	405	140	34,9	1,3 (1,1 a 1,6)	
Condição de trabalho					< 0,001
Trabalha	770	190	24,9	1,0	
Não trabalha	809	246	30,7	1,2 (1,1 a 1,6)	
Aposentado	206	97	47,3	1,9 (1,6 a 2,3)	
Estrato geográfico					< 0,001
RMR**	480	176	37,2	1,6 (1,3 a 1,9)	
Interior Urbano	451	159	35,5	1,5 (1,3 a 1,8)	
Interio Rural	854	198	23,4	1,0	
Programa Bolsa Família			,		< 0,001
Inscrito	1189	321	27,2	1,0	
Não inscrito	596	212	36,1	1,3 (1,2 a 1,5)	T.
Autopercepção da saúde					$0,16^{\mathrm{T}}$
Excelente	88	16	18,4	1,0	
Muito bom	102	27	26,7	1,5 (0,8 a 2,5)	
Bom	832	258	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)	
Regular	632	198	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)	
Ruim	131	34	26,6	1,4 (0,9 a 2,4)	

(Continuação)

Variáveis	Amostra	Sedenta	rismo	RPb (IC95%)	Valor p
analisadas	N	N	%		
IMC (Kg/m ²)					$0,16^{\mathrm{T}}$
< 18,5	43	13	31,7	1,1 (0,7 a 1,8)	
18,5 a 24,9	738	203	27,8	1,0	
25,0 a 29,9	530	140	26,8	0,96 (0,8 a 1,2)	
\geq 30	276	95	34,5	1,2 (1,02 a 1,5)	
Limitação Funcional					0,18
Sim	494	159	32,4	1,1 (0,9 a 1,3)	
Não	1289	373	29,2	1,0	
Artrite					0,07
Sim	134	48	36,9	1,2 (1,0 a 1,6)	
Não	1651	485	29,6	1,0	
Tendinite					0,07
Sim	46	19	41,3	1,4 (1,0 a 1,9)	
Não	1739	514	29,8	1,0	
Asma			*		0,09
Sim	92	34	37,8	1,3 (1,0 a 1,7)	
Não	1693	499	29,7	1,0	
Tabagismo			,		0,53
Nunca fumou	1078	317	29,7	1,0	
Ex-fumante	291	83	28,8	0,9 (0,8 a 1,2)	
Fumante	416	133	32,3	1,1 (0,9 a 1,3)	

Nota: Os totais parciais de cada grupo de informações podem diferir do total em função de valores ignorados em relação às variáveis estudadas
^T Teste de tendência

^{* 1} salário mínimo na época = R\$ 350,00

^{**} RMR = Região Metropolitana de Recife

Tabela 2 - Variáveis associadas com o estilo de vida sedentário em adultos maiores de 25 anos. Pernambuco, 2006.

Variáveis analisadas	Sedent	arismo	RPb (IC95%)	Valor p	RPa (IC95%)	Valor p
	N	%				
Bloco 1						
Sexo				< 0,001		< 0,001
Masculino	181	23,2	1,0		1,0	
Feminino	352	35,6	1.5 (1,3 a 1,8)		1,6 (1,4 a 1,8)	
Idade (anos)				< 0,001		< 0,001
25,0 a 29,9	147	29,5	1,0		1,0	
30,0 a 39,9	176	26,9	0,9 (0,8 a 1,1)		0,9 (0,8 a 1,1)	
40 a 49,9	84	28,9	0,9 (0,8 a 1,2)		1,01 (0,8 a 1,3)	
50 a 59,9	57	31,7	1,1 (0,8 a 1,4)		1,1 (0,9 a 1,5)	
60 e mais	69	47,6	1,6 (1,3 a 2,0)		1,8 (1,4 a 2,2)	
Bloco 2						
Renda (SM)				< 0,001 ^T		0.344^{T}
< 0,25	205	26,5	1,0		1,0	
0,25 a 0,49	170	31,0	1,2 (1,02 a 1,4)		1,04 (0,9 a 1,2)	
0,50 a 0,99	107	36,6	1,4 (1,2 a 1,7)		1,1 (0,8 a 1,3)	
1,00 a 1,99	31	36,9	1,4 (1,1 a 1,9)		1,03(0,7 a 1,5)	
≥ 2,00	10	50,0	1,9 (1,2 a 3,1)		1,5 (0,9 a 2,6)	
Escolaridade (anos)				< 0,001 ^T		$0,009^{T}$
≤ 4	253	25,9	1,0		1,0	
5 a 8	131	35,1	1,4 (1,1 a 1,6)		1,3 (1,1 a 1,5)	
≥9	140	34,9	1,3 (1,1 a 1,6)		1,2 (1,03 a 1,5)	
Condição de trabalho				< 0,001 ^T		$0,001^{\text{ T}}$
Trabalha	190	24,9	1,0		1,0	
Não trabalha	246	30,7	1,2 (1,1 a 1,6)		1,1 (1,0 a 1,3)	
Aposentado	97	47,3	1,9 (1,6 a 2,3)		1,6 (1,3 a 2,1)	
Estrato geográfico				< 0,001		0,002
RMR	176	37,2	1,6 (1,3 a 1,9)		1,3 (1,1 a 1,6)	
IU	159	35,5	1,5 (1,3 a 1,8)		1,3 (1,1 a 1,6)	
IR	198	23,4	1,0		1,0	
Programa Bolsa Família		,		< 0,001		0,069
Inscrito	321	27,2	1,0		1,0	
Não inscrito	212	36,1	1,3 (1,2 a 1,5)		1,1 (1,0 a 1,3)	

(Continua)

(Continuação)

Variáveis analisadas	Sedenta	rismo	RPb (IC95%)	Valor p	RPa(IC95%)	Valor p
	N	%				
Bloco 3				m		T.
Autopercepção da saúde				$0,16^{\mathrm{T}}$		$0,47^{\mathrm{T}}$
Excelente	16	18,4	1,0		1,0	
Muito bom	27	26,7	1,5 (0,8 a 2,5)		1,7 (1,0 a 3,1)	
Bom	258	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)		1,9 (1,2 a 3,1)	
Regular	198	31,4	1,7 (1,1 a 2,7)		1,8 (1,1 a 2,9)	
Ruim	34	26,6	1,4 (0,9 a 2,4)		1,5 (0,8 a 2,6)	
IMC (Kg/m ²)		,		$0,16^{\mathrm{T}}$		$0,61^{\mathrm{T}}$
< 18,5	13	31,7	1,1 (0,7 a 1,8)		1,02 (0,6 a 1,6)	
18,5 a 24,9	203	27,8	1,0		1,0	
25,0 a 29,9	140	26,8	0,96 (0,8 a 1,2)		0,9 (0,7 a 1,1)	
≥ 30,0	95	34,5	1,2 (1,02 a 1,5)		1,1 (0,9 a 1,4)	
Limitação funcional		- 1,-		0,18		0,89
Sim	159	32,4	1,1 (0,9 a 1,3)		1,01 (0,8 a 1,2)	
Não	373	29,2	1,0		1,0	
Artrite	373	2>,2		0,07		0,94
Sim	48	36,9	1,2 (1,0 a 1,6)		1,0 (0,7 a 1,4)	
Não	485	29,6	1,0		1,0	
Tendinite	405	25,0		0,07		0,81
Sim	19	41,3	1,4 (1,0 a 1,9)	•	1,05 (0,7 a 1,6)	,
Não	514	29,8	1,0		1,0	
Asma	314	27,0	,	0,09	,	0,97
	24	27.0	1,3 (1,0 a 1,7)	-,	1,0 (0,7 a 1,4)	~,~,
Sim	34	37,8	1,0		1,0	
Não	499	29,7	1,0		1,0	

RPb = Razão de Prevalência Bruta

RPa = Razão de Prevalência Ajustada

Nota: ^T Teste de tendência * 1 salário mínimo na época = R\$ 350,00 ** RMR = Região Metropolitana de Recife

ANEXOS

Anexo A - Formulário de identificação

III PESQUISA ESTADUAL DE SAÚDE E NUTRIÇÃO – 2006 DEPTº NUTRIÇÃO/ DEPTº MATERNO INFANTIL – UFPE/ IMIP/ SES CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq

IDENTIFICAÇÃO

1.	Nº do Qu	uesti	onário				
2.	Municípi	o					
3.	Setor Ce	nsita	ário				
4.	Situação):	1 Urbano 2 Rural	!			
5.	Há quan	to te	mpo (anos) a família vive aqui?				
		1	menos de 1 ano				
		2	1 a 5 anos				
		3	mais de 5 anos				
(SE	A RESPO	STA	A FOI " <u>1</u> " OU " <u>2</u> ", SABER A PROCEDÊNCIA):				
6.	Procedê	ncia					
		1	do mesmo município (área urbana)				
		2	do mesmo município (área rural)				
		3	de outro município (área urbana)				
		4	de outro município (área rural)				
		8	Não se aplica (a família vive no município há mais de 5 anos)				
End	ereço						
D	(. ^	•-				
Pon	to de refe	renc					
			Telefone				
	ne do evistado						
Data	a da entre	vista	/ 2006	2	0	0	6
Entr	evistador						
Sup	ervisor de	can	про				
			Total de folh	as			

Anexo B – Formulário 1 Registro de residentes no domicílio

Nº Questionário				o com oa de ncia	0.	anos etos)	Data	de Nas	cimento	Cor	Móc	dulos esp	eciais	ião a)	ıência à eche anos)	ncia à bla nos)	de idade	Série uída	stização anos)	ăo de Ilho mês) nos)
0 9 0 2	Nome			Relação com a pessoa de referência	Sexo	Idade (anos completos)	Dia	Mês	Ano	Raça/	Mulher (10-49)	Criança (< 5 a)	Adulto (M e F) (30 ^a e +)	Religião (≥15a)	Freqüência à Creche (< 7 anos)	Freqüência à escola (≥ 7 anos)	Nível de escolaridade	Última Séri concluída	Alfabetização (≥7 anos)	Condição de Trabalho (Último mês) (≥ 7 anos)
(1)	(2)			(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)
01																				
02																				
03																				
04																				
05																				
06																				
07																				
08																				
09																				
10																				
11																				
12																				
13																				
14																				
15																				
CÓDIGOS	1							~												
(3) RELAÇÃO COM A PESSOA DE REFERÊNCA DO DOMICÍLIO 1 - PESSOA DE REFERÊNCIA (CHEFE) 2 - CÓNJUGE 3 - FILHO 4 - FILHO ADOTIVO 5 - ENTEA DO 6 - OUTRO PARENTE 7 - ACADECADO	1 - MASCUL 2 - FEMININ gestante 3 - FEMININ	IO (Não e e não lactante) IO (Gestante) IO (Lactante)	1- BRANCA 2- PRETA 3- PARDA 4- AMARELA	;A/ COR	2 - 1 3 - 1 4 - 0 5 - 1	CATÓLIC. EVANGÉI ESPÍRITA OUTRA _ NÃO TEM NSA (< 15	LICA A 1 RELIGIÂ 5 anos)	ÁO	2 3 4 5 8	- SIM, RED - SIM, RED - NÃO, JÁ - NÃO, JÁ - NUNCA F	(para <u>n</u> E PRIVAI E PÚBLIO FREQÜEI FREQÜEI FREQÜEN	CA. NTOU (RED NTOU (RED ITOU 7 anos e ma	7 anos) DE PRIVADA DE PÚBLICA	A)	2 - SIM, I 3 - NÃO, 4 - NÃO, 5 - NUNO	REDE PRIVAI REDE PÚBLIG JÁ FREQÜEI JÁ FREQÜEI CA FREQÜEN SE APLICA (6	(para criar DA CA NTOU (RE NTOU (RE ITOU	EDE PÚBL ade pré-	nos) ADA)	
7 - AGREGADO 8 - EMPREGADO DOMÉSTICO 9 - PARENTE DE EMPREGADO DOMÉSTICO	01 – PRÉ ES 02 – 1° GRA 03 – 1° GRA 04 – 2° GRA 05 – 2° GRA 06 – SUPER 07 – SUPER	A FREQUENTOL SCOLAR (< 7 AN AU INCOMPLETO AU COMPLETO (AU INCOMPLETO AU COMPLETO AU COMPLETO RIOR - INCOMPLE RIOR - COMPLE RADUAÇÃO	IOS) D da 1ª a 8ª série) D (da 9ª a 11ª) ETO		02 - 03 - 04 - 05 - 06 - 07 - 08 - 09 - 10 - 11 -	(17) - PRIMEIF SEGUNI - TERCEII - QUARTA - QUINTA - SEXTA - SÉTIMA - OITAVA - NONA - DÉCIMA - DÉCIMA - NÃO SA	RA DA RA A A L PRIMEIF		DNCLUÍDA		2 – LÊ 3 – NÃO 4 – ASSI 5 – NÃO	(para 7 aı ESCREVE LÊ NEM ESINA O NOM			01 – DES 02 – APC 03 – PEN 04 – BEN 05 – AUT 06 – EMF 07 – TRA 08 – BIS 09 – CRI	D TRABALHA SEMPREGAD DSENTADO NSIONISTA NEFÍCIO TÔNOMO (urb PREGADO ABALHO ESP CATEIRO/AM ANÇA/ESTUI ANÇA/ESTUI	oano ou ru ORÁDICO IBULANTE DANTE (TI	, E RABALHA	NDO))

Anexo C – Formulário 2 Registro do domicílio e aspecto da renda

		QUESTIONÁRIO	Nº	
1	TOTAL DE PESSOAS:		NPES	
2	TIPO DE MORADIA:			
	1 Casa	4 Outro:		
	2 Apartamento			
	3 Quarto/Cômodo		TIPO	
_			_	
3	REGIME DE OCUPAÇÃO:			
	1 Própria, já paga	5 Invadida	DECIME	
	2 Própria, em aquisição 3 Cedida	6 Outro:	REGIME	
	4 Alugada			
	Alugada			
4	PAREDES:		PAREDE	
	1 Alvenaria/Tijolo	4 Tijolo + Taipa		\ <u></u>
	2 Taipa com reboco	5 Madeira		
	3 Taipa sem reboco	6 Outro:		
-	DICO.		DIGO.	
5	PISO: 1 Cerâmica/ Lajota	4 Terra (barro)	PISO	
	2 Madeira	5 Outro:		
	3 Cimento	5 Outo.		
6	COBERTURA:		TETO	
	1 Laje de concreto	3 Telha de amianto (Brasilit)		
	2 Telha de barro	4 Outro:		
7	ABASTECIMENTO DE ÁGUA:		-	
,	Com canalização interna	Sem canalização interna		
	1 Rede geral	6 Rede geral		
	2 Poço ou nascente	7 Poço ou nascente	ÁGUA	
	3 Cisterna	8 Chafariz		
	4 Cacimba	9 Cisterna		
	5 Outro:	10 Cacimba		
8	TRATAMENTO DA ÁGUA DE BEBER:	11 Outro:		
0	1 Fervida	4 Sem tratamento	TRATA	
	2 Filtrada	5 Mineral		
	3 Coada	6 Outro:		
		ours.		
9	BANHEIRO (SANITÀRIO):	SE SIM, QUEM USA	BANHEIRO	
	1 Sim	1 A família 8 NSA (Não tem banheiro)	BANHUSO	
	2 Não	2 Coletivo		
10	DESTINO DOS DEJETOS:		DEJETOS	
	1 Rede geral			<u> </u>
	2 Fossa com tampa			
	3 Fossa rudimentar (sem tampa)	Outre		
	4 Cursos d'água 5 Céu aberto	6 Outro:		
	5		1	

Formulário 2 Registro do domicílio e aspecto da renda

							Q	UES	STIONARI	O No		
11	DESTINO	DO LIXO:										
	1	Coletado	3	Queimado	5	Depositado em ca	açamba	para	coleta	LIXO		
	2	Enterrado	4	Terreno baldio	6	Outro:						
12	CÔMODO	OS: Total		Servindo de dorr	nitóri)				CMDTOTA	A L	
										CMDORM	Е	
										-		
13		ÇÃO ELÉTRICA			1	Tem		2	Não tem	LUZ		
14	RÁDIO/S				1	Tem		2	Não tem	RADIO		
15		ÃO - CORES			1	Tem		2	Não tem	TVCOR		
16	TELEVIS	ÃO - PRETO E BRANCO			1	Tem	-	2	Não tem	TVPB		
17		IRA / FREEZER			1	Tem	-	2	Não tem	GELAD/FI	t	
18	FOGÃO À				1	Tem	-	2	Não tem	FOGAO		
19	LIQUIDIF	FICADOR			1	Tem		2	Não tem	LIQUID		
20	FERRO E	LÉTRICO			1	Tem		2	Não tem	FERRO		
21	VENTILA	ADOR			1	Tem		2	Não tem	VENTILA		
22	BICICLE	ΓΑ			1	Tem		2	Não tem	BICICLET	A	
23	МОТО				1	Tem		2	Não tem	МОТО		
24	ANTENA	PARABÓLICA			1	Tem		2	Não tem	ANTENA		
25	TELEFON	NE CELULAR			1	Tem		2	Não tem	TELCEL		
26	TELEFON	NE FIXO			1	Tem		2	Não tem	TELFIXO		
27	CARRO				1	Tem		2	Não tem	CARRO		
28	VÍDEO/ D	OVD			1	Tem	•	2	Não tem	VDVD		
29	COMPUT	ADOR			1	Tem	-	2	Não tem	COMPUT		
20	DENDAR	CAMILIAD MENGAI										
30	KENDA F	FAMILIAR MENSAL: Pessoas que trabalhara	m/ re	ceheram no mês ant	erior	ao da Pesquisa						
	Nº de	NOME (1° Nome)	111/10	ecocium no mes un	CITOI	ao da i esquisa	R\$					
	ordem									-		
										_		
										-		
										-		
										_		
	ТОТА	L MENSAL:				R\$	<u> </u>		, 00	ΣREN		
						Αψ				21(1)		
31	A RENDA	Λ É:					н					
	1	Total 2 Pa	rcial	3 Sen	n reno	a 9	Ignor	ada		CODREN		
32		lguma contribuição em dinheir	o de	pessoas não morad	loras	do domicílio NO Ú	ÚLTIMO) MÊ	S?			
	, ,	ex-cônjuges, amigos, etc)		a	CTS #	O			00	COMMENTS		
	1	Sim 2 Não)	Se	SIM	Quanto: R\$,00 ,	CONTRIB	—	
										ΣREN		

Epidemiologia da atividade física no Estado de Pernambuco - Amorim, R. C. A - 124

Formulário 2

33 Pediu emprestado a	alguém de fora para completar as despesas da ca	sa, <u>no</u>	último m	nês?				PEDIUEMP	R		
1 Sim	2 Não Se SIM: Quant	<u>o</u> : R\$,00		ΣΕΜΡ			
											•
34 PESSOAS NA FAM	И́LIA:										
a. Crianças menor	res de 5 anos:							MENOR_5			
b. Pessoas igual o	ou maior a 5 anos:							MAIOR_5			
	ita no PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)?	Г									
1 Sim, comp	rovado 2 Sim, informado	Ĺ	3 N	ão (pass	se para	Form. 3)		INSCPBF			
ar and			.	Г							
	ebeu no último mês? não recebeu 8 8 8 NSA (Não e	at 6	R\$	9 9	9	N=		R\$PBF			
U U U Ainda	não recebeu 8 8 8 NSA (Não e	sta	,	9 9	9	Não sab	e				
37 Para inscrição / man	nutenção no PBF, o que exigiram / exigem da sua	famíl	ia								
	erar até 3 respostas, assinalando os códigos con			às mesi	nas):						
37.1. Cor	m relação às crianças:							EXICRI		1	
	Vacinação		6 Do	ocumen	tos						
2	Pesagem		7 Oı	utro:							
3	Ir, sempre que marcado, ao Posto de Saúde		8 Na	ão está i	nscrita	ı					
4	Não trabalhar		9 Na	ão sabe							
5	Frequentar a escola										
37.2. Cor	m relação às mães:							EXIMAE			
1	Fazer consulta pré-natal, quando gestante										
2	Amamentar a criança menor de 1 ano										
	Documentos		8 8		Não e	está inscrita					
4	Outro:		9 9	9	Não s	sabe					
	4										
	ro recebido no ÚLTIMO MÊS? (Considerar até							DINHMES			
1	8.1.1.1.1 Comprou alimentos	6	Outro: _								
	Pagou aluguel	7	Ainda r	não rece	beu						
 	Pagou dívidas	8	Não est	á inscri	ta						
4	Comprou remédios	9	Não sat	oe .							
5	Comprou roupas										

Anexo D – Formulário 5

Registro da mulher

Nome da muiner de 10 à 49 anos: N°. ordem da muiner Respondido por:	QST
1 Com que idade menstruou pela 1º vez? anos	IDMENRC
2 Esteve grávida alguma vez? 1 Sim 2 Não 3 Está grávida	ESTGRV
(SE A RESPOSTA FOR NÃO PASSAR PARA A QUESTÃO 9 E ANOTAR 8 NAS ALTERNATIVAS 3 a 8)	
3 Se esteve/ está grávida, com que idade engravidou a primeira vez? anos 8 8 8 NSA (Nunca engravidou)	IDADEGRV
4 Se está grávida, recebe atendimento pré-natal?	
1 Sim 2 Não 9 Não Sabe 8 NSA (Não está grávida)	PRENATAL
5 Teve algum filho nascido vivo nos últimos doze meses ?	NVIVO12
1 Sim 2 Não 3 Grávida do 1º filho 8 NSA (nunca engravidou)	
6 SE SIM, a Senhora tomou vitamina A na alta hospitalar?	
1 Sim 2 Não 3 Grávida do 1º filho 9 Não Sabe	TOMOU-A
NSA (Não teve filho nos últimos 12m ou	
nunca engravidou)	
7 Morreu algum filho < 1 ano nos últimos doze meses? 1 Sim (< 1 mês) 2 Não 8 NSA (nunca engravidou)	MORREU12 MORREU1
1 Sim (< 1 mês) 2 Não 8 NSA (nunca engravidou) (1-11 meses) 3 Grávida do 1º filho	MORREU11
(* ***********************************	erritzerr
8 Quantas vezes engravidou? Vezes (CONTAR COM A GRAVIDEZ ATUAL) XGRAVID
Gravidez atual (Está grávida, passe para questão 14 e coloque 8 nas questões de 9 a 13)	GRAV
Abortos (< 28 semanas de gestação)	ABORTOS
Nascidos mortos (≥ 28 semanas de gestação)	NASCMORTO
Nascidos vivos	NASCVIVO
Mortos após o nascimento	MORTAPOS
Vivos atualmente	VIVOS
8 8 NSA (nunca engravidou)	
9 Está usando algum método para evitar filho?	
9 Está usando algum método para evitar filho? 1 Sim 2 Não 8 NSA (Está grávida)	EVITA
1 Cilli Z Nao O NOA (Esta gravida)	EVIIA
10 SE SIM: que método está usando?	
1 Ligadura/laqueadura 6 Tabela	
2 Pílula 7 Outro	
3 Camisinha 8 NSA (Está grávida)	
4 DIU 9 Nenhum	METODO
5 Diafragma	
11 Quem orientou o método?	
1 Médico 6 Outro:	
2 Enfermeiro (a) 7 Não usa método	
3 Outro membro da equipe de saúde 8 NSA (Está grávida)	
4 Parente, amigo, marido 9 Não sabe	ORIENTOU
5 Conta própria	

Formulário 5 Registro da mulher

Nome	da mulher de 10 a 49 anos:	Nº. ordem	da mulher Re	QST				
12 En	n que momento foi realizada a ligadura	a/laqueadura?						
	1 Na cesariana do último filho		8		A (Não fez Jeadura)			
	2 Por cirurgia		9	Não	sabe	LIGADURA		
13 Qu	uem tomou a decisão de fazer a ligadu	ra/laqueadura	?					
	1 Pais	4	Conta própria		8 NSA (Não fez)			
	2 Médico	5	Casal					
	3 Companheiro	6	Outro:			DECISAO		
14 Fe	ez exame de prevenção de câncer de o	colo nos <u>últim</u>	os doze meses?					
	1 Sim	2	Não			PREVEN		
15 Fe	ez exame de prevenção de câncer de ı	mama nos <u>últi</u>	mos doze meses?					
	1 Sim	2 Não)	8	NSA (< 35 anos)	CAMAMA		

Nome:	Nº de Ordem:	Questionário:
BLOCO C – ATIVIDADE FÍSICA		
12. EM QUANTOS DIAS DE UMA SEMANA COMUM O(A) SR.(A) CAMINHA PO SEGUIDOS EM CASA, NO TRABALHO, COMO FORMA DE TRANSPORTE OUTRO, POR LAZER OU COMO FORMA DE EXERCÍCIO? Dia(s) na semana 0 Nenhum (Passe para a questã)		3) CAMINHA
13. NOS DIAS EM QUE O (a) SR. (a) CAMINHA, POR PELO MENOS 10 MINUTO TOTAL O (a) SR. (a) GASTA CAMINHANDO? Horas Minutos 8	OS SEGUIDOS, QUANTO TEMPO Não caminha	HORACAM (min)
Para responder as perguntas, de 14 a 18, pense que:		
ATIVIDADES MODERADAS são aquelas que precisam fazem o(a) Sr.(a) respirar UM POUCO mais forte do que UM POUCO mais rápido. ALGUNS EXEMPLOS DE ATIVIDADES MODERADAS SÃO: PEDALAR LEVE GINÁSTICA AERÓBICA LEVE, JOGAR VÓLEI RECREATIVO, CARREGAR PE DOMÉSTICOS NA CASA OU NO QUINTAL, COMO VARRER, ASPIRAR, CUIE SOLDAR, OPERAR MÁQUINAS, EMPILHAR CAIXAS ETC. 14. O(A) SR.(a) FAZ ATIVIDADES MODERADAS, POR PELO MENOS 10 MINU DIVERTIMENTO, POR ESPORTE, COMO FORMA DE EXERCÍCIO, CO	o normal e o coração bater NA BICICLETA, NADAR, DANÇAR, F SOS LEVES, FAZER SERVIÇOS DAR DO JARDIM OU TRABALHOS COM	AZER MO POR
DENTRO DE CASA, NO QUINTAL OU QUALQUER OUTRA ATIVIDADE (
SUA RESPIRAÇÃO OU BATIMENTOS DO CORAÇÃO? 1 Sim 2 Não (<i>Passe para a questão 17 e assinale 8 i</i>	na questão 15 e 888 na questão 1	6) ATIVMODE
15. EM QUANTOS DIAS DE UMA SEMANA COMUM, O(A) SR.(A) FAZ ESSAS PELO MENOS 10 MINUTOS SEGUIDOS? Dias na semana Dias na semana Dias na semana Dias na semana	ATIVIDADES MODERADAS , POR Jão faz atividade moderada)	DIASMODE
16. NOS DIAS EM QUE O (A) SR. (A) FAZ ESSAS ATIVIDADES MODERAD <u>SEGUIDOS</u> , QUANTO TEMPO AO TODO O (A) SR. (A) GASTA FAZENDO	•	<u>JTOS</u>
Horas Minutos 8 8 8 NSA	A (Não faz atividade moderada)	HORAMODE (min)
ATIVIDADES VIGOROSAS são aquelas que precisam de fazem o(a) Sr.(a) respirar MUITO mais forte do que o MUITO mais rápido. ALGUNS EXEMPLOS DE ATIVIDADE VIGOROSA SÃO: CORRER, FAZER FUTEBOL, PEDALAR RÁPIDO NA BICICLETA, JOGAR BASQUETE, FAZER NA CASA, NO QUINTAL, CARREGAR GRANDES PESOS OU TRABALHOS O MARRETA, MACHADO, FOICE, SERROTE, PICARETA, ALAVANCA, ETC.	normal e o coração bater ER GINÁSTICA AERÓBICA, JOGAR E SERVIÇOS DOMÉSTICOS PESADOS	

Nome:	Nº de Ordem:	Questionário:
Continuação do BLOCO C – ATIVIDADE FÍSICA		
17. O(A) SR.(A) FAZ ATIVIDADES VIGOROSAS, POR PELO MENOS 10 MINUTO DIVERTIMENTO, POR ESPORTE, COMO FORMA DE EXERCÍCIO, CO DENTRO DE CASA, NO QUINTAL OU QUALQUER OUTRA ATIVIE RESPIRAÇÃO OU BATIMENTOS DO CORAÇÃO?	MO PARTE DAS SUAS ATIVIDA	ADES
1 Sim 2 Não (Passe para o Bloco D e assinale 8 e 888 nas	questões 18 e 19, respectivamen	nte) ATIVIGOR
18. Em quantos dias de uma semana comum, o(a) Sr.(a) faz essas ativid menos 10 minutos seguidos?	ADES VIGOROSAS , <u>POR PEL</u> O	<u> </u>
Dia(s) na semana 0 Nenhum	8 NSA (Não faz atividade vigo	rosa) DIASVIGOR
19. NOS DIAS EM QUE O (A) SR. (A) FAZ ATIVIDADES VIGOROSAS, POR PE QUANTO TEMPO AO TODO O (A) SR. (A) GASTA FAZENDO ESSAS ATIVI		DOS,
Horas Minutos 8 8 8 NSA (Não faz atividade vigorosa)	HORAVIGOR

Nome:			N	de C	Ordem:	Questionário:	
BLOCO E – TABAGISMO							
28. ALGUMA VEZ O(A) SR.(A) JÁ EXPERIMENTOR 1 Sim 2 Não (Passe para a ques						EXPERCIG	
29. QUANTOS ANOS VOCÊ TINHA QUANDO EXP	ERIMENTOU C	OU TEN	TOU FUN	MAR P	PELA PRIMEIRA VEZ?		
Anos 8 8 NSA (Nunca	tentou fumar)		9 9	Nâ	io sabe/Não lembra	FUMO1	
30. ATUALMENTE, O(A) SR.(A) FUMA?	(~ 40) 0	7				51,044,10,15	
1 Sim 2 Não (passe para a ques	stão 42) 3		mas já f ex-fuman		(passe para a questão 3	8) FUMAHOJE	
30.a. SE SIM, QUE TIPO DE CIGARRO FUMA?			ex-ruman	ie) T			
1. Cigarro com filtro	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CIGCF	
2. Cigarro sem filtro	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CIGSF	
3. Charuto	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CHAR	
4. Cigarrilha	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CIGAR	
5. Cachimbo	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CACH	
6. Cigarro de palha	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CIGPA	
7. Cigarro de bali	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CIGBA	
8. Outro:	1 Sim	2	Não	8	NSA (Não fuma/não fum	ou) CIGOU	
■ Se assinalar <u>SIM</u> para os itens 1, 2 or 31. SOMANDO TODOS OS CIGARROS QUE O (A)						ços	
OU 100 CIGARROS?				•		,	
1 Sim 2 Não	Fuma Cac	himbo	8 1	ISA (r	não fuma / Nunca fumou)	CIGVIDA	
32. EM MÉDIA, QUANTOS CIGARROS O(A) SR.(A)	FUMA POR DI	A?					
Entrevistador: Preencher com a quantidade r "maço", converter para quantidade de cigarro	eferida pelo	(a) en		do (a); se a resposta for		
Cigarros por dia 8 8 I	NSA (Não fum	a cigarr	os	9	9 Não sabe/Variáve	CIGARRODIA	
	Fuma Cachiml	•	L				

Nome:					Nº	de Ordem:		Que	stionário:		
Continuação do BLOCO E - TABA	GISM	10									
33. QUANTO TEMPO DEPOIS DE ACORDAR O(A)	SR.(A)	FUMA	?								
Entrevistador: Leia as alternativas.											
1 Nos primeiros 5 minutos			4	Λρόο 60) min	utos (1 hora)					
2 De 6 minutos a 30 minutos (meia hora)		FUMA1CIG									
3 Mais de meia a 1 hora 9 Não sabe											
mais so mois a 1 nois	S Ividio de Ilicia a i ficia										
34. QUANDO VOCÊ ESCOLHE UMA MARCA DE CI Entrevistador: Leia as alternativas.											
A marca que os amigos fumam?	1 8	Sim	2	Não	3	Fuma Cachimbo	8 Não f	uma	AMIGO		
A marca que tenha a propaganda mais bonita?	1 5	Sim	2	Não	3	Fuma Cachimbo	8 Não f	uma	PROPAG		
3. A marca que tem imagens de propaganda que faz o seu tipo?	1 5	Sim	2	Não	3	Fuma Cachimbo	8 Não f	uma	IMAGEM		
4. A marca mais barata?	1 8	Sim	2	Não	3	Fuma Cachimbo	8 Não f	uma	BARAT		
5. A marca que tem o melhor sabor?	1 5	Sim	2	Não	3	Fuma Cachimbo	8 Não f	uma	SABOR		
35. NA SUA OPINIÃO AS ADVERTÊNCIAS DOS PE	RIGOS	S NOS I	MAÇ	OS DE (CIGAI	RROS, ESTIMULA	AM AS PESS	OAS			
A PARAREM DE FUMAR?											
1 Sim 2 Não		8	Não	fuma		9 Não sabe			ADVERTENCIA		
36 . O(A) SR.(A), JÁ PAROU DE FUMAR <u>POR PELO</u> PARAR DE VEZ?	MENO	S 1 DIA	<u>A</u> , PC	RQUE I	ESTA	VA TENTANDO S	ERIAMENTE	≣			
1 Sim 2 Não		8	Não	o fuma		9 Não sabe			PAROUFUMO		
			.,,,	rama		9 Não sabe			174KGGI GIVIG		
37. QUANTAS VEZES NA VIDA O(A) SR.(A) TENTO	OU PAR	RAR DE	FUN	MAR?							
					Г	9 9 Não s	saha				
Vezes 8 8 NSA (Nur	f	∽ o /NI ≈	.	m a \					VEZES		
\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \				,		0 0 Nenh	uma				
Passe para a questão 42 – as questões de 3	8 a 41	são p	oara	<u>ex-fun</u>	nante	<u> </u>					
38. HÁ QUANTO TEMPO O(A) SR.(A) PAROU DE I	FUMAR	R PELA	ÚLT	IMA VE	Z?						
Anos Meses 0		Ainda f			8	NSA (Nunca	fumou/ não	fuma)	FUMOFIM		
,											
20 545 455 644 55 644 65 64 65 64 65	21.10										
39. DURANTE QUANTO TEMPO O(A) SR.(A) FUMO		A:I- (NOA (No.	· · · · · · · · · · ~ ·	.	TEMPFUMO		
Anos Meses 0	0 /	Ainda f	ruma	8	8	NSA (Nunca	rumou/ nao	tuma)	(meses)		
40. QUANDO O(A) SR.(A) FUMAVA, QUANTOS CIG		NC (A)	CD.	/A \ = IN/	Δ\/Δ	EMMÉDIA DOD	DIAG				
Entrevistador: Preencher com a quantidade r "maço", converter para quantidade de cigarro						io (a), se a resp)USIA 101				
Cigarros por dia 8 8 NS	SA (Nur	nca fum	ou/Na	ão fuma)	9	9 Não sal	oe/Variável		EXQUANT (mese)		
						0 Ainda f	uma		(111636)		
						Ailiua II	uma				

Nome:	Nº de Ordem:	Questionário:
Continuação do BLOCO E - TABAGISMO		
41. O(A) SR.(A) PAROU DE FUMAR PORQUE TINHA ALGUM PROBLEMA D PIOROU POR CAUSA DO CIGARRO?	E SAÚDE QUE FOI CAUSADO OL	J QUE
Entrevistador: Leia as alternativas.		
1 Sim 2 Não 0 Ainda fuma	8 NSA (Não fuma/ Nunca fun	nou) PROBLEMA
42. O (A) SR (A) TEM TOSSE OU "PIGARRO" REGULARMENTE, MESMO QU		
1 Sim 2 Não (Passe para a questão 44 e assinale	88 na questão 43)	TOSSPIGAR
43. SE SIM, HÁ QUANTO TEMPO?	Meses	
8 8 NSA (não tem tosse / piga	urro) 9 9 Não sabe	TOSSTEMP (meses)
44. O(A) SR.(A) FICA EM CONTATO COM A FUMAÇA DO CIGARRO DE OUT	RAS PESSOAS EM SUA CASA,	
TRABALHO OU ESCOLA?		
1 Sim 2 Não		CONTATO
45. QUANTAS PESSOAS QUE MORAM NA SUA CASA FUMAM, CONTANDO	COM O (A) SR. (A), SE FOR O CA	SO?
Pessoas 0 0 Nenhuma		PESSOACASA
Caso ninguém da casa fume, passe para a questão 47		
46. QUANTAS DESSAS PESSOAS FUMAM DENTRO DE CASA?		
Pessoas 0 0 Nenhuma		PESSOAFUMAM
47. NOS LOCAIS QUE IREI CITAR, O(A) SR.(A) ACHA QUE FUMAR DEVE SE		EAS,
ALGUMAS ÁREAS OU NÃO DEVE SER PERMITIDO EM NENHUMA ÁREA LOCAIS Todas as áreas Algumas		
1. Restaurantes	2 3	REST
2. Escolas / Universidades	2 3	ESC/UNIV
3. Instituições de saúde	2 3	INSTSAUDE
4. Ambientes de trabalho fechados	3	AMBTRAB
5. Supermercados 1	2 3	SUPER
6. Shopping Center	2 3	SHOPPING
48. O (A) SENHOR (A) TEM ALGUMA CAMISETA, CANETA, MOCHILA,, BON PESSOAL COM MARCAS DE CIGARROS?	É OU OUTRO OBJETO DE SEU U	60
1 Sim 2 Não		LOGOMARCA

Nome:					Nº	de C	Ordem:		Qu	estionário:	
Continuação do BLOCO	E –	TABAGIS	MO								
49. NA SUA OPINIÃO, ESTA AFIRM	IATIV	A É VERDADEIR	RA OL	J FALSA: NC	BRAS	IL <u>É P</u>	ROIBIDO F	UMAR	EM:		
Restaurantes	1	Verdadeiro		2	Falso			9	Não sabe	PROIBREST	
Bares e Botequins	1	Verdadeiro		2	Falso			9	Não sabe	PROIBBAR	
50. NA SUA OPINIÃO, ESTA AFIRM	IATIV	A É VERDADEIR	RA OL	J FALSA: NC	BRAS	IL <u>NÃ</u>	O É PROIBI	IDO FU	MAR EM:		
		i		1			٦		1		_
Transportes públicos coletivos (ônibu	s, me	trô, trem, barca, avião)	1	Verdadeiro	1	2	Falso	9	Não sabe	PERMITETRN	
Discote	cas e	casas de Show	1	Verdadeiro	1	2	Falso	9	Não sabe	PERMITEDSC	
		<u>'</u>		1			_				

Nome:	, N	de Ordem:	,	Questio	onário:		
BLOCO G – SAÚDE E MORBIDADE REFERIDA					,	,	
55. DE UM MODO GERAL, EM COMPARAÇÃO A PESSOAS DA SUA IDAE PRÓPRIO ESTADO DE SAÚDE?	DE, COMO (D(A) SR.(A) CONS	IDERA O S	EU			
Entrevistador: leia as alternativas.							
1 Excelente 2 Muito Bom	3 Boi	m			ESTSAU		
4 Regular 5 Ruim							
56. A LGUM MÉDICO JÁ LHE DISSE QUE O(A) SR.(A) TEM OU TEVE ALC	GUMAS DAS	SEGUINTES DO	ENÇAS?				
Entrevistador: leia as alternativas.							
Doença da coluna ou costas	1	Sim	2	Não	COLUNA		
2. Artrite/Reumatismo (não infeccioso)/Gota	1	Sim	2	Não	ARTRITE		
3. Tendinite/LER (Lesão de esforço repetitivo)	1	Sim	2	Não	TENDINITE		
4. Ataque do coração/Infarto	1	Sim	2	Não	INFARTO		
5. Angina ou doença das coronárias	1	Sim	2	Não	ANGINA		
6. Insuficiência cardíaca/Coração grande	1	Sim	2	Não	INSUFCAR		
7. Derrame	1	Sim	2	Não	DERRAME		
8. Hipertensão Arterial	1	Sim	2	Não	HÁ		
9. Outras queixas cardíacas (arritmia, sopro)	1	Sim	2	Não	QUEIXCARE)	
10. Depressão	1	Sim	2	Não	DEPRE		
11. Enfisema	1	Sim	2	Não	ENFISEMA		
12. Bronquite crônica	1	Sim	2	Não	BRONQUIT	E	
13. Asma	1	Sim	2	Não	ASMA		
14. Doença renal crônica	1	Sim	2	Não	RENAL		
15. Cirrose do fígado	1	Sim	2	Não	CIRROSE		
16. Hepatite	1	Sim	2	Não	HEPATITE		
17. Tuberculose	1	Sim	2	Não	TUBERC		
18. Doença de próstata (se mulher assinalar 8)	1	Sim	2	Não	PROSTATA	A	
19. Hanseníase	1	Sim	2	Não	HANS		
20. AIDS	1	Sim	2	Não	AIDS		
21. Outra (especifique)	1	Sim	2	Não	OUT		

Formulário 6 Registro de adultos (25 anos e mais) BLOCO O – CONDIÇÃO FUNCIONAL

117. DURANTE OS ÚLTIMOS 30 DIAS APROXIM	1ADAME	NTE POR QU	ANTOS	S DIAS O(A) S	SR.(A) S	E SENTIU			
TRISTE OU DEPRIMIDO(A)? Dias 0	0 N	lenhum					DEPR	E	
118. O (A) SR(A) TEM ALGUMA LIMITAÇÃO OU HABITUAIS POR CAUSA DE ALGUM PROBI					IVIDAD	ES			
1 Sim 2	Não	SAODE OO II	NCAI A	erração:			INCAF	'AZ	
(Se <u>Não</u> , passe para a questão 121 e assinale 8		estões 119 e 1	120)					- -	
119. QUAL OU QUAIS AS SUAS PRINCIPAIS LIN	MTAÇÕE	S OU DIFICU		=92					
Cansaço, mal estar geral	1	Sim	2		9	Não sabe	CANSA	ACO.	
Depressão, ansiedade ou problema emocional	1	Sim	2	Não	9	Não sabe		EANSIED	
3. Dor de cabeça/enxaqueca	1	Sim	2	Não	9	Não sabe	ENXAC		
Dificuldade de respirar/condição pulmonar	1	Sim	2		9	Não sabe		SPIRAR	
Difficuldade p/ andar, mover membros inferiores	1	Sim	2	Não	9	Não sabe	DIFANI		
6. Dificuldade p/ movimentar braço, mão	1	Sim	2		9	Não sabe	DIFMO		
7. Fraturas ou lesões nas juntas ou articulações	1	Sim	2		9	Não sabe	FRATL		
Problemas de audição	1	Sim	2		9	Não sabe	AUDIÇ		
Problemas de addição 9. Problemas de coluna	1	Sim	2	Não	9	Não sabe	COLUN		
10. Problemas de visão	1	Sim	2		9	Não sabe	VISAO	V A	
11. Outras limitações:	1	Sim	2	Não	9	Não sabe	OUTLI	мітΔ	
especifique	'	John		Nao	9	Nao sabe	OOTEN	VIIIA	
120. ESTE(S) PROBLEMA(S) LIMITA(M) SUAS A	TIVIDAD	DES:							
1 Sempre 3	Às veze	es	8	NSA (Não ten	n limitaç	cões)			
2 Quase sempre 4	Rarame	ente	9	Não sabe			LIMITA	ATIV	
121. QUAL É / SERIA O SERVIÇO MAIS PRÓX	IMO QUE	E O (A) SR.(A)) UTILIZ	ZA / UTILIZAR	IA QUA	NDO TEM C	U SE TIV	ER UM DOS	
SEGUINTES PROBLEMAS OU PRECISA	R FAZEI	R PREVENÇÃ	O.			Qu	anto tem	po leva para	_
PROBLEMA/ PREVENÇÃO	SERVI	ıço		CID	ADE	i	r até este	Serviço? Meio de	UTILIZA O SERVIÇO: 1. Sim 2. Não
,		•				8.1	1. mm	transporte	FILIZ ERVI
						0.1.		uansporte	. Sir
								(*)	
1. PRESSÃO ALTA 2. DIABETES								J	
3. CÂNCER DE C OLO OU									
4. PROBLEMA DO CORAÇÃO									
5. EXCESSO DE PESO								5	
6. COLESTEROL ELEVADO									
7. PROBLEMA DE PRÓSTATA									
PROBLEMA RENAL PROBLEMAS									
RODLLIVINO									
(*) Meios de transporte: <u>1</u> . A pé / <u>2</u> . Carro/ônib	us/moto /	/ 3. Bicicleta	/ <u>4</u> . Ti	ransporte anim	nal / <u>5</u>	. Barco/lanch	a / <u>6</u> . ou	tros	
8 . NSA (para o item 3 o	u 8) / 9	Não sahe / 0	Nenhi	ım					

Anexo F – Registro Clínico-laboratorial

III PESQUISA ESTADUAL DE SAÚDE E NUTRIÇÃO - 2000
DEPT° NUTRIÇÃO - UFPE / SES - PE / IMIP / CNPq

		// MUNICÍPIO: S EÇO DO DOMICÍLIO:			SITUAÇÃO: SETOR:			ENTR	FORI EVISTADOR:		O 7: REGISTRO CLÍNICO - LABORATORIA QUESTIONÁRIO:			
	N° de Ordem	NOME COMPLETO	Relação com a pessoa de referência da UC	Sexo	Idade (anos completos)	BIOSENSOR			HEMOGLOBINA	RETINOL	PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)		ELET.	
-	(4)	(0)	(2)	(4)	(=)	TRIG	COL	GLI	(0)	(10)	Máx.	Min.		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)		
	01													
	02													
	03													
	04													
	05													

Anexo G - Aprovação pelo comitê de ética



Escola de Pós-Graduação em Saúde Materno Infantil Instituição Civil Filantrópica



DECLARAÇÃO

Declaro que o Projeto de pesquisa no. 709, intitulado "Doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Estado de Pernambuco, prevalência e fatores de riscos" apresentado pelo Pesquisador Malaquias Batista Filho foi aprovado pelo do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira, em Reunião Ordinária 05 de janeiro de 2006.

Recife, 12 de janeiro de 2006.

Dr. José Etifalio Cabral Filho Coordenador do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira

UTILIDADE PÚBLICA SERVICIPAL - Dec. Le: 9851 de 08/1167 UTILIDADE PUBLICA ESTADUAL - Dec. Le: 9013 de 14/06/84 UTILIDADE PUBLICA FEDERAL - Dec. Le: 88236 de 50/07/81 INSCRIÇÃO MUNICIPAL 56: 857-7 INSCRIÇÃO ESTADUAL Isento CNPL 10: 988 30/10001-32 Rua dos Coelhos, 300 – Boa Vista Recife - PE - Brasil CEP 50.070-550 FABX: (81) 2122.4100 Fax: (81) 2122.4722 Cx. Postal 1393 e-mail: lmip@imip.org.br home-page: www.imip.org.br

Epidemiologia da atividade física no Estado de Pernambuco - Amorim, R. C. A - 137

Anexo H - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO

NOME DA PESQUISA: DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO: PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO...

LOCAL DO ESTUDO PESQUISADOR Endereco ÁREA METROPOLITANA DO RECIFE, RURAL E URBANO DOS MUNICÍPIOS DE PE

Prof. MALAQUIAS BATISTA FILHO

Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco Av. Prof. Moraes Rego S/N, Recife-PE, CEP: 50670-901, Fone: 2126 8471

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores pais,

Este é um termo de consentimento que pode conter palavras que você não compreenda. Por favor, pergunte a um auxiliar de pesquisa do projeto sobre quaisquer palavras ou informações que você não entenda claramente.

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo avaliar a situação alimentar, nutricional e de saúde das famílias ste município e constará de:

- entrevista com a pessoa responsável pela família através da aplicação de um questionário visando conhecer a composição da família, condições da habitação, de saúde, hábitos alimentares e os alimentos mais freqüentemente consumidos.
- medição do peso e da altura de todos os que compõem a família;
- Avaliação do perfil alimentar de adultos e da ocorrência de doenças e fatores de risco relacionados com doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão arterial, sobrepeso/obesidade, dislipidemias (alteração da gordura no sangue), colesterol e frações, triglicerídeos, antecedentes com confirmações eletrocardiográficas (exame da atividade do

coração) - de doenças esquêmicas do coração, tabagismo, vigilância do câncer prostático e de colo uterino).

 Determinação da glicemia, colesterol e frações e hemoglobina, em menores de 20 anos

Todos os cuidados serão tomados para evitar infecção no local da picada. Caso ocorra algum problema, haverá comunicação ao pesquisador e encaminhamento ao médico que fará o devido atendimento.

Os casos de adultos com anemia serão orientados e receberão tratamento no dia do exame. Será assegurado uma orientação alimentar inicial para os casos de diabetes, hipertensão, sobrepeso/obesidade. Nas outras situações, de acordo com sua natureza e condições do examinado, serão feitos encaminhamentos para complementação diagnóstica, tratamento e acompanhamento.

A sua participação deverá ser voluntária e você poderá sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar. Sempre que tiver dúvidas, procure um dos membros da equipe para esclarecimento.

CONSENTIMENTO

Li e entendi as informações precedentes descrevendo este projeto de pesquisa e todas as minhas dúvidas em relação ao estudo e a minha participação nele foram respondidas satisfatoriamente. Livremente, dou o meu consentimento para a participação do meu filho neste estudo, até que me decida pelo contrário.

Recife, de de	e 2006.
Nome da mãe ou responsável (letra de forma)	Assinatura
Nome da testemunha (letra de forma)	Assinatura
Nome da testemunha (letra de forma)	Assinatura
Malaquias Batista Filho	
Nome do investigador (letra de forma)	Assinatura

C:\Rosete\Formulario\Termo nbsp_consentimento-atual.doc

Anexo I - Aprovação pelo comitê de ética



Título do Projeto: "Atividade física em maiores de 25 anos no estado de

Pernambuco: prevalência e fatores associados".

Pesquisador responsável: Roberta Corrêa de Araújo de Amorim

Instituição onde será realizado o projeto: CPqAM/Fiocruz

Data de apresentação ao CEP: 05/05/2010 Registro no CEP/CPqAM/FIOCRUZ: 17/10

Registro no CAAE: 0016.0.095.099-10

PARECER Nº 17/2010

O Comitê avaliou e considera que os procedimentos metodológicos do Projeto em questão estão condizentes com a conduta ética que deve nortear pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com o Código de Ética, Resolução CNS 196/96, e complementares.

O projeto está aprovado para ser realizado em sua última formatação apresentada ao CEP e este parecer tem validade até 05 de maio de 2013. Em caso de necessidade de renovação do Parecer, encaminhar relatório e atualização do projeto.

Recife, 05 de maio de 2010.

Miselle Camposicione Mouver

Observação:

Anexos:

- Orientações ao pesquisador para projetos aprovados;
- Modelo de relatório anual com 1º prazo de entrega para 05/05/2011.

Campus da UFPE - Av. Moraes Rego, s/n CEP 50.670-420 Fone; (81) 2101.2639 Fax: (81) 3453.1911 | 2101.2639 Recife - PE - Brasil

comitedestica@cpgam.flocrug.br



